

**Ata nº05/2024**

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e vinte minutos e término às dezoito horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2024; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2024; -----

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 4 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2025, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2025-2029). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 152/GAP/2024; -----

PONTO 5 - NORMA DE CONTROLO INTERNO – ATUALIZAÇÃO. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 27 /DDEF/2024; -----

PONTO 6 – CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2025. PROPOSTA Nº 119/GAP/2024; -----

PONTO 7 - DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025. PROPOSTA Nº 120/GAP/2024; -----

PONTO 8 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2024 E A COBRAR EM 2025. PROPOSTA Nº 121/GAP/2024; -----

PONTO 9 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2025. INF.791/DA/2024; -----

PONTO 10 – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. INFORMAÇÃO Nº33/DCP/2024; -----

PONTO 11 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM - S.A.”, DESTINADO À ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO. PROPOSTA N.º 153/GAPV/2024; -----

PONTO 12 - ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM - S.A.”, CONSUBSTANCIADA NA RETIFICAÇÃO DA ENTREGA DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO – ENTRADA EM ESPÉCIE. PROPOSTA N.º 154/GAPV/2024; -----

PONTO 13 - EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA N.º 157/GAPV/2024; -----



PONTO 14 – REGULAMENTO DO ESTATUTO DO PROVEDOR DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE. PROPOSTA N.º 150 /GAPV/2024; -----

PONTO 15 – HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 79/20.9BEMDL. PROPOSTA N.º 149/GAPV/2024; -----

PONTO 16 - DOAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS SITUADOS NA RUA DO PEREIRO E EM NABELHOS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. PETICIONÁRIO: INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA. PROPOSTA N.º 137/GAPV/2024; -----

PONTO 17 – RELATÓRIO DA PRIMEIRA FASE DE EXECUÇÃO DO PROJETO RADAR SOCIAL. INFORMAÇÃO/DEASS/UASS/ N.º351/2024; -----

PONTO 18 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA N.º 127/GAPV/2024; -----

PONTO 19 - ATUALIZAÇÃO DO ANEXO I DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 161/GAPV/2024; -----

PONTO 20 - CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO - IP INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – DESIGNAÇÃO DE GESTOR DOS CONTRATOS. INFORMAÇÃO N.º22/DDEF/2024; ----

PONTO 21 - CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO FLOR DO TÂMEGA DE APOIO A DEFICIENTES. COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À CONSTRUÇÃO DE LAR RESIDENCIAL PARA DEFICIENTES. PROPOSTA N.º 134/GAPV/2024; -----

PONTO 22 - CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2025. PROPOSTA N.º 162/GAPV/2024; -----

PONTO 23 - CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2025. PROPOSTA N.º 163/GAPV/2024; -----

PONTO 24 - DESIGNAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. PROPOSTA N.º 164 /GAPV/2024; -----

PONTO 25 - AUDITOR EXTERNO / EMISSÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1.º SEMESTRE 2024. INFORMAÇÃO N.º 25/DDEF/2024; -----

PONTO 26 - CONSULTA PRÉVIA N.º18/DCP/2024 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO N.º44/DCP/2024; -----

PONTO 27 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA SECA”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE VILELA SECA. PROPOSTA N.º 125/GAPV/2024; -----

PONTO 28 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE SÃO VICENTE DA RAIA”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE SÃO VICENTE DA RAIA. PROPOSTA N.º 141/GAPV/2024; -----



-----  
PONTO 29 - ALARGAMENTO DO PRAZO PARA ISENÇÃO DE IMI – ART.º 46º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E LEI N.º 56/2023, DE 6 DE OUTUBRO - “PROGRAMA MAIS HABITAÇÃO”. PROPOSTA Nº 139/GAP/2024; -----

-----  
PONTO 30 - ANÁLISE DO 6.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PIM “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, DA SOCIEDADE “A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA.” - INFORMAÇÃO Nº 16/DDE/2024, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 24.09.2024; -----

-----  
PONTO 31 – ANÁLISE DO 12.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. - INFORMAÇÃO Nº 23/DDE/2024, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 17.10.2024; -----

-----  
PONTO 32 – PROCEDIMENTO DE DESAGREGAÇÃO DA LOCALIDADE DE ARCOSSÓ DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS – EMISSÃO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA MUNICIPAL. PROPOSTA N.º 151/GAPV/2024; -----

-----  
PONTO 33 - COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA AVENIDA DO TÂMEGA, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – PROCESSO Nº 674/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 725/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/09/2024; -----

-----  
PONTO 34 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA ESTRADA BAIRRO FORNO TELHEIRO, NA POVOAÇÃO DE SOUTELINHO DA RAIA, FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA - PROCESSO Nº 683/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 727/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/09/2024; -----

-----  
PONTO 35 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA JOSÉ CAETANO PEREIRA, JUNTO AO CRUZAMENTO COM A RUA COMENDADOR PEREIRA DA SILVA, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 686/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 728/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/09/2024; -----

-----  
PONTO 36 - ALTERAÇÃO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA – NA ALAMEDA DA GALINHEIRA, NA MADALENA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO Nº 750/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 769/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/09/2024; -----

-----  
PONTO 37 - COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NO CM 1064, À SAÍDA DA POVOAÇÃO DE DADIM, FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA – PROCESSO Nº 690/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 753/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/09/2024; -----

-----  
PONTO 38 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO CRUZAMENTO ENTRE A EM 527 E A RUA DO CRUZEIRO E RUA DE SÃO NICOLAU, NA POVOAÇÃO DE SEARA VELHA, FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA - PROCESSO Nº 764/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 810/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/10/2024; -----  
-----



PONTO 39 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO CALVÁRIO – NA LOCALIDADE DE ARCOSSÓ, FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS - PROCESSO Nº 773/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 815/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/10/2024; -----

PONTO 40 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA TRAVESSA DAS COURAÇAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 788/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 828/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/10/2024; -----

PONTO 41 - COLOCAÇÃO DE QUATRO PASSADEIRAS – NA ESTRADA PRINCIPAL, NA FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA – PROCESSO Nº 793/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 829/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 23/10/2024; -----

PONTO 42 - COLOCAÇÃO DE LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA DA ESCOLA, NA POVOAÇÃO DE VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM – PROCESSO Nº 853/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 873/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 25/11/2024. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes e Francisco António Pinho Peixeiro. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira, Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo e Isaura das Dores Gomes de Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel e Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, em representação de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação de Santo Estevão – António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de



Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, em representação de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: -----  
Maria José Alves Portela, do PSD, Francisco António Taveira Ferreira, do PSD, Michele Alexandra Rodrigues Costa, do PSD, Anabela Maria Neves Martins, do PSD, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, do PSD, Maria Ramos Rodrigues, do PSD, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, do PS, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, do PSD. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Santa Leocádia – João Manuel Pereira Borges, de Santo Estevão - Maria José de Sena Barros. -----

Faltaram: Helena Cristina Gonçalves Santos, dos Independentes (justificou a sua falta com email) -----

Grupo Municipal do PS: Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, -----

#### -----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, declarou aberta a sessão, após ter verificado a existência de quórum-----

Saudou individualmente o senhor Presidente da Câmara Municipal; a senhora Vereadora e os senhores Vereadores; os vogais da Mesa da Assembleia; as senhoras e os senhores Deputados Municipais; as senhoras e os senhores Presidentes de Junta; bem como todos os trabalhadores dos serviços de apoio, que permitem que as reuniões funcionem com eficiência, colocando à disposição de todos a tecnologia indispensável ao bom funcionamento da Assembleia.-----

Disse ainda que não podia deixar passar a oportunidade da realização da reunião, sem dirigir duas mensagens de solidariedade a dois membros da Assembleia Municipal, por falecimento dos seus familiares. -----

A primeira mensagem de solidariedade vai no sentido de endereçar os mais sentidos pêsames ao deputado desta Assembleia Municipal, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira, pelo acontecimento fatídico do falecimento prematuro e inesperado do seu irmão, ambos filhos do antigo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Engenheiro Manuel Branco Teixeira (falecido) e da Engenheira Maria Eugénia Oliveira Branco Teixeira.-----

A segunda mensagem destina-se a manifestar igual sentimento de sentidos pêsames à deputada da Assembleia Municipal, Milene Sofia Vieira de Melo e a toda a sua família, pelo infortúnio que sofreram, ela e toda a família, devido ao falecimento do seu pai, Senhor Orlando Ramos de Melo, que quase todos os presentes bem conheciam. -----

Foram duros golpes na vida destas pessoas e suas famílias, desejando que possam ultrapassar rapidamente este momento difícil. -----

O Presidente da Mesa deu de seguida a palavra ao “ilustríssimo primeiro vogal da Mesa da Assembleia, Anselmo José Martins”, para que fosse dado conhecimento do expediente recebido, aproveitando para saudar a nova constituição do Grupo Municipal do PSD. -----

No uso da palavra o 1º secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Agradeço a forma como o senhor Presidente da Mesa da Assembleia me saudou, agradeço as suas palavras, cumprimento todos os presentes, muito bom dia a todos. Passo à leitura dos convites, expediente e pedidos de substituições que deram entrada no Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Vereadores/Apoio ao Órgão Deliberativo até à presente data. -----



No uso da palavra, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----  
*“Na sequência da leitura do expediente, quero esclarecer que recebemos convites para participarmos em múltiplas atividades e, sempre que possível, estamos presentes na maioria destes eventos, especialmente naqueles que consideramos que a nossa presença, em representação da Assembleia Municipal é importante. Quer eu, quer os vogais da Mesa, asseguramos essa representação. Quero aproveitar esta oportunidade para destacar a presença do primeiro Secretário Anselmo Martins nas reuniões do Orçamento Participativo, em quem tenho delegado essa participação.”* -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

**Manuel Justino Matos Cunha**, pela CDU, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara e todos os presentes nesta sala. Vou falar rapidamente de três pontos distintos, porque o tempo não é muito, um, que já falei antes, sobre a paz. Era importante, tal como no passado, que esta Assembleia, que tomou posição sobre situações de guerra fora do nosso País, reafirmasse uma posição e que saísse daqui uma condenação, entre outros aspetos, para o genocídio que está a ser feito na Palestina, não sou só eu que o digo, o Papa Francisco já o anunciou, as Comissões da ONU, os Tribunais Internacionais, estamos a assistir a um genocídio por parte de um Estado e de um exército sobre uma população que são os palestinianos, eu sinto-me na obrigação de denunciar isso e desafiar esta Assembleia a pronunciar-se sobre o assunto. Hoje é o dia das migrações, do que eu percebi, espero não me ter enganado. Neste momento, o País não vive sem imigrantes, é importante que desenvolvamos estruturas e mecanismos de acolhimento e de integração, gabinetes de apoio. Há pessoas que têm dificuldade de linguagem, há pessoas que têm múltiplas dificuldades, era importante também que a Autarquia pudesse desenvolver um papel nessa área. -----

Finalmente a saúde, esta Assembleia tomou uma decisão errada, profundamente errada, sobre um apelo à criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso. Infelizmente, a Ministra pegou na recomendação e informou que a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso avançaria no primeiro trimestre. Esta decisão não vai resolver nenhum problema da Unidade Hospitalar de Chaves, nem dos Centros de Saúde de Chaves e, neste momento, à Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes retirar-lhe a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso é mau para todos, é mau para a saúde em todo o Trás-os-Montes e aqui e fica a denúncia, vai abrir as portas à privatização da Unidade Hospitalar de Chaves. A CDU, que se opõe aos negócios privados da medicina, denuncia que é impossível uma solução da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso que não passe pela privatização de serviços e de funções e, talvez, até do próprio Hospital. Tal, não vem responder a nenhuma necessidade de saúde destas populações e nem ao reforço do Serviço Nacional de Saúde. -----

Mais uma vez, o que é preciso, são recursos humanos, é investimento e carreiras profissionais para todos os grupos, só assim se pode tentar inverter um processo de degradação e extinção do Serviço Nacional de Saúde, fica aqui a denúncia pública da CDU. -----

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

Obrigado senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa, os cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, colaboradores, funcionários e avençados da Autarquia, órgãos de comunicação social, público, se, aqui presente. Naturalmente, o Grupo Municipal do PSD associa-se ao voto de pesar de dois familiares dos nossos companheiros desta Assembleia, quer do Miguel Branco Teixeira, irmão do nosso companheiro Pedro Manuel Branco Teixeira, quer do senhor Orlando Melo, pai da nossa companheira Milena Melo. Sobre a questão da Unidade Local de Saúde há uma profunda divergência, não sei se é de ideológica ou de conhecimento, ou do que seja, entre o Grupo Municipal do PSD e o Grupo Municipal da CDU, congratulamo-nos com a sua criação. -----

Finalmente, depois de uma luta antiga de vários anos, a maioria de nós, sempre achámos que não devíamos politizar a questão da saúde e o Grupo Municipal do PSD congratula-se com a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, prometida por muitos, mas executada por um Governo Social Democrata, aguardemos pelo que aí vem, pelo modelo de financiamento e estamos convictos que será bom para as populações em termos de proximidade, mas os alertas do doutor Manuel



Cunha, um expert na matéria, são sempre de tomar em conta e estaremos atentos. O que aqui me traz hoje, em nome do Grupo Municipal, senhor Presidente da Assembleia senhoras e senhores deputados é o seguinte: -----

*Grupo Municipal do PSD – Proposta (transformada em Recomendação, após conferência de representantes, Alínea f), do Artigo 3º do Regimento da Assembleia Municipal) -----*

*Ao abrigo da alínea e) do Artigo 32º, do Regimento da AMC: ("Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município"), vem o Grupo Municipal do PPD/PSD-Chaves propor à digníssima Assembleia Municipal de Chaves que aprove a seguinte: PROPOSTA -----*

#### **1 – INTRODUÇÃO -----**

*Estipula o artigo 266.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) que "a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos" (nº 1) e que "os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem atuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé" (nº 2). -----*

*Estes princípios gerais da atividade administrativa encontram-se densificados nos artigos 3º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA). Desses destacam-se, neste âmbito, os princípios aplicáveis à administração eletrónica, previstos no artigo 14º do CPA, que se transcreve: -----*

*"1 - Os órgãos e serviços da Administração Pública devem utilizar meios eletrónicos no desempenho da sua atividade, de modo a promover a eficiência e a transparência administrativas e a proximidade com os interessados. -----*

*2 - Os meios eletrónicos utilizados devem garantir a disponibilidade, o acesso, a integridade, a autenticidade, a confidencialidade, a conservação e a segurança da informação. -----*

*3 - A utilização de meios eletrónicos, dentro dos limites estabelecidos na Constituição e na lei, está sujeita às garantias previstas no presente Código e aos princípios gerais da atividade administrativa. -----*

*4 - Os serviços administrativos devem disponibilizar meios eletrónicos de relacionamento com a Administração Pública e divulgá-los de forma adequada, de modo a que os interessados os possam utilizar no exercício dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, designadamente para formular as suas pretensões, obter e prestar informações, realizar consultas, apresentar alegações, efetuar pagamentos e impugnar atos administrativos. -----*

*5 - Os interessados têm direito à igualdade no acesso aos serviços da Administração, não podendo, em caso algum, o uso de meios eletrónicos implicar restrições ou discriminações não previstas para os que se relacionem com a Administração por meios não eletrónicos. -----*

*6 - O disposto no número anterior não prejudica a adoção de medidas de diferenciação positiva para a utilização, pelos interessados, de meios eletrónicos no relacionamento com a Administração Pública.*

*Posto isto, verifica-se que, ao longo dos anos, a autarquia flaviense acentuou a sua presença na Internet, inicialmente com a implementação de um site institucional, complementando-o, posterior e progressivamente, com o uso das redes sociais como o Facebook e, eventualmente, outras, para divulgação dos seus programas, atividades e demais informação institucional. -----*

*Se o site institucional tem tradicionalmente funcionando como repositório mais ou menos estático de informação sobre a área territorial e sobre os órgãos e atividades municipais ou ainda como agregador de serviços ao cidadão, as redes sociais assumem-se como um veículo mais dinâmico de divulgação de notícias e programas/atividades municipais, possibilitando um maior envolvimento da comunidade nas iniciativas e atividades da autarquia local. -----*

*De facto, as redes sociais potenciam a comunicação, a partilha e a divulgação pública das iniciativas locais, porém, concedem igualmente acesso a formas inovadoras de expressão de opinião e co-criação de conteúdo. -----*

#### **2 - CONCLUSÃO: -----**

*1. A atividade administrativa pública, mediante meios eletrónicos, encontra-se subordinada ao cumprimento dos princípios constitucionais e gerais da atividade administrativa, designadamente aos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé. -----*

*2. As redes sociais constituem espaços privilegiados de contacto com a autarquia, devendo promover o diálogo aberto e o exercício da cidadania, não podendo, por respeito aos imperativos constitucionais e de*



ordem administrativa, constituir espaços em que se promova a censura de opinião ou a discriminação de cidadãos. -----

3. Não é aceitável que, nas redes sociais das autarquias, sejam permitidos comentários que promovam atividades ilegais, que sejam difamatórios, que incitem ao ódio, à violência ou à ofensa a pessoas e/ou instituições, que visem preconceitos raciais ou denegrir etnias, grupos religiosos, géneros, orientação sexual, estado de deficiência ou, ainda, que atentem contra os direitos humanos. -----

3 - PROPOSTA: -----

1. Sendo inegável a necessidade de controlo dos comentários efetuados por terceiros, nas redes sociais da autarquia flaviense, será de atender que, por forma a realizar este controlo, mediante um juízo de ponderação objetivo e respeitador dos princípios da tolerância e da liberdade de expressão, propõe-se que a Câmara Municipal de Chaves aprove, nos seus respetivos órgãos, um documento orientador que estabeleça, de forma objetiva, os termos e condições de participação nas plataformas da autarquia e a política de gestão de comentários nas redes sociais, o qual deve oportunamente divulgar publicamente.

2. Caberá, posteriormente, aos serviços municipais implementar as normas constantes do respetivo documento orientador, devendo ser garantido ao particular, cujo comentário ou perfil seja removido, a possibilidade de apresentar exposição e/ou reclamação através de canais próprios para o efeito. -----

Face ao exposto o Grupo Municipal do PPD/PSD, propõe à digníssima Assembleia Municipal de Chaves que aprove a proposta em apreço. -----

O GM do PPD/PSD-Chaves -----

Assembleia Municipal de Chaves, em 18.12.2024 -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse não saber ainda a metodologia a adotar, face à proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. -----

Entretanto, após algumas contribuições, foram dados cinco minutos aos líderes das bancadas para tentarem encontrar a melhor metodologia. A Mesa aproveitou este pequeno interregno para analisar o Regimento no que a esta situação diz respeito. -----

**Pedro Miguel Vieira Miranda**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, a Mesa da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, Membros da Assembleia Municipal, senhores e senhoras Presidentes de Junta e funcionários do Município. Relativamente a esta Proposta, chegámos a um entendimento, deixará de ser proposta e passará a ser uma Recomendação. Contudo, e se calhar, convinha rever o Regimento para precaver este tipo de casos omissos. -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, respondeu: -----

que não se procede à revisão do Regimento sempre que acontece um problema ou se deteta uma omissão, tão somente, quando chegado o momento da revisão previsto no próprio Regimento. Disse ainda que a recomendação estava feita e que a reunião continuava. -----

**Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhoras Presidentes de Junta, senhores Presidentes de Junta, caras e caros Membros desta Assembleia, trabalhadores, comunicação social e demais público presente. -----

Muito sinteticamente, transmitir aquilo que já foi a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista na “conferência de líderes” havida há uns minutos atrás e que, no essencial, é o seguinte: o nosso entendimento democrático é que quando queremos a aprovação de uma determinada proposta ou de uma determinada ideia, consensualizamo-la e discutimo-la com os demais, damos tempo à reflexão, o que aqui, de todo, não aconteceu, não houve essa cooperação, não houve essa consensualização, não tivemos oportunidade de a refletir. Eu, efetivamente, ouvi o que o Deputado Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, aqui apresentou, mas sem o necessário tempo de reflexão e, no imediato, aquilo que ficou ao Grupo Municipal do Partido Socialista, pareceu-nos, salvo melhor opinião, mas pareceu-nos ser uma



operação que introduzia um sistema de censura de comentários nas redes sociais a exercer de forma humana ou de forma informática, sendo isto no essencial. Com toda a franqueza, não é uma prática na qual nos revejamos, a não ser que nos possa ser melhor explicado, e como não houve esse tempo de reflexão, não vamos aprovar esta Recomendação. Muito obrigada. -----

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----  
Obrigado senhor Presidente. De uma forma muito telegráfica, não tem nada a ver com censura, nem com nada que se pareça, nós até pensámos que isto ia ser um assunto que ia ser aprovado por unanimidade, porque o que se pretende, é que a Câmara nos Órgãos próprios, ou seja, a própria Câmara aprove um documento orientador que estabeleça de forma objetiva as condições de participação nas plataformas da Autarquia que é para evitar que, às vezes, as pessoas que fazem lá comentários como se diz nos considerandos, *“racistas, religiosos ou de outra situação”*. É a Câmara que vai fazer esse documento, nem somos nós, nem é a Assembleia, é a Câmara que pede aos serviços para fazerem um documento orientador nessa matéria para regular a participação dos cidadãos nas plataformas digitais da Câmara. É um documento até para proteger a Câmara e os próprios cidadãos, muito longe da censura. Eu admito que, se calhar, os considerandos, digamos aqueles artigos do CPA e da Constituição da República podem ter baralhado um pouco quando a nossa intenção era de clarificar, mas é precisamente ao contrário daquilo que foi entendido, pode ser Proposta, pode ser Recomendação, mas era bom, em nosso entender, que esta Assembleia aprovasse, pensámos, honestamente. que ia ser uma matéria pacífica, podemos passar à frente, não trouxe cópias, porque imprimir em casa tarde e a más horas, só trouxe a minha intervenção e uma cópia para entregar à Mesa, mas, se entenderem, os serviços de apoio a esta Assembleia podem tirar fotocópias para todos os grupos Municipais, a Assembleia pode continuar e voltarmos a este ponto mais tarde, excelente, senão, a Mesa é soberana e nós acataremos naturalmente qualquer das decisões. Também não me recorde senhora Deputada Brigitte, se a memória não me atraiçoa, se noutras matérias que o Partido Socialista trouxe aqui, moções, por exemplo, que estão precisamente na alínea e) do artigo 32º, tal como esta proposta está que nos tenha sido enviado algum documento para consensualizar, alguma coisa, mas louvamos a sua disponibilidade. No entanto, admito que sim e a memória pode me atraiçoar, porque eu faltei a algumas Assembleias e posso estar a ser injusto. Comecei por dizer não me recorde, mas estamos disponíveis para colaborar naquilo que seja naturalmente o aumento da participação dos cidadãos, a transparência e proteger quer os cidadãos, quer a Autarquia às vezes de comentários menos próprios, os próprios cidadãos sabendo que há esse documento orientador que os serviços da Câmara farão e que a Câmara aprovará, terão também, se calhar, mais cuidado em comentários menos próprios às vezes quando se dirigem quer à Autarquia, quer a Membros que a representam. Era essa a nossa ideia e longe da censura, isso foi noutros tempos e nós não concordamos nada com isso. Obrigado. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse que estava decidido que o documento iria ser discutido, votado e não voltaria à Assembleia. Que se tinha chegado a uma conclusão, escolhido um caminho e qualquer clarificação regimental seria remetida para o futuro. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia a todos, queria começar por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimentar o primeiro e segundo Secretários, a senhora Vereadora, os senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, e, também nessa condição, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta. Queria também cumprimentar o público que aqui se encontra presente, os representantes dos órgãos de comunicação social que, seguramente, também quer estar aqui entre nós e toda a equipa técnica que dá aqui o suporte a esta Assembleia Municipal. -----  
Queria fazer algumas considerações sobre alguns dos assuntos que trazidos a esta Assembleia Municipal, desde logo à intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU. Quanto às questões da preocupação relacionadas com as ameaças crescentes no mundo e em muitos territórios, que vão desde a Palestina, passam pela Ucrânia e vão à África, que tendencialmente



nos esquecemos sempre, onde existem sempre tragédias humanitárias absolutamente catastróficas, a minha primeira palavra é a de condenação global, para todas e quaisquer situações em que a vida humana não tem valor e a dignidade humana, onde diariamente é espezinhada. Continuo e continuarei sempre a defender os valores da paz, do humanismo e da tolerância, sendo que apesar de não poder votar, associar-me-ei, com certeza, a alguma iniciativa, proposta, moção que tenha por propósito maior valorizar a paz e condenar sempre a guerra, as atrocidades e o genocídio em todos os lugares do mundo. Como sabem, no mundo, temos hoje em dia milhões e milhões de pessoas que estão em êxodo permanente, seja na América, sobretudo na América Latina, para os Estados Unidos com uma grande expressão, seja dos locais nos quais existem guerras e conflitos armados muito importantes, seja do Norte da África que vêm para a Europa. -----

Depois, queria, também, dizer que a minha posição sobre a ULS é conhecida, uma vez que já aqui foi expressa inúmeras vezes. Em primeiro lugar, devo dizer que esta matéria não deve dividir os flavienses e não deve dividir os diferentes Grupos e Partidos aqui representados na Assembleia Municipal, pois estou certo que acreditamos todos no Serviço Nacional de Saúde. Eu acredito num SNS de proximidade e, por esse facto, considero importante que os centros de decisão clínica e centros de decisão económica, financeira, de recursos humanos devem estar o mais próximo das populações. Portanto, acredito que a ULS que venha a ser criada e queria dizer ao Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, que considero que a congratulação é extemporânea, uma vez que ainda não se encontra criada. Portanto, eu não comungo daquela ideia e de algumas partilhas que foram feitas nas redes sociais de se pôr em bicos de pés, nós conquistámos, nós fizemos, já aconteceu. Parece-me um bocadinho extemporâneo e, na minha perspetiva, contraproducente, tanto mais que, e reitero o que disse antes, mais importante do que o modelo de organização, mais importante que o instrumento de gestão é, depois, saber se uma nova figura, se uma nova organização tem mais capacidade de prestar serviços de saúde de melhor qualidade, com maior equidade e de uma forma mais pronta. Portanto, eu nunca me vou centrar nunca instrumento, nunca no modelo, vou centrar-me sempre naquilo que é a resposta e no aumento da capacidade de resposta. -----

Mas, voltando um pouco atrás à questão da ULS, devo dizer que esta questão se constitui como um desafio, como uma oportunidade, dir-me-ão, criar uma ULS com o território dos quatro ou seis Concelhos, com uma população que pode cifrar-se nas oitenta mil pessoas, sabendo que existem, neste momento, fragilidades manifestas no que diz respeito aos recursos humanos, sobretudo nas áreas médicas, também noutras, mas sobretudo nas áreas médicas. Sabemos que há uma fragilidade grande que é, não existem muitos recursos humanos, não existem médicos das diferentes especialidades que, porventura, possam constituir os quadros permanentes e próprios das estruturas de saúde, este é o desafio maior, mas, para isso, é preciso que, na minha perspetiva, ao mesmo tempo que se cria uma ULS, uma ULS nova que sob o ponto de vista jurídico administrativo não é nada de complexo, basicamente é fazer uma divisão daquilo que é a ULS que hoje existe e com base na capitação dividi-la, é isso que o governo está a propor, que os recursos financeiros que existem, sejam os mesmos e que sejam distribuídos pela ULS existente, ou seja, a ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro e para a ULS do Alto Tâmega e Barroso. -----

Nesse domínio, já propus, na reunião da CIM, que pudéssemos contratar os serviços de um perito nesta matéria, para que pudesse dar contributos relevantes, não tanto na dimensão organizativa, mas, sobretudo, na carteira de serviços de saúde, uma vez que é importante que nós percebamos o que é que efetivamente é esta ideia de criar uma ULS, porque basicamente nós formulámos postulados políticos, formulámos propósitos, mas quanto à substância, quanto à forma, quanto aos recursos e quanto aos meios em que ela se possa vir a concretizar, isso fica por definir. E, portanto, o que eu entendo, é que os Órgãos dos Municípios, eventualmente abrangidos por uma nova ULS, o que têm que fazer, na minha perspetiva, é acompanhar este processo e fazerem propostas no sentido de garantir o quê?! Primeiro, garantir que na área médica existe uma resposta ao nível das várias áreas e das várias especialidades que seja mais abrangente do que aquela que existe hoje e que seja coincidente com aquela que existe na ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro. Segundo, é importante que se garanta, fundamentalmente, que a nossa urgência médico-cirúrgica passe a cumprir os parâmetros, os princípios e os postulados técnicos daquilo que é o modelo de uma urgência médico-cirúrgica, sendo que tal questão se constitui de absoluta importância para nós. Terceiro, é também essencial que na área cirúrgica exista um aumento da capacidade de intervenção, por isso é que nós precisamos de ter um consultor, um perito, alguém que



seja especialista nesta matéria para que nos permita fazer propostas concretas relativamente àquilo que possa vir a ser o quê?! Uma ULS que tenha um corpo clínico capaz de dar resposta àquilo aos problemas e desafios em saúde que os nossos concidadãos aqui apresentam e depois se elabore uma solução de referenciação, de articulação, de encaminhamento o mais capaz possível. -----

Depois, queria associar-me aos votos de pesar pelo falecimento de familiares de Membros desta Assembleia Municipal, formulado pelo Membro da Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, que merecem palavras de condolência e, também, palavras de apoio, porque, de facto, é sempre muito difícil quando se perde alguém, sobretudo quando se perde alguém da família mais próxima e se perde de forma abrupta e, ainda, numa fase muito jovem. Estou a falar do senhor Orlando de Melo e, particularmente, do **Miguel Branco Teixeira**, “*um rapaz da minha idade*”, constitui-se particularmente duro. Devo dizer que estive há três ou quatro meses com ele, a vê-lo jogar ténis, e também ao seu filho. Enfim, é sempre uma situação muito dolorosa, sendo que, nestas situações, nós projetamos depois para nós próprios estas situações, o que causa uma sensação mais aguda. Uma sentida manifestação de condolências aos familiares que aqui estão. -----

Depois, dizer o seguinte, eu quando ouvi a intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, pensei que estava numa aula de Direito Administrativo, lecionada talvez por Marcelo Caetano ou que estava a ler outros teóricos de Direito Administrativo. Porventura, a cópia dos princípios do Direito Administrativo foi bem feita, são esses verdadeiramente que informam, que estão na Constituição e depois que informam um conjunto de diplomas e particularmente Códigos de Procedimento Administrativo, sendo que pensei que estava a ler aqui um tratado para iniciados ao Direito Administrativo. Quanto à essência da questão, dizer que é curioso que na segunda intervenção, tentou clarificar o propósito da Recomendação inicial que é uma Recomendação, não podia ser uma Proposta, porque se fosse uma Proposta, era ela, em si, ilegal porque tangia, tocava, com competência de outros Órgãos e, como sabem, está no Regimento e está na Lei Nº 75/2013 que os Órgãos não podem deliberar sobre matérias que são da competência específica de outros. E, portanto, com tanto direito à mistura arriscava-se a cometer uma ilegalidade, brusca e grave. Mas, enfim, às vezes acontece, os postulados são fortes e resistentes, mas depois as decisões, porque estão elas próprias inquinadas, vão para sítios que não devem, mas eu estava aqui a dizer o seguinte, quando foi apresentada, a primeira coisa que me saltou à ideia, foi o lápis azul e a seguir pensei no seguinte, cá está alguém que quer tutelar e quer, de alguma forma, disciplinar e depois lembrei-me de outra coisa, perdoe-me, não seria melhor ao PSD olhar para os perfis falsos que vão estando por aí, que vão propagando por aí pelas redes sociais?! Não seria melhor ao PSD fazer isso internamente?! Não seria melhor ao PSD tomar para si práticas que quer impor a outros?! Pois bem, se olharem para as redes sociais, vão perceber que alguém, e têm nomes, que fazem uma coisa exatamente ao oposto do que vieram aqui pugnar se é que vieram pugnar! Então isto aqui não foi cerceamento, não foi condicionamento e não foi, de alguma forma, querer controlar alguém?! Pois bem, então, faz sentido que alguém que durante dezasseis anos teve a oportunidade de o fazer e não o fez e agora lembrou-se que, afinal, descobriu a pólvora e que é preciso controlar as redes sociais da Câmara?! Pois bem, acho que esta nova dinâmica desta nova Comissão já está influenciada e não sei porquê, mas vamos saber! Mas vamos saber! Depois, dizer mais sobre esta matéria, porventura seria importante que quando se quer respeitar os outros se faça nas dimensões todas e também nas páginas próprias e não é apenas aqui e, por isso, meus caros não peçam aos outros aquilo que vocês não fazem! Sim, é para si, senhor Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, é olhos nos olhos para si, é olhos nos olhos, e até lhe vou dizer mais, quem quiser tanger com a minha dignidade, com a minha honra vai ter processos crime e muitos! E muitos! e vai ter processos cíveis de indemnização, eu não o interpelei a si, e sobre isso, o que eu disse, é quem quiser tanger e, reitero o que disse antes, eu não disse que essa proposta o fez, atenção! O que eu disse, é que quem quiser tocar com a minha honra, com a minha dignidade, com o meu percurso profissional, de alguma forma, terá duas ações em concreto, processos crime e pedidos de indemnização cível, sabe por quê? Porque quando perceberem que as palavras, as afirmações são responsáveis e têm consequências, as pessoas vão perceber que isto não é brincar, isto é, a sério, joga-se a sério, e ninguém pode jogar ou brincar com a dignidade de ninguém, para mim é absolutamente essencial. Tenho dito. -----

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----



Senhor Presidente, obrigado, de uma forma muito telegráfica, reafirmar o que foi apresentado na Proposta que depois por acordo transformou-se em Recomendação, foi propor à Câmara Municipal que aprove nos seus Órgãos um documento orientador, não vou ler outra vez a Proposta, está escrita, há o áudio desta Assembleia tudo o que foi dito e afirmado pelo Grupo Municipal é claríssimo, os comentários e as afirmações de lápis, seja laranja, seja azul, seja cor-de-rosa, outros comentários sobre ilegalidades ou outras situações, eu deixo para quem de direito. Senhor Presidente, dizer-lhe, na mesma, com a mesma frontalidade, olhos nos olhos, concordo com aquilo que o senhor Presidente disse, sempre concordei, tive oportunidade de falar consigo uma vez, pessoalmente, no princípio do mandato, da minha parte, Nelson Montalvão, terá sempre a mesma lealdade, a mesma frontalidade democrática que me caracteriza e o que tiver que dizer, certo ou errado, digo-o aqui, publico nas redes sociais com a minha cara, com o meu nome e o senhor Presidente sabe disso, podemos estar em discordância democrata, sim! estamos, mas eu sou leal no combate político, não me escondo atrás de perfis falsos nem de coisa nenhuma, eu Nelson Montalvão não o faço. Agora o que aqui trouxe não tinha a ver com isso, tinha a ver precisamente para proteger o documento, depois, com calma, podem lê-lo, mas não tinha nada a ver com lápis azul, com censura, nem nada do género, o documento quem o fez fui eu, pelos vistos, alguns ausentes parecem estar muito presentes, até a citação e o nome não terá sido, certamente, escolhido ao acaso na hipotética aula de Direito Administrativo que não me sinto capacitado para o fazer, só estava a citar artigos da Constituição e artigos do CPA, e foi simples, é o que acontece noutros Municípios. Senhor Presidente, da minha parte terá essa frontalidade e da parte do Grupo Municipal do PSD também a terá como sempre a teve, e da parte da nova Comissão Política também a terá, como da anterior também a teve, se há outros perfis falsos e outras pessoas que sejam do meu Partido ou de vários Partidos que o façam, essas pessoas têm que assumir frontalmente o que têm que fazer, eu concordo consigo, seja com processos crime, seja com outros tipos de processos, porque não se mexe nem com a honra, nem com a dignidade, nem com a profissão de ninguém, seja o Presidente de Câmara, seja ele membro desta Assembleia, seja um cidadão anónimo, nós acompanhamos o senhor Presidente nessa preocupação. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, caríssimos secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, todos quantos nos acompanham. -----

Dizer que, sobre esta matéria, as palavras que aqui trouxe são a tradução da substância, da essência daquilo que procura aqui dizer, dizer que estamos de acordo, no entanto, dizer o seguinte, também, às vezes, aquilo que parece é, espero que neste caso não seja e, portanto, eu espero que aquilo que parecia não seja e que efetivamente o *animus bonnis* subjacente a essa proposta possa ser essa mesma. -----  
Depois, dizer o seguinte: eu só quis deixar aqui uma mensagem para que ninguém descure a prática, porque às vezes no afã de afirmar as propostas políticas, ou melhor, criticar as intervenções de terceiros, às vezes cometem-se um bocadinho de atropelos e esquecem-se aquilo que são as regras básicas e basilares da convivência humana e da relação humana e, sobretudo, daquilo que tem a ver com a proteção daquilo que são direitos absolutamente essenciais. O que eu venho aqui dizer é que os Órgãos do Município, seja o Presidente da Câmara, sobre essa matéria de redes sociais tem uma particular relevância, o que fez no passado, fará no futuro sempre, com probidade, com equilíbrio, com sensatez, dando relação, dimensão e importância àquilo que é a promoção de Chaves, das suas atividades, da sua comunidade, dos seus principais agentes, enfim, fazendo aquilo que as redes sociais fazem, seja das instituições, sejam também naturalmente das pessoas singulares ou coletivas. Sendo certo que, verdadeiramente, e deixe que lhe diga, eu não quero dar uma de aula de Direito Administrativo, não o quero fazer, podia fazê-lo, porque ainda aprendi qualquer coisa nessa área e dizer o seguinte: as regras que se aplicam às redes sociais não são as mesmas que se aplicam, por exemplo, a outro tipo de documentos, outro tipo de decisões, ou seja, não há decisões administrativas nas redes sociais. Portanto, significa que os princípios do Direito Administrativo não se aplicam mutatis mutandis, utilizando a equidade, já que trouxe o direito aqui ao assunto, não se aplicam de forma automática àquilo que tem a ver às redes sociais, as redes sociais são mesmo isso, são redes sociais, não são decisões administrativas. Está bem! Muito obrigado. -----



**Isaura das Dores Gomes de Sousa**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----  
Bom dia, um cumprimento especial à Mesa, ao senhor Presidente da mesma e respetivos secretários, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, à senhora e aos senhores Vereadores, aos Membros da Assembleia Municipal. -----

A Minha intervenção é dirigida essencialmente ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, para lhe dizer algumas coisas, em primeiro lugar: -----

*O regresso a esta CASA trouxe-me uns laivos de Alegria assentes num passado que me enche de orgulho...* -----

*Porém, desta vez, traz-me aqui uma problemática que limita no nosso dia a dia, a nossa liberdade pessoal /social neste recanto de um INTERIOR completamente abandonado, onde a História se faz pela insegurança, revertida na inquietação e no desassossego de (crianças) e/ou velhos em termos de carácter psicológico.* -----

*Ainda que à medida que os dias passam aprendamos a controlar-nos, o medo terrível do que pode acontecer-nos perante ameaças injustificadas subsiste a instabilidade, o desânimo, a inconsistência o medo ... o terror...* -----

*Também é por isso que aqui estou, num alerta global sobre a insegurança que grassa em cada esquina, em cada recanto, em cada vítima sujeita a agressores sejam eles de que estirpe forem.* -----

*Na informação recolhida para fundamentar esta minha “revolta” recorri a enciclopédicas que nos alertam para esta problemática sobretudo no que se refere ao papel das Autarquias Locais como Instituições Administrativas que possuem um conjunto de atribuições dentro do respeito pelos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas de entre os quais realçamos a saúde, a educação e o ensino; da protecção da infância e da 3.ª idade; da cultura e dos tempos livres e desporto; a defesa e protecção do ambiente, a qualidade de vida E AINDA A PROTECÇÃO CIVIL...* -----

*Todos sabemos, decerto, que não é tarefa fácil, principalmente quando os jovens e seus familiares mais próximos debandam em busca de melhores condições de vida.* -----

*Contudo, os que por cá teimam em ficar agarrados a um pedaço de MUNDO onde as raízes se desenvolveram de tal forma que nos impedem de deixar esta terra onde a felicidade acabou por reforçar os seus alicerces, há que prosseguir até à sua outra morada.* -----

*Enquanto isso merecem ser recompensados pelo que construíram em prol de uma sociedade mais justa. Chaves, clama por justiça, paz, segurança, liberdade – palavras ocas que soam, principalmente, quando se é atacado por vilões, sob ameaças fraudulentas que teimam em grassar pelas horas tardias de um dia sob a luz tênue de postes, tantas vezes ainda cortada pelos ramos das árvores das nossas ruas. Foi a escuridão que impediu de ver uma outra realidade.* -----

*Não peço o “arranque das árvores”; peço que coloquem os candeeiros públicos nos sítios adequados, principalmente nos Bairros que também fazem parte desta cidade.* -----

*Deixo, apenas dois apelos:* -----

1. Coloquem postes de iluminação no largo oposto da Quinta da Cera... -----

2. Quem for visado no que se refere à BURLA/ROUBO descarada/o, poderá acionar, legalmente, os Órgãos de Segurança/Investigação Policial... -----

*O meu caso pode não ter o sucesso que desejaria – ver sentenciado quem se porta de forma tão vil...*

*Porém, creio ter cumprido o meu dever, apelando para que a situação se não repita.* -----

**OBRIGADA...** -----

**Chaves, 18.12.2024.** -----

**Isaura Dores Gomes de Sousa.** -----

**Melissa Alexandra Carvalho Lopes**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, excelentíssimos senhores e senhoras Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, demais presentes, comunicação social. -----

*“É com grande satisfação e sentido de responsabilidade que hoje venho destacar um evento que marcou de forma positiva o nosso concelho.* -----



Começo por saudar o Município de Chaves pela organização do Almoço/Convívio Sénior, que reuniu cerca de **3500 idosos** e, pela primeira vez, envolveu as **39 freguesias do nosso concelho**. -----

Este evento é mais do que um simples almoço! -----

Representa um momento de celebração da vida, de inclusão e de união. -----

É a demonstração clara de que, quando trabalhamos em conjunto, podemos criar ações com um impacto profundo na vida das pessoas. -----

Evidencia-se como um exemplo notável de como o poder local pode atuar como agente transformador, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos cidadãos seniores. -----

A iniciativa tem um impacto positivo em várias dimensões fundamentais, desde logo na **Socialização** e no **Combate ao Isolamento**. -----

Sabemos que o isolamento social é uma das maiores dificuldades que os nossos seniores enfrentam. ---  
Muitos vivem sozinhos ou afastados dos seus familiares, o que os deixa vulneráveis não apenas fisicamente, mas também emocionalmente. -----

Este convívio é para muitos, uma oportunidade única de reencontrar amigos, partilhar histórias e criar memórias. -----

Promove um sentimento de pertença e de comunidade que é tão essencial para a qualidade de vida dos nossos idosos. -----

O convívio entre freguesias é um momento único e singular para reconstruir laços sociais, reforçar amizades e criar novas conexões, combatendo assim a solidão. -----

Permite, também, quebrar barreiras e aproximar as 39 freguesias do nosso concelho, criando um espaço de igualdade e inclusão. -----

Independentemente da sua localidade ou condição, todos os participantes sentem-se parte de um todo maior: **a nossa comunidade flaviense**. -----

Sabemos também que o bem-estar emocional está diretamente ligado à **saúde mental**. -----

A participação em eventos como este contribui para a autoestima, para o sentimento de pertença e para o aumento da qualidade de vida. A alegria, o convívio e a partilha de histórias são, sem dúvida, um verdadeiro bálsamo para a saúde mental dos nossos seniores; ajudam a combater a solidão, a depressão e até o declínio cognitivo! -----

O envolvimento dos nossos idosos em atividades comunitárias não só melhora o seu estado de espírito, como também promove um envelhecimento mais ativo e saudável. -----

Além disso, é um reconhecimento do seu valor e da sua importância na nossa sociedade. -----

O Município de Chaves demonstrou com este evento que está atento às necessidades dos seus cidadãos mais experientes. É um exemplo de boas práticas que deve ser valorizado e repetido, pois reforça o sentido de comunidade e a proximidade entre o poder local e os seus munícipes. -----

É um investimento na dignidade e no bem-estar daqueles que muito contribuíram para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

É uma resposta concreta ao desafio do envelhecimento e do isolamento social. -----

É um passo importante para o combate ao isolamento, para a promoção do bem-estar e para a valorização dos nossos idosos, que tanto deram ao nosso concelho ao longo das suas vidas. -----

Termino, reconhecendo o esforço logístico e organizativo que permitiu a concretização deste evento, o envolvimento de todas as freguesias e das equipas municipais e a todos aqueles os que contribuíram para este sucesso. -----

Apelo para que iniciativas como esta se tornem uma tradição anual no nosso concelho e que continuemos a trabalhar para que os nossos seniores vivam com mais alegria, saúde e dignidade. -----

Muito obrigada.” -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público aqui presente, comunicação social e a estrutura de apoio. -----

Queria dizer, sobre a intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, professora Isaura de Sousa, do PSD, aquilo que já lhe tinha transmitido na conversa que manteve comigo num dos convívios que



foram realizados durante este ano, o convívio sénior, e permitam-me aqui uma breve introdução para agradecer muito a todas as Freguesias que contribuíram, participaram, motivaram-se e colaboraram na logística e que foram fundamentais para que esta iniciativa que tem os propósitos enunciados na intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Melissa Lopes, do PS. Sobre esta iniciativa, apenas lamento não ter sido possível realizá-la mais cedo, mas a situação económica e as exigências prementes do Município, não permitiam fazer aquilo que, por exemplo, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior já fazia, e já fazia há muitos anos e fazia bem. Portanto, as práticas que são consideradas boas práticas e que têm propósitos que são louváveis, devem ser replicadas e, portanto, em Chaves está-se a fazer aquilo que já se fazia em Santa Maria Maior e que já faziam dezenas e dezenas de Municípios Portugueses. Retomando a reposta à Membro desta Assembleia Municipal, professora Isaura de Sousa, do PSD, o que aqui expôs, consiste numa questão que nos preocupa, mas trata-se de um caso de polícia que deve ser participado às instituições competentes, para que elas possam ser perseguidas e resolvidas. Relativamente à visão de Chaves apresentada na sua intervenção, devo dizer-lhe que é completamente antagónica da minha e, estou certo, da perceção da maioria dos flavienses. Quem anda em Chaves, sabe que é uma cidade luminosa, com muitos turistas, com muita vida, com grande qualidade de vida, com espaços cuidados, com gente feliz, não é em nada a cidade taciturna e triste que relata. Quem anda em Chaves, como eu ando todos os dias, vê uma cidade dinâmica, com gente, com movimento, com carros, às vezes de mais e, portanto, significa que existem muitas pessoas, e aquela ideia de que é uma cidade em que se vão embora as pessoas, que as pessoas não se fixam, porventura, tem andado desatenta, com uma visão a sofrer de partidarite a mais. -----

Nos últimos sete anos, foram criados mais de quinhentos postos de trabalho, e nos últimos sete anos aconteceu uma coisa importante, voltamos a ter ensino superior público em Chaves, que conta hoje com mais de quinhentas pessoas. -----

Depois, devo dizer-lhe que o Município não tem competência em matéria de segurança, sendo a mesma do Governo, do Governo do PSD, designadamente do Ministério da Administração Interna, através das Forças de Segurança, da GNR nos sítios rurais, da PSP nos sítios urbanos e, portanto, se existem questões de segurança, elas têm que ser encaminhadas para quem? E, portanto, vamos pegar na sua intervenção e vamos para comunicá-la, não terei que ser eu, mas, eventualmente, sugiro que seja comunicada à PSP, nomeadamente a sua visão sobre a segurança para que possam fazer uma reflexão sobre isso e permitir que o Ministério da Administração Interna aloque mais polícias em Chaves. Portanto, vamos todos tentar concretizar esse objetivo, o de conseguirmos mais polícias em Chaves. -----

Sobre outra das situações reportadas, devo dizer o seguinte: Se na sexta-feira me diz, é preciso uma lâmpada e no sábado diz *“eu já disse que era preciso uma lâmpada”*, então vai-me perdoar, mas não deve ser feito assim. Como sabem, o processo de reforço de iluminação pública é fácil e eu explico. Identifica-se a necessidade, o nosso engenheiro eletrotécnico avalia se a necessidade existe, a seguir é contactada a E. REDES, que elabora um orçamento e envia o mesmo para a Câmara Municipal. De seguida, a Câmara Municipal concorda ou não, se concorda paga a despesa e só depois a E. REDES coloca, no local identificado, a lâmpada. E, portanto, se a lâmpada identificada for diferente daquela que me reportou, solicito que identifique o local, porque fez uma intervenção e não disse o local da falta da lâmpada, o essencial ficou por dizer. -----

Depois, agradeço muito a intervenção da Membro desta Assembleia Municipal, Melissa Lopes, do PS. Nós sabemos que todos os Concelhos, e Chaves não foge a essa regra, têm cada vez mais população sénior em maior número. A nossa comunidade tem hoje mais de doze mil pessoas com 65 anos ou mais, sendo que, pela expressão, se constitui como uma população que merece atenção, cuidado, e nessa perspetiva, tudo o que nós pudermos fazer no sentido de demonstrar essa preocupação, essa atenção, nas diferentes dimensões, seja em respostas sociais, seja em respostas de proximidade, seja em resposta de criação de serviços que permitam simplificar a sua vida, seja na formação nas competências digitais, seja, enfim, noutros domínios relacionados com o afeto, como por exemplo os convívios seniores que vieram, na minha opinião, para ficar, devem ter este grande objetivo que é permitir a partilha, a comunhão, a celebração. Mas, também devo dizer que temos que evoluir noutros sentidos, criando outras soluções mais adequadas para um conjunto de cidadãos que vivem isolados, estão distantes da sede do Concelho e que, em muitos casos, têm dificuldade em realizar tarefas e concretizar a satisfação de pequenas necessidades diárias. Pois bem, posso dizer aqui, nesta Assembleia Municipal, que estamos a



trabalhar nesse dossier, quer numa dimensão dos serviços com duas unidades móveis que vão levar serviços como fazem na Loja do Cidadão, vamos levá-los às populações, vamos levá-los a toda a gente com uma periodicidade de quinze dias, como vamos também criar respostas, como já fizemos nos últimos anos, que é procurar respostas que permitam envolver as pessoas dessas Freguesias, dessas comunidades num conjunto de atividades que vão desde o teatro à música, eventualmente, também algum reforço das competências digitais, também momentos que podem ter a ver com literatura, enfim, algo que os faça sentir e que atenuem um pouco um problema que a nossa sociedade tem que se chama solidão, a solidão mata, a solidão mata. E, portanto, nós temos que olhar cada vez mais para todos, e tudo o que ajude a atenuar o sentimento da solidão está no bom caminho, é por aí que queremos ir e conte comigo, é por aí que nós vamos. Muito obrigado. -----

**Isaura das Dores Gomes de Sousa, pelo PSD, no uso da palavra disse:** -----

Senhor Presidente da Câmara, sou professora, continuo a ser professora, o local onde pediu essa informação, o local é entre a Quinta da Cera, aliás foi isso que disse, entre a Quinta da Cera, pois não sei o nome da rua, procurei, mas não consegui saber, as árvores tapam os postes da luz e os passeios estão todos danificados. Convido-o a fazer esse percurso, como eu faço todos os dias a pé e agradeço-lhe, sou professora, trabalhei cinquenta e um anos e nunca ninguém me falou da forma como ouvi falar ao senhor Presidente, exijo respeito porque eu respeito toda a gente. Muito obrigada. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo os meus cumprimentos, ao senhor Presidente, aos distintos Membros da Mesa, à senhora e aos senhores Vereadores e, a todos os Membros desta Assembleia Municipal. -----

Porventura, a afirmação é inversa. Devo dizer-lhe que eu é que exijo respeito, e o respeito tem a ver com uma questão muito simples. Eu permiti que falasse sem nenhuma interpelação, a senhora Membro desta Assembleia Municipal fez-me várias interpelações durante a minha intervenção e, portanto, o que eu disse, foi muito simples, numa sala de aula os professores normalmente pedem aos alunos o quê?! Silêncio, verdade, não é? Eu não lhe faltei ao respeito, em absoluto, muito pelo contrário, e quem me conhece, sabe bem que eu tenho enormíssimo respeito por todos, e pelos mais velhos ainda mais ainda mais, portanto eu não me revejo minimamente nas suas palavras. Percebo que esteja numa situação traumática, colocada perante uma situação que a preocupa muito, por situações que nós compreendemos todos, mas perdoe-me, não leu bem a situação, quanto à questão. Eu renovo o que disse, se é uma questão de reforço de iluminação, nós fá-lo-emos, com certeza. Eu conheço bem o bairro, não sei se é eventualmente a rua que contorna a Quinta da Cera, não sei se é essa ou se é outra, uma vez que ainda não percebi qual é para ser sincero, mas vamos saber, porque a Quinta da Cera era uma zona que depois foi identificada e que tem uma série de ruas, não é mas vamos saber qual é, e vamos fazer esse reforço. Quanto à questão dos passeios levantados, ainda bem que levanta esta questão, nós temos muitos na cidade e a questão que se coloca é, vamos eliminar as árvores?! Pergunto?! Quem é que plantou esse tipo de árvores?! Pergunto?! Quem é que não cuidou de adequar as espécies àquilo que era a utilização urbana?! Pergunto?! E peço-lhe que responda. Muito obrigado. -----

**Colocada à votação a Recomendação foi recusada por maioria com 41 votos contra, 6 abstenções e 13 votos a favor.** -----

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do PSD, na interpelação à Mesa da Assembleia disse:** -----

Obrigado senhor Presidente, a interpelação é a seguinte, sendo o documento original aqui trazido uma Proposta ao abrigo da alínea e) do artigo 32º do Regimento, a votação que agora foi feita, no nosso entender, devia ser sobre precisamente o documento original, ou seja, o que foi reprovado foi a Proposta que nós apresentámos, recordei que foi transformada numa Recomendação através da conferência de líderes para ser aprovado por unanimidade. Senhor Presidente pode perguntar ao líder da bancada do Partido Socialista e dos outros Partidos, porque se foi votada, foi votada a Proposta não era a Recomendação, por isso é que foi feita a interpelação à Mesa, fui eu que li e que entreguei o documento, senhor Presidente. Então reprova-se o documento original. -----



No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, encerrou o Período Antes da Ordem do Dia, dizendo: -----

*“A minha posição como Presidente da Mesa vai no sentido de colocar a proposta à votação como uma recomendação e não uma proposta e no futuro, sempre que haja dúvidas, a Mesa decidirá nos casos omissos no regimento”.* -----

Disse ainda que para um bom funcionamento da Assembleia recomendava aos Grupos Municipais que, sempre que tenham propostas e recomendações, as façam chegar antecipadamente, nem que seja no dia anterior à reunião, para serem distribuídas aos Membros da Assembleia, poderem tomar conhecimento e a Mesa poder analisar as questões que têm a ver com o regimento e o respetivo enquadramento. Esclareceu ainda tratar-se de uma sugestão, não uma obrigatoriedade, essencialmente tendo em vista um melhor funcionamento do Órgão. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

##### PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2024. -----

A ata número quatro, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 25 de setembro de 2024, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados. -----

Dez Deputados da Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

**A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade.** -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, solicitou à Assembleia autorização para alterar a Ordem de Trabalhos. Assim, o Ponto 2 da Ordem do Dia seria discutido no início do período da tarde, em virtude de o 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves, estar presente noutras reuniões no período da manhã, para apresentação da Informação Relativa às Atividades Desenvolvidas no Ano de 2024. Alteração que a Assembleia autorizou. -----

##### PONTO 3 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da informação. -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos membros desta Assembleia Municipal, todos quantos nos acompanham nestes trabalhos, particularmente o público, comunicação social, mas também a estrutura de apoio. Dizer que é uma obrigação do Presidente da Câmara, trazer à Assembleia Municipal um conjunto de informações relativamente à situação económico-financeira, também à atividade mais relevante desenvolvida no período entre Assembleias e também as questões relacionadas com o contencioso do Município. Por isso, queria partilhar com vossas excelências alguns dados e alguma informação que eu reputo de mais importante, estando à disposição para prestar todos os esclarecimentos e todas as clarificações que, porventura, seja necessário dar. Esta informação tem como data limite 11 de dezembro do ano em curso. Quanto à situação financeira peço a vossa atenção, primeiro, para um quadro relacionado com a execução orçamental que se desagrega entre despesa e receita e, entre estas, despesa corrente e despesa de capital, mas também receita corrente e receita de capital, como é normal e habitual a execução no que concerne à receita corrente e despesa corrente ela tem sempre uma expressão maior, mas queria tranquilizar vossas excelências, dizendo que no final do ano em curso, nós teremos cumprida uma das regras relativa ao valor da percentagem de execução da receita que é suposto ser executada em cada ano. -----

Depois, queria dar-vos nota de outra questão relativamente às dívidas a terceiros, sendo que sobre essa matéria em específico devo dar aqui três ou quatro notas: a primeira nota, muito importante, está relacionada com a informação prestada na Assembleia Municipal de setembro, onde, comparativamente, a dívida do Município reduziu, desde esse momento, em 7,76%, significando que a trajetória de redução de dívida é muito importante e tem expressão. Eu permito-me dizer o seguinte: Se nós quisermos



comparar a evolução da dívida dos últimos anos, podemos verificar que a trajetória tem sido sempre permanentemente de descida, sem que tal tenha comprometido em momento algum o investimento relevante e muito importante feito. Portanto, neste domínio, queria só dar nota que, por exemplo, o total da dívida de curto prazo é de 1 milhão 580 mil euros, mas, depois, relativamente aos empréstimos de médio e de longo prazo nós, hoje, temos o valor de 10 milhões e 500 mil euros, compara com os 20 e muitos milhões de euros, que recebemos de herança em 2017. Portanto, fica só esta nota muito importante, mas no total da dívida entre o curto prazo, o médio e longo prazo e outra dívida que tinha a ver com, lembrem-se, a dívida às Águas do Norte, aquela dívida que havia de muitos milhões, 7, 8, 9 milhões, ela está aqui espelhada, ela não está escondida, se repararem, diz assim *“acórdão relação de dívida celebrados a executar em anos seguintes”* tem a ver com a dívida que ainda temos às Águas do Norte de, neste momento, 3 milhões e 398 mil euros, tratando-se de bastante menos do que aquela que herdámos. Portanto, dizer que a trajetória reflete confiança, estabilidade, consolidação e, fundamentalmente, esperança. Na dimensão da dívida de terceiros, temos feito um trabalho de depuração, eliminando progressivamente todas as dívidas incobráveis, contribuindo também nesta dimensão para o incremento da transparência e da verdade, acabando com o artifício contabilístico. ----- Se repararem, desde o início de 2024 até hoje, decorreu uma diminuição de cerca de 8 milhões de euros, relacionado com o quê?! Com aquilo que estavam registadas como receitas, sobretudo das telecomunicações e não eram cobradas e nem nunca seriam cobráveis, porque enfim, eram ilegais e já se encontra feita aqui esta clarificação. Por outro lado, a perspetiva é a de que os resultados sejam francamente positivos no exercício que estamos em curso. Depois, queria deter-me dois ou três minutos sobre a dívida total. Dívida total é aquela dívida que o Município é responsável perante as entidades todas, lembrar-se-ão certamente que, em 2017, o Município devia um bocadinho acima de 38 milhões, sendo que hoje se compara exatamente nos mesmos parâmetros com os 18 milhões 416 mil euros, o que constitui menos de 20 milhões de euros, eu repito 20 milhões de euros! E, por isso, fica aqui bem evidenciado qual tem sido o percurso de redução da dívida. Mas se quisermos apenas atermo-nos a um conceito que é um conceito mais rigoroso que tem a ver com aquilo que o Município tem que efetivamente pagar e que tem a ver com a dívida total, excluindo as não orçamentais mais o capital excecionado, porque quando se fala de capital excecional, não é capital que não tenha que ser pago, não conta, é para a conta do endividamento, foram empréstimos que o Município fez mas que não contam para a assunção, é o que está na Lei das Finanças Locais quanto à dívida do Município. Se nós pensarmos nesses dois parâmetros, que é o capital excecional, mais a dívida total excecionado, as não orçamentais, então nós estaremos a falar seguramente de uma dívida de 15 milhões e 500 mil euros. Dar nota de outro aspeto, relativamente à variação da dívida, a nossa dívida no ano de 2024 reduziu 20% se compararmos 01/01/2024 com o dia 11/12/2024. Pois bem, hoje o Município de Chaves tem uma capacidade de endividamento total de 40 milhões de euros, quase 41 milhões de euros, e como sabem, em cada ano, só podemos utilizar cerca de 20% da capacidade total, ainda assim, nós temos para utilizar no ano próximo 18 milhões e 539 mil euros, significando assim a capacidade de sonhar, de fazer obras que nós temos neste momento e que contrasta radicalmente com aquela que existia em 2017 que era nenhuma. Depois, relativamente a outro documento que é o mapa dos passivos e ativos contingentes, ele, hoje, é claro, não esconde nada, encontrando-se declarada toda a informação, para que não haja dúvidas para que, efetivamente, toda a gente conheça tudo e que nada fique na gaveta como era prática no antigamente. Mas também queria dizer-vos outra coisa muito importante relacionada com obras. Sabem quantas empreitadas estão em curso no Município de Chaves, neste momento?! Sessenta e três empreitadas, umas em fase de conclusão, outras concluídas, outras para iniciar. Sabem qual é o valor global dessas obras que foram contratualizadas relativamente àquilo que são as empreitadas? 30 milhões de euros. Ainda estão por executar cerca de 19 milhões de euros, representando no global um investimento muito significativo, muito expressivo e relevante e, portanto, não digam, não afirmem, como às vezes ouço que o investimento é pequeno. Nunca em Chaves se fez tanto investimento ao mesmo tempo e de forma tão expressiva. Deixem que partilhe com vossas excelências outra coisa: sabem quantos quilómetros de estrada nós já requalificámos, têm uma noção de quantos quilómetros já fizemos?! Fizemos algumas novas e algumas requalificadas, sendo que já concretizámos uma vasta intervenção em mais de 100 km de estrada. Nunca na história do Município, sem financiamento comunitário, se fez tanta estrada como nós fizemos. -----



Depois, o documento sobre a atividade municipal procura ser o mais explícito possível, integrando todas as intervenções e todas as presenças mais importantes e permitem que vossas excelências possam perceber o que é que se fez naquela reunião, o que é que aconteceu naquele encontro, o que é que aquela representação significou, todas estão aqui, desde participações em congressos de saúde, participações em processos de financiamento comunitário que estão a ser preparados, questões relacionadas com saúde, questões relacionadas com a cooperação transfronteiriça Norte de Portugal Galiza, sobre o encontro de Ciência Maria Paiva, que se trata de uma iniciativa que a nós nos dá um grande orgulho realizar em parceria com a Universidade do Minho, que nos é tão importante e que, na minha perspetiva, é algo que deve ser continuado, incrementado e afirmado. -----

Depois, sobre a audiência com a Secretária de Estado da Gestão da Saúde, fomos ouvindo e fomos vendo nas redes sociais, um conjunto de congratulações sobre a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, mas, a verdade, é que ela não foi criada, apenas foi feita uma afirmação no âmbito de uma interpelação, numa comissão, neste caso, especializada na área de saúde. Houve um burburinho e criou-se logo uma ideia de que tudo tinha acontecido, mas eu quis, antes de fazer alguma pronúncia sobre esta matéria pessoal ou institucional, perceber exatamente em que fase estamos. Como todos sabem, desde que a Ministra da Saúde tomou posse, eu pedi uma audiência e fomos pedindo insistentemente, não fomos recebidos até hoje. -----

Finalmente, conseguimos ser recebidos pela senhora Secretária de Estado da Saúde, Engenheira Cristina Vaz Tomé, tendo colocado quatro grandes questões relacionadas com as questões centrais, porque até parece que mudando o Governo se resolveram os problemas da Saúde. Até parece que a Urgência Pediátrica está a funcionar, e ela não funciona, ela só funciona de segunda a sexta-feira, as críticas que eu ouvia aqui da bancada do PSD antes, esfumaram-se?! Perderam sentido?! Mas a realidade é a mesma, pois continuamos com uma resposta inadequada, ou seja, na nossa opinião, não há urgência se não for sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia e trezentos e sessenta dias por ano. Então estamos a falar de uma espécie de urgência e, portanto, continuamos a perguntar para quando uma Urgência Pediátrica a sério?! Para quando o internamento de Pediatria?! Para quando a abertura dos Cuidados Intermédios cujas obras estão feitas há mais de um ano?! E que, enfim, o anterior Ministério da Saúde teimou em não abrir e esperemos que, agora, este, abra. Primeiro disseram-nos que não era possível abrir, porque não havia recursos humanos, particularmente enfermeiros, porque a equipa era extensa e não estava aprovado o Orçamento da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro e que isso impedia de fazer contratação. Pois bem, há meses e meses que o documento está aprovado, esperemos que agora possa acontecer. Por outro lado, também fomos lá dizer outra coisa que foi a questão relacionada com a necessidade de incrementar a Cirurgia de Ambulatório na Unidade Hospitalar de Chaves, mas, por fim, fomos à questão da ULS e o que nós perguntamos foi?! Que carteira de Serviços de Saúde vão ficar na ULS em Chaves?! Não me soube responder! Que timings é que efetivamente vão ser concretizados com que prazos?! Enfim, ficaram anunciados que em janeiro, ou em fevereiro, ou em março viriam aqui ao Hospital fazer uma visita, já é um princípio que saudamos, mas precisamos que o trabalho seja feito de forma consistente, trabalho técnico, trabalho científico, isso tem que ser feito e, portanto, esperemos que este processo da ULS que seja uma oportunidade e que seja uma oportunidade de incrementar a qualidade e a efetividade dos Cuidados de Saúde, esperemos nós que isso, sim, possa acontecer, vamos acompanhar, já disse há pouco aqui e reitero, se no âmbito da CIMATB não for possível contratualizar os serviços de um Consultor, a Câmara fá-lo-á para que nós possamos acompanhar de forma intensa e próxima e foi isso também que fui dizer à Senhora Secretária de Estado. Queria ter dito à Senhora Ministra, não foi possível, mas lá teremos oportunidade de o fazer, dizendo-lhe o seguinte: nós Municípios queremos efetivamente ser parceiros, porque não queremos ser parceiros apenas para pagar as contas dos Centros de Saúde, não, nós queremos ser parceiros não apenas da logística, nós queremos ser parceiros estratégicos não, naturalmente, da gestão, nós não temos intenção de fazer gestão das ULS, mas queríamos ser parceiros na definição da estratégia e, sobretudo, do plano de negócios da próxima ULS. É isso que nós queremos fazer e como nós não temos o conhecimento suficiente, vamos procurar contratualizá-lo para que, efetivamente, possamos fazer essas propostas que são naturalmente aqui objeto de partilha para que elas possam ser também sufragadas, ou não, e possam ser melhoradas e que, efetivamente, nós possamos ter aqui uma ULS como nós ambicionamos, que na prática é, com mais serviços e com mais qualidade e, portanto, são no essencial as informações que queria dar-vos,



porventura, haverá outras que certamente serão citadas, mas eu estarei disponível, não podia deixar de ser, para as esclarecer. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

**Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Obrigada, senhor Presidente, reitero os meus cumprimentos, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, caras e caros Membros desta Assembleia, trabalhadores presentes, comunicação e demais público, senhoras e senhores. Vem a intervenção, neste ponto, a propósito da relevância a atribuir, quanto a nós, a alguns dos momentos da agenda e da atividade do senhor Presidente da Câmara, assim queremos, desde logo, assinalar a realização da terceira Edição do Encontro de Ciência Maria Alves Paiva nos dias 18 e 19 de outubro. Este evento que já vai na sua terceira edição, merece que o destaquemos não só pela sua relevância em si mesmo, passando pela excelência dos palestrantes intervenientes, à pertinência e acutilância dos temas abordados, mas também, sobretudo, por aquilo que significa imbuído numa estratégia de política municipal mais vasta que prestigia a educação, a ciência e o conhecimento, dando-lhes protagonismo e colocando-os ao serviço dos profissionais e da comunidade. -----

Um encontro que visou promover a literacia científica e que não fechou elites académicas dentro de uma sala, falando para si mesmas, mas que, ao contrário, democratiza o conhecimento, dando a todos a oportunidade de ouvir e aprender com alguns dos melhores cientistas nacionais e de debater temas científicos relacionados com o dia a dia. Um evento que contou com mais de trezentos participantes e cuja sessão de encerramento foi presidida pelo senhor Ministro da Educação Ciência e Inovação Fernando Alexandre que não deixou de aproveitar a oportunidade para felicitar o nosso Presidente pela importância reconhecida à educação, traduzida não só nesta, mas também em outras iniciativas nas palavras que não são minhas, mas as do atual governante proferidas naquela ocasião e adivinhando eu que pudesse estar a pensar, por exemplo, nas Jornadas de Educação que haviam decorrido no mês anterior ou na atividade, por exemplo, desse outro projeto cimeiro de Educação, Ciência e Conhecimento, que a existência e o já demonstrado sucesso do Laboratório Colaborativo Aqua Valor, bem como da atividade do IPB e das suas escolas aqui no Alto Tâmega. -----

Para além desta temática, ressalta-nos ainda na agenda do senhor Presidente o dia 29 de outubro, a propósito da primeira reunião do Conselho Regional do Norte da CCDRN, após a sua conversão em Instituto Público. Menciona-se na informação que nos foi prestada que decorreram nessa reunião, curiosamente, verificadas neste mesmo espaço as eleições para os novos Órgãos desta entidade agora recompostos à luz dos novos estatutos. No entanto, o que aí não se menciona e temos aqui de assinalar, é que o Presidente do Município de Chaves, foi nessa ocasião, nessa mesma sala, eleito Presidente do Conselho Regional do Norte, uma eleição que ocorre desde logo interpares, sendo que, este Conselho, integra os oitenta e seis Presidentes de Câmara do Norte e, ainda, cerca de duas dezenas de Representantes de Organizações e outras Entidades Públicas Sociais Económicas Ambientais e Científicas, um Órgão que congrega, assim, mais de cem conselheiros. -----

Por isso, foi com grande regozijo que recebemos a notícia de que o nosso Presidente da Câmara havia sido reeleito Presidente deste Conselho Regional, é uma conquista muito significativa pela qual o Grupo Municipal do Partido Socialista o quer parabenizar de forma entusiasta, pois entendemos que é o renovar de uma conquista demonstrativa da notoriedade e do reconhecimento das capacidades técnicas, políticas e humanas do Presidente Nuno Vaz. Entendemos ainda que esta nossa satisfação é partilhada pela generalidade dos flavienses, pois é também uma vitória de Chaves, para Chaves é muito significativo que o Interior Norte se possa afirmar cada vez mais como território de competência e de oportunidade e, neste ensejo, é com particular honra que constatamos o reconhecimento externo do nosso Concelho e do nosso Presidente. -----

Por fim, e com relevo ainda na atividade do senhor Presidente, gostaríamos também de fazer uma última referência ao último ponto aí mencionado e já aqui sobejamente abordado hoje que tem que ver com o passado dia 9 de dezembro, no âmbito da audiência com a Senhora Secretária de Estado de Gestão da Saúde trazemos aqui um conjunto de questões, no entanto, elas já foram sendo abordadas, quer no



Período de Antes da Ordem do Dia, quer na própria intervenção do senhor Presidente, a propósito deste mesmo ponto. -----

No entanto, pela pertinência que o tema tem, que o tema da Saúde tem e os Estabelecimentos de Saúde e Hospitalares têm na vida de todos nós flavienses, não podemos deixar aqui também de salientar, de saudar a proatividade que o Executivo e em particular o Presidente tem tido nesta matéria, o compromisso que tem continuamente assumido com o tema da Saúde, o empenho sincero e desassombrado com que aqui já hoje nos trouxe aquela que é a sua reflexão profunda sobre este tema, a coerência com que o tem abordado, a força com que o tem agarrado independentemente da cor ou das cores partidárias que tomam assento no Governo. Muito obrigada. -----

**Manuel Justino Matos Cunha**, pela CDU, no uso da palavra disse: -----

Renovo os cumprimentos a todos, a propósito da visita da senhora Secretária de Estado da Saúde gostava de saber se o senhor Presidente procurou esclarecer com a Secretária de Estado que neste momento a maior parte do Serviço de Urgência na área Médica é assegurado por Médicos que não são do Hospital de Chaves e a fragilidade que daqui resulta para o acompanhamento dos doentes, e a instabilidade que os tarefeiros representam para o funcionamento de um Hospital Público? Essa é uma questão. Outra questão, se procurou esclarecer, se o anunciado plano de que não há plano de contingência de abrir camas extra no Hospital de Chaves, mas, sim, de transferir os doentes internados se os habituais picos de gripe e de infeções respiratórias no inverno obrigarem a um aumento do internamento pela primeira vez na Unidade Hospitalar de Chaves, mas também na Unidade Hospitalar de Vila Real? Não vai haver abertura extraordinária de camas, mas transferência desses doentes para os privados, com o Estado, mais uma vez, a financiar os negócios privados na Saúde. -----

Gostava de saber se ficou esclarecido, ou não, que numa eventual Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso como estão as condições de preparação dos citostáticos. Dos poucos avanços significativos que houve no Hospital de Chaves que foi a reintrodução das quimioterapias para os doentes oncológicos, mas cujos citostáticos estão todos preparados em Vila Real. Se há algum plano e os custos que isso envolve para a dimensão do Hospital de Chaves para ter Unidades de Câmaras de Fluxo Laminar e equipas de profissionais para preparar? Estes são um conjunto de questões que devem ser colocadas, a preocupação pelo abandono consecutivo de profissionais do Hospital de Chaves, pelo menos, mais duas Médicas de Medicina Interna o abandonaram, como é evidente, é impossível abrir uma Unidade de Cuidados Intermédios quando, quer a Unidade Hospitalar de Vila Real, quer a Unidade Hospitalar de Chaves estão com dificuldades extremas em acompanhar os doentes internados nas camas que existem agora? Estas são questões que têm que ser colocadas com força pelo senhor Presidente, não sei se ele as colocou ele nos dirá e estas são questões essenciais do reforço do Serviço Nacional de Saúde que podem salvar o Hospital de Chaves e não os modelos de organização por onde parece que vamos caminhar erradamente e que apenas abrem caminho à privatização acelerada de serviços ou até da totalidade da Unidade Hospitalar de Chaves. -----

Gostava que o senhor Presidente esclarece-se esse aspeto e, finalmente, gostava que um dia os Governos e o Partido Socialista que teve muitas responsabilidades na área da Saúde durante muito tempo e, agora, é bom ver como em termos locais se defende a proximidade, mas o Centro Hospitalar mal criado no seu tempo, mal criado no seu tempo, em nada teve a ver com a proximidade e os cuidados hospitalares, mas estava o Partido Socialista no Governo e a baixa dos salários que afastou os profissionais de saúde aconteceu durante governos do Partido Socialista e do PSD e depois há, aqui d'el rei, que os Médicos, o que é que a União Europeia propõe? O que é que o Durão Barroso propõe? O que é que os nossos Governos têm proposto? A não ser as iniciativas pessoais, agora têm resposta de que os Médicos mal pagos pelo Estado procuram resolver a sua vida, indo no imediato àquilo que eles pensam que é o seu interesse de ganhar mais dinheiro, mas não foi essa a sociedade que vocês promoveram nos últimos anos? Que cada um dentro da honestidade ganhasse o mais dinheiro que pudesse? Se juntarmos a isso o que o Estado paga aos Médicos, valores que são completamente ridículos. O senhor Presidente falou, e é verdade, que há Médicos que ganham muito dinheiro à tarefa indo de terra em terra, isso é uma verdade inquestionável, mas sabem que um Médico interno que já exerce formação clínica, tem um salário básico que lhe permite receber pouco mais de 1000 euros ao fim do mês se não fizer horas extraordinárias? E acham que fixam Médicos nos Hospitais assim? Eu penso que é bom perceber o que



temos pela frente e não nos deixarmos iludir. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente da Mesa os meus cumprimentos, senhor e senhora Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos membros desta Assembleia Municipal e toda a gente que nos acompanha nesta Assembleia. Queria começar por cumprimentar a senhora Membro desta Assembleia Municipal Brigitte Bazenga, do PS. Dizer que, de facto, partilho da sua visão sobre as iniciativas ligadas à Educação e à Ciência, elas são importantes, são essenciais, digo prosaicamente muitas vezes que, quem não tem petróleo ou diamantes, tem que apostar na Educação e na Ciência, não há outra forma de o fazer. Depois, dizer que agradeço os elogios, que são certamente exagerados, mas os propósitos são de afirmação do nosso território e deste Concelho interior naquilo que tem a ver com as dinâmicas próprias numa região que é também ela centralista, sendo que tal faz parte das dinâmicas naturais dos territórios e das organizações. Quanto à questão da audiência que tive em Lisboa, foi marcada a reunião às dezassete horas da tarde em Lisboa, posso dizer que nesse mesmo dia regresssei a Chaves, aliás, como fiz sempre nas vinte e uma vezes que fui a Lisboa, no próprio dia e, portanto, fui bem-recebido, com simpatia no Gabinete da senhora Secretária de Estado. Dizer que, de facto, nós abordámos um conjunto de temas e falámos de muitas questões, designadamente, sobre a forma de fixação de profissionais de Saúde, a conversa demorou uma hora e meia e houve oportunidade para falar sobre muitas reflexões, mas, não mais que reflexões sobre vagas carenciadas, sobre questões de número de internos das diferentes especialidades, do papel da Ordem, daquilo que pode ser o papel dos Médicos, enfim, porque nós centramo-nos sempre nos Médicos, apesar do Serviço Nacional de Saúde não ser apenas Médicos não é? Tem Enfermeiros, tem profissionais de Saúde de diversas índoles, tem Assistentes Técnicos, Assistentes Clínicos, tem Assistentes Operacionais, enfim, tem todo um conjunto de recursos e é absolutamente essencial que existam. E eu já estive na Saúde, e acredito firmemente que todos são indispensáveis, porque se alguém não fizer o seu trabalho a equipa não funciona, e até pode ser a senhora da limpeza, se ela não fizer trabalho dela e não higienizar bem o espaço a atividade já não se desenvolve, portanto, são todos importantes com respeito absoluto pela diferenciação daquilo que é feito na área da Saúde. -----

Quanto à questão e às diferentes questões que colocou o Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, queria dizer-lhe o seguinte: sobre essa questão de que, efetivamente, existe uma carência manifesta daquilo dos recursos humanos da própria instituição, seja a Unidade Hospitalar de Chaves, seja porque o vínculo, agora, estabelece não ao nível da Unidade Hospitalar, mas ao nível da ULS e, portanto, o vínculo é com a Entidade e se o vínculo é com a Entidade, cabe às Direções Clínicas, à Administração alocar recursos de acordo com as suas necessidades. O que nós defendemos, é que o modelo centralista e centralizador desta Unidade Local de Saúde faz com que os recursos sejam todos colocados em Vila Real. Claro que tem acontecido outra coisa que é verdade, muitos médicos, como perceberam, que, afinal, sendo tarefeiros, ganham o dobro, o triplo, o quádruplo, o quádruplo ou mais do que ganham enquanto trabalhadores em funções públicas ou contrato de trabalho privado nas próprias Instituições de Saúde, o que é que fazem progressivamente, têm rescindido contratos, são dezenas, dezenas e dezenas de Médicos que têm rescindido contrato com o Serviço Nacional de Saúde. Pois bem é preciso pôr termo a isto, porque eu acredito, sinceramente acredito no mercado, naquilo que é o funcionamento da economia com base num princípio de mercado, mas não pode o Estado ser capturado. O Estado tem que garantir o equilíbrio e, neste momento, o que acontece na Saúde, é uma zona em que não há intervenção, é uma zona de falha do mercado ou de excesso de mercado e, portanto, o Governo tem que verdadeiramente olhar para isto, tinham os anteriores e tem este. E, portanto, eu, nesta matéria, não estou a dizer que o mérito está nos Governos do PS e os deméritos estão no Governo do PSD, nada disso, nada disso, é exatamente ao contrário. Aliás, acho que nesta matéria, o denominador comum é sempre o mesmo, sempre o mesmo, ou seja a incapacidade de tomar decisões estruturais, porque uma decisão estrutural que seja tomada hoje, por exemplo, relativamente às carreiras ou à formação, tem efeitos daqui a dez ou doze anos, porque nós achamos que as medidas de hoje resolvem problemas de hoje, não, há muitas medidas que se podem tomar hoje estruturais, que só têm efeitos com alguma relevância daqui a dez, doze ou catorze anos. Então no que diz respeito à formação, isso é indiscutível



e, por isso, faça-se o que é preciso, para quê?! Para que nós não tenhamos os tarefeiros, as prestações de serviços que nós temos aqui no Hospital de Chaves como nos outros Hospitais todos. Mas eu pergunto, se este modelo não resolve, a criação da ULS não pode ser uma oportunidade para nós discutirmos algumas das questões que colocou aqui em cima da mesa?! É uma oportunidade, pelo menos é uma oportunidade para nós discutirmos de forma frontal, aberta, sem tapumes, com transparência para que possamos discutir cada questão e cada assunto. Se vai ser feito um plano de negócios, então, a primeira coisa que temos que fazer é ajudar, contribuir para a sua construção, segundo é avaliá-lo, conhecê-lo, perceber exatamente como é que ele vai ser construído, acho que pior do que estamos não podemos ficar, não podemos ficar, nós não podemos aceitar que fiquemos pior, não podemos aceitar, não nos podemos resignar. Eu sou um defensor acérrimo do Serviço Nacional de Saúde, mas também, é fundamental que se perceba que é fundamental tomar decisões de sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, não quero fazer esta discussão aqui sobre o que é que isso significa e os efeitos que esta tomada de decisão podiam ter, mas é fundamental que o Serviço Nacional de Saúde seja sustentável, não que dê lucro, são coisas diferentes e, portanto vamos ter que discutir um dia destes o Serviço Nacional de Saúde e vamos discutir a sua forma de organização, a sua eficiência, aquilo que são os seus efeitos. Não queria aqui utilizar vocabulários ingleses e, portanto, perceber se, efetivamente, se os recursos que são alocados ao Serviço Nacional de Saúde, produzem ou não produzem os resultados que são esperados e se não se produzem, porquê?! Eu acredito muito que é preciso haver transparência, debate, critério, acompanhamento para quê?! Para que o que está bem feito se valorize e se considere e para o que está mal feito, se critique e se corrija e, portanto, eu acho que é isso que nós temos que fazer, portanto, se nós temos hoje tarefeiros, muitos tarefeiros temos que ver porquê? E as razões são várias as que estão do lado do Governo, mas outras também estão do lado dos Médicos e das suas Organizações designadamente da Ordem dos Médicos e não vale a pena dizer que de um lado estão os santos e do outro lado estão os diabos, não! Há culpas de todos e têm que ser assumidas e não vale a pena a Ordem dos Médicos dizer que a culpa está toda do lado do Governo, neste ou nos anteriores, não é verdade, porque uma Ordem não é um Sindicato, embora pareça que seja, agora a Ordem dos Médicos comporta-se como um Sindicato, na minha opinião. -----

Portanto, devia ser uma Ordem focada no quê?! Claro que deve proteger os profissionais, com certeza, os seus direitos, a sua carreira, a sua remuneração, com certeza, mas focar-se sobretudo na qualidade dos serviços e no destinatário final da sua ação que são os cidadãos, na minha perspetiva. Por isso, é que são uma autoridade pública, se não eram autoridade privada, uma vez que as Ordens têm poderes do Estado que lhe foram delegados pelo Estado e, às vezes, parece que aquilo são coisas que nascem com as próprias pessoas, é quase como um direito divino. Não é nada assim, mas vale assim para a Saúde como vale para a Área da Segurança ou vale assim para outra qualquer área, nós somos servidores do Estado, servidores do Estado, e é assim que nós temos que interpretar. -----

Quanto à questão dos planos de contingência, não tinha essa informação, ninguém a partilha comigo, ninguém me diz se há dez camas na Pediatria, ou se há dez camas na Cirurgia I, ou na Cirurgia II, como sabem, ninguém partilha essa informação comigo, portanto, colocou-me aqui uma informação que nem sequer tinha. Vamos questionar o Conselho de Administração sobre esta matéria, se existe um plano de contingência para a gripe ou não há?! Mas, como perceberam, estas são matérias que as Autarquias e o Presidente da Câmara não têm conhecimento destas dinâmicas internas, com certeza que os profissionais de Saúde que lá estão, sabem, mas eu não sei, estou a saber agora e, portanto, faremos essa pergunta e perceber como é que se responde, por exemplo, a uma situação de um surto de problemas respiratórios de vária índole que possam surgir neste período e que normalmente são entre dezembro e fevereiro, por isso, era importante saber. -----

Sobre as outras questões, que com propriedade e conhecimento colocou relativamente àquilo que tem a ver com um ganho que a Unidade Hospitalar de Chaves teve na área de Oncologia, e foi um ganho muito importante. As questões que colocou, são questões que nós vamos ter que discutir em sede daquilo que seja o próximo referencial de Gestão e Clínico da ULS, nós vamos ter que perceber como é que essas questões que colocou e que têm toda a oportunidade, são absolutamente decisivas, mas perceber como é que na proposta que o Governo queira fazer à Direção Executiva, não sei quem é que vai ser, mas que estejam lá contempladas. Quando eu falava da questão da carteira de serviços, quando eu falava dos recursos, dos equipamentos, estas questões como outras, são absolutamente decisivas, portanto, o que



nós pedimos, é que nós possamos constituir uma Comissão Técnica ou Comissão de outra natureza para que nós possamos contribuir de forma ativa e proativa para que efetivamente as questões essenciais para a criação de uma ULS e que tenha como centro natural a Unidade Hospitalar de Chaves, possa acontecer, isto é muito importante. Agora, estas e outras questões não foram discutidas com a senhora Secretária de Estado, aliás, provavelmente nem ela tinha essa informação, pelo que eu percebi o assessor que estava com ela, é que estava a conduzir este dossier e estavam a reunir informação junto de um conjunto de profissionais, uns da área da gestão, outros da área clínica e, portanto, esperemos que o processo corra bem, agora, eu acho que é uma oportunidade que pode correr pior, claro, como tudo na vida, mas vamos ter que fazer tudo para que corra melhor. -----

Quanto à questão do Centro Hospitalar e da sua criação eu digo aquilo que disse sempre, eu fui contra desde o princípio. Eu lembro-me de ter liderado, era então um jovem aspirante à liderança de uma estrutura Partidária Local, tendo estado numa manifestação à porta do Hospital, porque o senhor Ministro Correia de Campos estava, na altura, a tomar decisões e, designadamente, queria desqualificar a urgência. Portanto, nós precisamos cada vez mais de uma saúde de proximidade, isso é fundamental, dizer que é mais uma oportunidade, esperemos que os resultados sejam aqueles que nós ambicionamos, agora, vamos trabalhar para que isso aconteça, agora, não vejo, não vejo que em si mesmo este novo instrumento, esta nova figura de organização tenha em si desvantagens, também não tem em si os méritos que muitas vezes lhe atribuem, também não tem, e vai resultar sobretudo da diferenciação, vai resultar daquilo que for a capacidade de montar uma solução, em cooperação, em parceria, em rede, porque todos percebemos que a ULS que venha a ser constituída não vai ter a dimensão, a estrutura, a densidade, a carteira de serviços que têm outras com outra dimensão, mas, com certeza, temos que discutir o que é absolutamente essencial, aquilo que é absolutamente crítico, decisivo para que os nossos concidadãos tenham cuidados de saúde com equidade e com acessibilidade. -----

Muito obrigado. -----

**Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 4 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2025, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2025-2029). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 152/GAP/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, aos distintos membros desta Assembleia Municipal, à comunicação social que ainda nos acompanha e também à estrutura de apoio e dizer que não há ninguém em avença aqui na estrutura de apoio. Só fica este nota que há pouco me esqueci e, portanto, dizer claramente que não há aqui ninguém em avença, mas se fosse necessário, ela cá estaria, não sou contra as avenças desde sempre e quando elas sejam uteis e necessárias e sejam fundamentadas. Fica só a nota, porque há pouco esqueci-me. -----

Sobre esta matéria, e como todos sabem, são os últimos Documentos Previsionais do mandato que está em curso (2021/2025), como já perceberam, são Documentos Previsionais robustos, com muita densidade, com um investimento muito significativo. Nós estaremos provavelmente perante um Orçamento e uns Documentos Previsionais que, como os senhores sabem, têm várias dimensões: do Orçamento da Despesa e da Receita e as Grandes Opções do Plano que integram o PPI e o PAM e depois tem um conjunto de outros anexos, enfim, de outros instrumentos e de outros mapas contabilísticos importantes que traduzem a estratégia e que concretizam a política e a proposta de atividades de investimentos e orçamentais para o próximo ano. Permitam-me ler aqui um texto, depois estarei naturalmente disponível para prestar todos os esclarecimentos, focar em particular alguma dimensão que, porventura, os senhores membros desta Assembleia Municipal tenham interesse em fazer. Mas, ainda assim, por questões de sistematização vou ler o documento que, no essencial, já foi apresentado na reunião do Executivo Municipal, mas queria partilhá-lo também com vossas Excelências. -----

*“Os documentos previsionais, que integram as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimento, o Plano Municipal de Atividades Mais Relevantes e os Orçamentos da receita e da despesa,*



para o ano de 2025, consubstanciam muitas das prioridades estratégicas que têm mobilizado este executivo municipal. -----

Trata-se de um documento relevante na consecução das políticas municipais amplamente sufragadas pelos flavienses, que foi elaborado num cenário macroeconómico de incerteza e instabilidade. -----

Com efeito, o enquadramento externo tem vindo a deteriorar-se em virtude dos choques gerados pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia, e, mais recentemente pelo conflito vivenciado na Palestina, que já contagiou os territórios vizinhos, que influenciam negativamente o preço das matérias primas e da energia e inibem a descida significativa das taxas de juro. -----

O cenário macroeconómico internacional e nacional enquadra e condiciona habitualmente a governação nacional, mas também a governação local, quer na modelação das políticas públicas municipais, quer na gradação da implementação das prioridades estratégicas, que orientam os instrumentos de gestão financeira e económica de curto e médio prazos. -----

É, pois, com o atual enquadramento de grande exigência, que urge prosseguir com a concretização dos compromissos autárquicos amplamente sufragados nas últimas eleições autárquicas, que dão expressão às prioridades estratégicas municipais e supramunicipais, sendo que o desígnio supino da governação municipal deve centrar-se na qualificação das pessoas, das empresas e das instituições, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, de aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. -----

Nesse contexto, as Demonstrações previsionais para o ano de 2025 dão tradução à estratégia de prossecução dos processos de eficiência, financeira, dos sistemas de água e saneamento e energética, que nos permitem tornar mais sustentável a gestão autárquica e, assim, aumentar a qualidade dos serviços públicos e, por esta via, a qualidade de vida nos nossos concidadãos. -----

Por outro lado, o documento previsional para o próximo ano identifica como prioritária, de forma clara, a estratégia de atração de investimentos e dinamização do tecido empresarial local, centrada na requalificação e modernização da área de acolhimento empresarial e na formação qualificada dos nossos recursos humanos, sendo que para a consecução desse objetivo estratégico, o município de Chaves vai iniciar a concretização do relevantíssimo investimento aprovado em sede de PRR, em valor superior a uma dezena de milhões de euros, que visa modernizar e qualificar a área de Acolhimento Empresarial de Chaves, nas dimensões das energias renováveis, infraestruturas de 5G e de videovigilância. Outro dos eixos estratégicos de desenvolvimento enunciada, enquadra-se na salvaguarda de um direito constitucionalmente consagrado, o direito à habitação, sendo que tal ambição se encontra identificada com uma das opções mais relevantes do documento em apreciação, nas dimensões da habitação social, do arrendamento acessível e da inclusão social. -----

Nesse contexto, encontra-se já em execução, quer o primeiro direito, quer o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), que, de forma articulada, permitirão, em grande medida, dar suporte financeiro os obras de requalificação do edificado do bairro dos fortes, bem como um conjunto de imóveis degradados do Centro Histórico, com o intuito de possibilitar o acesso a uma habitação condigna a custos controlados aos mais jovens e/ou desfavorecidos, mas também para contribuir para a dinâmica de atração de novas famílias para tal espaço vivencial. -----

O documento ora em apreciação prossegue, concomitantemente, com o reforço de afirmação do potencial de planeamento e gestão ao nível da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, que permitiu, nos últimos anos, resultados auspiciosos, nos domínios da proteção civil, do empreendedorismo, da capacitação de empresários, das empresas e das instituições, do turismo, da educação, da ciência e investigação, mas sobretudo no domínio da definição da estratégia comum para este território. -----

Destarte, o caminho, o nosso caminho, o trilho plasmado nas Demonstrações previsionais para o ano de 2025 continua a ser o da cooperação e do compromisso simbiótico e não o do egoísmo e isolacionismo territorial. -----

As linhas orientadoras plasmadas no documento encontram-se centradas na coesão social e territorial, no investimento/emprego, na construção e requalificação de equipamentos, espaços públicos e rede de mobilidade urbana e rural, mas sobretudo a qualificação humana, através do conhecimento, da investigação e inovação, mas também no ambiente, no turismo e no termalismo, como aliás não poderia



deixar de ser pela centralidade estratégia que o recurso água, em particular a água mineral natural, água termal, encerra para o desenvolvimento do nosso concelho e, também, para todo o Alto Tâmega e Barroso. -----

Apesar de se vislumbrar um cenário pouco animador em termos de recuperação económica e face ao impacto da inflação quer nas famílias quer no tecido empresarial, perspetivando-se um período de acentuação do custo de vida, o Município de Chaves continuará, em 2025, a apoiar todos os setores da comunidade flaviense, no âmbito das suas atribuições e competências, num compromisso responsável de apoio às famílias, às empresas, ao associativismo, nas suas diversas dimensões, bem como às camadas mais carenciadas da sociedade civil, aos jovens e aos idosos, às pessoas com deficiência, reforçando iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos flavienses em geral, seja em termos infraestruturais, seja em atividades/ações que visem mitigar situações de precariedade habitacional e social. -----

No essencial, a proposta de documentos previsionais para o próximo ciclo económico e financeiro anual, materializa a vontade do executivo municipal em alocar recursos, sobretudo financeiros, para a implementação e concretização de inúmeros projetos de investimento, em diferentes áreas, com particular incidência na diferenciação das infraestruturas de acolhimento industrial, na requalificação das vias municipais, na requalificação do parque escolar, do edifício afeto à saúde, do edifício social e arrendamento acessível e nos equipamentos coletivos, nas também no domínio da mobilidade rodoviária e da sustentabilidade ambiental. -----

O financiamento desses projetos estruturantes e qualificantes está acomodado no orçamento municipal, previsto para o ano de 2025, que se concretiza em € 70.988.463,86, certamente o mais expressivo, em termos financeiros, que o município de Chaves alguma vez possa ter apresentado. -----

Nota de relevo, neste particular, é a relevante poupança corrente ou saldo corrente, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, que se prevê que atinja, no ano de 2025, o expressivo valor de € 13.840.835,24, sinal inequívoco de criteriosa e consistente gestão autárquica, protagonizada pelo executivo municipal que tenho a honra de liderar. -----

No que concerne à dimensão orçamental, na ótica da receita corrente, no montante global de € 48.158.863,44, cuja rubrica mais relevante assenta nas transferências, € 27.762.077,57, que inclui o Fundo de Financiamento e Descentralização (FFD), relativo à Educação, Saúde e Ação Social, seguida pelos impostos diretos, com € 7.971.790,25, pela venda de bens e serviços correntes, com € 7.834.736,40, seguida pelas taxas, multas e outras penalidades, com € 2.335.633,69, os rendimentos de propriedade com € 2.055.052,77, outras receitas correntes, no valor de € 199.472,76, e, por último, os impostos indiretos, com € 100,00. -----

Quanto à previsão orçamental, em matéria de receita de capital, cuja expressão global se concretiza em € 19.338.689,93, assenta, no essencial, nas transferências e subsídios de capital, no valor de € 18.876.452,06. -----

Já no que diz respeito à despesa, a de natureza corrente, no valor de € 34.318.028,20, é pouco superior à despesa de capital prevista, que se concretiza em € 31.872.2098,75, sendo que a despesa não efetiva se cifra em € 4.798.225,90. -----

No que aos agregados da despesa corrente diz respeito, a respetiva materialização previsional é, por ordem decrescente, em termos de expressão financeira, a seguinte: despesas com pessoal, € 16.431.215,18; aquisição de bens e serviços, € 13.834.980,40; transferências, € 3.247.553,79; outras despesas, € 575.946,43 e juros e outros encargos, € 419.812,21. -----

Nas despesas de capital, a aquisição de bens de investimento assume-se com a mais relevante, com a dotação de € 30.861.809,76, pois a transferência de capital esta provisionada com € 1.009.800,00. -----

No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos, que contempla todos os projetos/ações que contribuem para a formação bruta de capital, que o município se propõe desenvolver no ano de 2025, estão alocados € 30.861.809,76, a título de financiamento definido, a que poderá acrescer € 10.912.797,30, se o financiamento não definido vier a transformar-se em definido, distribuídos pelas seguintes funções: -----

- Funções Gerais: € 1.478.613,93; -----

- Funções Sociais: € 15.906.159,13; -----

- Funções Económicas: € 13.476.036,70. -----



As funções sociais, 51,54%, e as económicas, com 43,66%, representam, em conjunto, as componentes mais expressivas do investimento municipal, para o ano de 2025, pois concentram 95,20% do total do PPI, e 41,39% do orçamento total. -----

Permitam-me, ainda que de forma muito fugaz, enuncie aqui alguns dos principais investimentos municipais em curso ou em fase de implementação: -----

1. Centro Ecuménico de Chaves – Casa Mortuária, com a dotação previsional de € 396.894,37, sendo que a conclusão deste equipamento se encontra prevista para o primeiro semestre do próximo ano; -----
  2. Aquisição de viaturas, com a dotação previsional de € 300.000,00, que permitirá concluir o processo de renovação do parque auto; -----
  3. Início do processo de reabilitação e beneficiação do edifício afeto aos cuidados de saúde primários, ou seja, os centros de saúde de Chaves I, Chaves II e Vidago, cujo investimento total, para o período de 2025-2026, atinge o valor de € 3.566.986,20; -----
  4. Investimento no domínio da educação, que inclui o ensino pré-escolar e o ensino básico e secundário, com a dotação financeira definida, para o ano de 2025, no valor de € 2.386.099,74, donde ressalta a requalificação do edifício da Escola Secundária Fernão Magalhães, no valor total de € 4.252.199,38, 361.220,56, a executar em dois anos. Existe, ainda, a fundada expectativa de que, através do PRR ou financiamento do BEI, possa ser assegurada a requalificação das escolas Nadir Afonso e de Vidago, cuja estimativa orçamental é de nove milhões de euros. -----
  5. No que concerne à habitação e serviços coletivos o investimento previsional fixa-se em € 10.919.104,68, densificando-se na habitação social, com a dotação financeira previsional de € 5.557.481,35, ordenamento do território, com € 1.298.756,70, no saneamento com € 2.854.313,38, e no abastecimento de água com € 1.107.553,25. -----
  6. O investimento municipal no domínio dos serviços recreativos e religiosos, cifra-se em € 761.689,14, sendo € 624.483,30, destinados a infraestruturas para a prática desportiva, e € 137.205,84, alocados à cultura. -----
  7. No domínio da função económica, com a dotação global de € 13.476.036,70, merece particular ênfase a subfunção de indústria e energia, cuja expressão financeira maior se concretiza no projeto relativo à Área de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, no valor de € 6.466.000,00, financiado integralmente pelo PRR. -----
  8. Ainda no âmbito da função económica, na componente de desenvolvimento tecnológico, convirá realçar o encerramento físico e financeiro do projeto do Aqunatur Palace, com a verba final de € 154.762,85, mas também a implementação e desenvolvimento do projeto Bairro Comercial Digital no Centro Histórico, com a dotação de € 1.047.000,00. -----
  9. Continuando ainda no domínio económico, devemos ater-nos ao investimento previsto em matéria de transportes e comunicações, cuja dotação global atinge a dotação de € 5.715.205,50, donde se destaca a verba remanescente para a conclusão do projeto de requalificação da EM 507 – Chaves / Soutelinho da Raia, com o valor de € 486.736,10, e muitas outras intervenções em matéria de pavimentação e beneficiação de arruamentos e de estradas municipais, cujo investimento se materializa em cerca de dois milhões de euros, que permitirá concluir o projeto de requalificação do cruzamento/entroncamento da ER314 com a N213, e o início da obra de requalificação da ER314 – Chaves ao limite do concelho de Valpaços. -----
  10. Deverá, por último, no que a investimento municipal em matéria económica diz respeito, referir-se a dotação prevista, para o ano de 2025, na estrutura viária urbana de Chaves e Vidago, que é de € 2.405.083,47, donde se destaca a intervenção na EM 311, no valor de € 306.785,16, o programa de intervenção das vias públicas, em Santa Cruz/Trindade, com € 307.189,16, e a requalificação do caminho municipal que liga Dadim a Cimo de Vila da Castanheira, provisionada com a verba de € 641.300,00. ----
- Quanto ao Plano de Atividades Mais Relevantes (AMR's), documento que agrega as atividades, que tendo natureza corrente, constituem projetos/ações de gestão autárquica com relevância, e se estruturam, também, em três funções principais, aliás como o PPI, funções gerais, sociais e económicas, cuja dimensão financeira se concretiza em € 12.404.390,37. Também neste plano, a função social, com € 9.751.500,05, e a económica, com € 1.752.818,88, ganham, no seu conjunto, preponderância, pois concentram 92,45% das AMR's e 16,20% do total do orçamento. -----



Nas funções gerais, com a dotação de € 680.971,44, merecem particular referência, o projeto BUPI – Sistema Nacional de Cadastro Predial, com a verba de € 286.134,24, as Equipas de Intervenção Permanente, no valor de € 195.000,00, e o apoio às Corporações de Bombeiros, no montante € 146.000,00. -----

Já no domínio das funções sociais, teremos de destacar a dotação destinada ao fornecimento de refeições escolares, no valor de € 1.100.000,00, e a relativa aos transportes escolares, no valor de € 610.000,00. - Notar ainda que em matéria de habitação e serviços coletivos o município de Chaves prevê, no ano de 2025, investir € 4.819.901,00. -----

No domínio da cultura, a dotação previsional global é de € 1.433.066,00, que compreende uma miríade de atividades e ações de índole cultural, tais como a Festa dos Povos de Aquae Flaviae, Sabores de Chaves, Festival N2, Festas da Cidade, Sabores de Chaves, Chaves Natal e Final de Ano. -----

No que concerne ao Plano de Atividades Municipais, para o próximo ano económico, está ainda inscrita a dotação para o apoio à Produção Pecuária, Suinicultura e à Apicultura, mas também a despesa prevista com a energia, seja na componente dos edifícios e instalações, seja na componente da iluminação pública. -----

Os inúmeros e significativos investimentos municipais integrados nas diferentes dimensões, funções gerais, económicas e sociais, na requalificação urbana e ambiental, densificados em projetos e ações no reforço das infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades económicas, na qualificação e apetrechamento de equipamentos escolares, na requalificação do edificado municipal com vocação social, na mobilidade, no ambiente e na tecnologia, no reforço da oferta cultural e no incremento da promoção turística, sem descurar o incremento da rede colaborativa de ensino e investigação, no âmbito da CIM do Alto Tâmega e Barroso e em rede com o Instituto Politécnico de Bragança. -----

Os documentos previsionais em apreço, como resulta da expressão financeira patente no PPI, € 30.861.809,76, conferem à dimensão económica uma particular atenção, que evidencia forte estímulo ao desenvolvimento local, continuando, ainda assim, com uma forte marca social, densificada na habitação social, na educação e na saúde. -----

Estamos certos de que, no contexto macroeconómico atual, marcado pela incerteza e incremento dos preços, e em face dos recursos financeiros disponíveis, em particular os resultantes do Plano Recuperação e Resiliência, pois o programa regional Norte 2030, está ainda em fase de arranque, as propostas constantes dos documentos previsionais para o próximo ano económico respondem às principais necessidades deste território e da nossas gentes, pelo que os submetemos à apreciação de V. Exas., na expectativa de que os possam aprovar.” -----

Tenho dito. -----

-----  
Seguir-se-á as intervenções dos senhores Deputados: -----

**Pedro Miguel Vieira Miranda**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, renovos os cumprimentos. -----

“O PPD/PSD de Chaves, no seguimento dos anos anteriores, e porque o executivo municipal liderado, pelo PS, ainda não concretizou promessas eleitorais de 2017, manifestou as seguintes preocupações e apresentaram ao abrigo do Estatuto da Oposição às propostas abaixo indicadas que entendemos que deviam integrar o Plano de Atividades Municipal e Orçamento para 2025: -----

- Realizar o investimento de criação de um Pavilhão Multiusos que sirva também de Pavilhão Desportivo Municipal, por forma a aumentar o desenvolvimento económico e a atratividade de investimento privado, equipamento com capacidade para albergar feiras, exposições, congressos e eventos culturais, mas também promovendo o desenvolvimento da prática desportiva e de modalidades amadoras federadas entre outras; -----

- Realizar o investimento de infraestruturas desportivas qualificadas, como a Construção da Piscina Olímpica, de alcance internacional, e com as medidas impostas pela Federação Internacional de Natação para a prática desportiva, com alcance internacional; -----

- Devolver aos Municípios flavienses de, pelo menos, 2.5% da receita de IRS que o Município de Chaves tem direito; -----



- *Elaborar um Plano de Ação Municipal para a População Sénior;* -----
  - *Retomar as sessões públicas de participação ativa de cidadania "Dar Voz ao Munícipe";* -----
  - *Priorizar a remodelação e modernização dos polidesportivos mais degradados nas Freguesias do Concelho;* -----
  - *Criar um Gabinete de Apoio à Saúde Mental para a população do concelho de Chaves, complementando a atual oferta do SNS, em parceria com as instituições locais de saúde;* -----
  - *Criar uma "Bolsa de Voluntariado Flaviense" para fomentar o exercício da cidadania e da responsabilidade social em todo o Concelho.* -----
- Mas demonstramos aqui também preocupações* -----
- *Preocupação com o crescente e inusitado aumento com as despesas com pessoal e principalmente contratos em modalidade de avença, que como o Senhor presidente disse ainda há pouco aqui, concorda com elas quando necessário, pois então parecem ser muitas as necessárias na Câmara Municipal de Chaves, diga-se;* -----
  - *Preocupação com a verba exagerada para publicidade e divulgação, quando comparada com a verba para qualificação dos trabalhadores;* -----
  - *Preocupação com a falta de visão estratégica para o concelho.* -----
- Este Orçamento resume-se à reconstrução das Piscinas Municipais onde estão alocados cerca de 10 milhões de euros deste orçamento, como apenas o grande projeto do Município. Posto isto, o GM do PPD/PSD votará contra este ponto". Tenho dito.* -----

**Rui Miguel Alves de Sousa Pinheiro, pelo PS,** no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na sua pessoa a senhora e o senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, funcionários da Câmara Municipal, público e comunicação social se aqui presente. -----

*"Uma das mais importantes tarefas que está cometida ao Executivo Municipal, neste momento temporal, é constituída pela elaboração dos documentos previsionais, que apesar de constituírem documentos de alguma complexidade técnica, têm, também uma forte componente política, porque devem refletir, sem equívocos, a vontade de cumprir o programa eleitoral, com que o partido vencedor se apresentou ao eleitorado, que mereceu a sua eleição com maioria absoluta.* -----

*Na sua concretização deve ser levada em linha de conta a racionalidade, a eficiência e a transparência, servindo estes para projetar, guiar, usando-se como linha de orientação e que nos permite descortinar aquilo que podemos esperar do município e da sua linha de ação.* -----

*O mandato autárquico que agora termina, no que respeita à Câmara Municipal de Chaves, pode ser considerado um mandato de consolidação e evolução, pois sedimentou-se a redução da dívida, fazendo-se avultados investimentos na área da infra-estruturas básicas, com o lançamento de projetos importantes em áreas como a Cultura, a Educação, a Mobilidade, o Turismo e no Social, dada a necessidade que existiu de resolver problemas que afetavam diretamente a qualidade de vida dos flavienses.* -----

*Apesar das condicionantes com que se deparou ao longo do mandato que termina em 2025 (pandemia, guerra na Ucrânia, inflação galopante, subida abrupta dos preços dos combustíveis e da energia, conflito no médio Oriente entre outras), estando a menos de um ano do término, não podemos deixar de afirmar que sempre esteve à altura de superar todos os obstáculos.* -----

*Agora é tempo de olharmos para o futuro, pois aqui temos o presente, o qual ao ser comparado com o passado, melhor nos permite preparar o que se segue. Da análise atenta dos mesmos constatamos que os relevantes investimentos em curso, a que se somam os previstos para os anos seguintes, irão com toda a certeza incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, sublinhando o papel central e mobilizador que caberá a Chaves no contexto do Alto Tâmega.* -----

- *Sublinho a visão estratégica definida pelo atual executivo que visa a cooperação estratégica transfronteiriça, procurando incrementar uma política de procura pro-ativa de investimento, de cooperação e alargamento estratégico, em detrimento das políticas isolacionistas, ou de políticas centralizadoras e que tendem para a autofagia;* -----

- *Será este o maior orçamento inicial, devido à sua dimensão social, económica e de funções;* -----



- O Investimento Social com a reabilitação do edificado do Bairro dos Fortes, da Rua Sotto Mayor e do centro histórico, dando resposta à premente necessidade de habitação e de reabilitação desses espaços;
- O investimento em infra-estruturas de água e saneamento, bem como na área educativa com uma nova intervenção na Escola Secundária Fernão de Magalhães e na Escola Nadir Afonso; -----
- A requalificação dos centros de Saúde n.ºs 1 e 2 de Chaves, e do Vidago, dando assim respostas mais conformes na área da saúde; -----
- Na área cultural com o reforço do apoio às associações, e, como não pediríamos deixar de sublinhar, o lançamento da construção das piscinas cobertas, na zona das Caldas; -----
- É um orçamento de segurança, um orçamento realista e que não traz qualquer promessa vã e sem possibilidade de concretização. -----
- O equilíbrio financeiro evidenciado no saldo Receitas vs Despesas, merece igualmente o nosso mais sentido sublinhar pela evidência da responsabilidade e da assertividade das decisões que são tomadas em sede orçamental; -----
- Temos em curso obras que orçam os cerca de 19 milhões, foram construídos mais de 100 km de estradas nas nossas freguesias, e sem qualquer financiamento. Também aqui, na área da mobilidade urbana, lembramos a via Chaves – Montalegre e a requalificação da Estrada Regional 314 (Carrazedo);
- Constatamos que além do crescimento económico se aposta no apoio às populações, no cuidado e resposta às necessidades do concelho. -----
- Os flavienses e a sua qualidade de vida são a pedra angular, pelo que merecerá o nosso sentido apoio e voto favorável; -----
- Um orçamento centrado na coesão social e territorial, no investimento e emprego, na construção e requalificação de equipamentos, espaços públicos e rede de mobilidade urbana e rural, bom como na qualificação humana, no ambiente e termalismo merece o nosso total apoio.” Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Caríssimo Presidente da Mesa da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhoras e senhores Vereadores, distintos membros desta Assembleia Municipal, eleitos de forma direta ou por inerência, naturalmente estou a falar dos senhores e senhoras Presidentes de Junta, o público que ainda nos acompanha, a comunicação social e também quem estoicamente nos dá apoio aqui a esta Assembleia Municipal. -----

Eu, por uma questão de simplificação e podendo acompanhar aqui um pouco o raciocínio e a exposição do Membro desta Assembleia Municipal Pedro Miranda, do PSD, trouxe aqui um documento do PSD escrito e que me foi enviado, e assim também me ajuda a ir acompanhando e podendo responder a par e passo a todas as questões que aqui foram suscitadas para que todos os distintos Membros desta Assembleia Municipal possam ir conhecendo aquilo que foram as motivações bondosas, penso eu, e os propósitos muito meritórios que certamente motivaram esta intervenção aqui. Queria começar lá atrás e queria começar com uma questão prévia relacionada com o seguinte: Eu durante algum tempo fui, como sabem, o líder da oposição, pois sempre que fui convocado através do estatuto de oposição para poder conhecer as linhas programáticas orçamentais para o próximo exercício aquando da aprovação dos Documentos Previsionais, sabem o que é que, o então Presidente da Câmara, me apresentava para que eu conhecesse as linhas estruturantes desse documento?! Uma folha em branco, sem nenhum número, sem nenhuma atividade, sem nenhum investimento. Pois bem, apesar disso, nunca foi óbice para apresentar todas as propostas e todas as ideias com mais liberdade e com mais latitude já que o Orçamento era o limite, aliás, não tinha limite, não me davam valores, dando-me a oportunidade de poder utilizar os valores todos. Portanto, eu podia sonhar, é claro que eu fiz sempre muitas propostas, que sabia bem que estariam muito acima daquilo que seriam as dotações financeiras. Pois bem, desde que sou Presidente da Câmara cumprimos sempre o direito de estatuto de oposição, enviando a todos os Grupos Municipais, a todos os representantes de todos os Partidos com presença aqui na Assembleia Municipal um documento de enquadramento, dir-me-ão, não é o documento final?! Não, nem podia ser, se fosse o documento final, o momento do estatuto de oposição não faria sentido, o que nós mandamos sempre é um “draft”, uma proposta muito estruturada, com a informação sobre a despesa, sobre a receita, sobre as atividades municipais mais relevantes e sobre o PPI. E para que o PSD percebesse a dificuldade e a



exigência que é fazer um Orçamento, demonstrámo-lhe que com o documento para fazer todos os investimentos no próximo ano, haveria um défice orçamental, as despesas seriam superiores àquilo que eram as receitas. -----

Portanto, enviámos um “draft” inicial que estava em trabalho, que eu próprio estava a usar e que era preciso afinar e limar para diminuir a despesa, porque muitas vezes todos nós temos a ambição de fazer muito mais, mas depois quando temos a certeza e nos focamos nas receitas efetivas, temos que nos ater à realidade, não há outra forma, e eu como não sei ser mentiroso, não sei inventar receitas, não sei construir um orçamento a inventar 10 ou 12 milhões de euros de receita, não sei fazer isso, outros o fizeram, inventavam receitas, como vendendo o património, dizendo que iam receber não sei quantos milhões das telecomunicações e depois tinham um Orçamento real de 5 milhões de euros e faziam um Orçamento de 10 milhões de euros, não! Fantasias não, artifícios não, verdade sim! Por isso, o que nós fizemos foi partilhar com o PSD um documento, eu sei que dói, mas também cura, mas também cura, o que dói cura. Portanto, dizer que o que nós fizemos foi uma coisa muito simples, dar um documento para que nos ajudassem a trabalhar o mesmo. Pois bem, o PSD fez um escrito a dizer que o tempo não é suficiente, queremos mais tempo, e o que o Presidente da Câmara fez?! Deu mais tempo, deu mais três dias. Pois bem, apesar de ter dado três dias o Presidente da Comissão Política, recém-eleito, que pediu mais três dias não apareceu na reunião! Não estou a dizer que o PSD não foi representado, foi por um vice-presidente, mas então o tempo?! E aquilo que era a exigência de mais tempo para preparar um documento, afinal depois não apareceu! Pois bem tive a oportunidade de conversar, de explicar, de partilhar tudo o que foi questionado, mas o que mais me, eu não digo melindrou, mas o que mais me incomodou foi outra coisa, foi dizerem que nós não cumprimos a lei, que cometemos ilegalidades, pois bem, quem não mandava cumpria a legalidade, quem mandou tudo comete ilegalidades, vejam bem como é que vai o mundo, creio que está tudo às avessas, está mesmo às avessas, é mesmo uma coisa inaudita. Mas, ao mesmo tempo, dizer o seguinte: o PSD revelou uma verdadeira insensibilidade! Então não sabiam que o Município de Chaves desde o dia 13 de novembro ao dia 27 de novembro esteve quase inoperacional, porque teve um ataque informático! não sabiam?! E que apesar disso, mas com o apoio inexcedível dos dirigentes e trabalhadores que, de forma afincada, dedicada, de forma muito colaborativa, trabalharam fora de horas e prepararam documentos essenciais. Primeiro, garantiram a remuneração a todos os trabalhadores, tendo sido possível pagar no dia certo todas as remunerações, apesar de todo o processamento e todos os ficheiros terem sido corrompidos, tiveram que se fazer de novo, sim, com muito compromisso, com muita disponibilidade, e, aqui, uma palavra de apreço para todos quantos trabalharam na área da informática, porque foram absolutamente estoicos e foram decisivos, foram muito importantes nesta tarefa. Mas, então, também não sabiam que os Documentos Previsionais que são preparados em dois ou três meses, que esse mesmo trabalho, que estava nos documentos, estava também comprometido pelo ataque informático, não?! Não, não quiseram saber e apesar de terem recebido documentos quase finais, vieram com o argumento que não tinham os documentos todos e que era ilegal! Pois bem, nós praticámos um ato ilegal e quem nunca dava nada cumpria a legalidade! isto dá que pensar acerca da política e da prática, bem prega Frei Tomás, bem prega Frei Tomás. -----

Queria agora, sim, percorrer um bocadinho sobre aquilo que foram os argumentários e as propostas do PSD. Primeiro, dizer o seguinte: as propostas de 2017 já foram sufragadas pelos flavienses, já foram votadas em 2021 e, que eu saiba, o PS em 2021 aumentou a votação, então o que é que aconteceu ainda estão num estado de denegação?! Ainda estão lá atrás, ainda não superaram esse trauma, não sei o que é que aconteceu. Então os senhores querem falar de 2017 ou querem falar de 2021?! Eu até perceberia que vocês viessem cá com as propostas de 2021, já estava preparado e que pudéssemos falar de cada uma delas, das vinte e cinco, dos compromissos, querem falar deles, podemos falar, mas vão ao ano de 2017, esqueceram-se ou foi uma amnésia, afinal não aconteceu 2021 e só aconteceu 2017?! Eu sei que em 2017 foi traumático, não esperavam, mas aconteceu e aconteceu outra vez em 2021 e vai acontecer em 2025, vai acontecer em 2025! -----

Queria também, agora, sobre as várias questões que foram aqui colocadas, sobre a ilegalidade, tenho dito, quando se arguir uma ilegalidade tem que ser dizer o que é que se violou, não foram capazes, não disseram qual foi o preceito que se violou e, portanto, eu não sei se vamos ter agora uma política baseada na judicialização da política, nós já temos a política judicializada pelos tribunais, agora vamos ter também a judicialização da política pelos próprios políticos, enfim, cá estaremos para discutir o que tivermos que



discutir com as temáticas que quiserem suscitar, nós teremos toda a liberdade para o fazer sem absolutamente nenhum problema, e também dizer que nós não violámos a regra do equilíbrio em 2,9 milhões, então não perceberam que era um “draft”, que era um documento de trabalho?! Depois viram que o documento que foi apresentado nesta Assembleia Municipal tem equilíbrio, não tem só equilíbrio, tem o duplo equilíbrio, não é apenas o equilíbrio é o duplo equilíbrio, não sei se alguns sabem o que é duplo equilíbrio, mas eu vou explicar. O equilíbrio é um princípio orçamental fundamental que consiste no facto das despesas não poderem ser superiores às receitas e, portanto, significa que os 70,8 milhões da receita não podem ser ultrapassados pelos 78 milhões da despesa, mas, para além disso, existe outra regra de equilíbrio relacionada com a despesa de pessoal, a despesa corrente, não pode ser superior à receita corrente e, como já disse antes, a poupança é de mais de 12 milhões de euros, portanto, perdoem-me, mas veem ilegalidades onde elas não existem. Prossigam por aí que é um bom caminho, parece-me que é por aí que querem ir e, portanto, não tenho nada contra isso, cada um define a sua estratégia. ----- Depois dizer outra coisa importante, diz aqui que o Plano Plurianual de Investimentos não evidencia a despesa, isto é uma teorização absolutamente incompreensível, eu fui lendo algumas coisas, mas algumas delas não percebi, se calhar, foi por ter sido escrito por quem não percebe nada de finanças mas, enfim, teremos oportunidade para ver se foi ou não foi alguém que não percebe nada de finanças e que durante muito tempo fez com que a Câmara de Chaves ficasse como ficou, mas são outros temas, para outros momentos, para outras discussões e fá-las-emos com certeza. Portanto, quanto à questão da ilegalidade, fundamentação zero, não houve nenhuma ilegalidade, se acharem que houve, podem fazer queixa ao Ministério Público se quiserem, portanto, estão à vontade. Queria agora falar sobre as propostas, realizar investimento no Edifício da Divisão Policial de Chaves? Pois bem, eu já disse antes e digo hoje, o PDS enganou-se no destinatário mais uma vez, enganaram-se no destinatário, o destinatário são vocês próprios, é o PSD, é o Ministério da Administração Interna, são eles que têm que fazer investimento naquele Edifício, porque quem tem que cuidar e tem por lei de garantir as condições físicas, tecnológicas, de material, de recursos humanos é o Ministério da Administração Interna, não é o Município de Chaves. Portanto, insistir nesta ideia peregrina que nós temos que fazer uma coisa, aí sim, violando a lei, salvo se fizéssemos um contrato Interadministrativo e através dele nos delegassem essa competência e os meios financeiros para fazer a obra, mas não é isso que vocês propõem, vocês propõem que nós façamos investimento no edifício em que neste momento está instalada a PSP, pois bem, eu acho que esta missiva deve ser dirigida ao Ministério da Administração Interna que não é mais nem menos que o Partido que vocês aqui também representam e, portanto, quer-me parecer que andam desorientados e não sei se encontram o Norte. -----

Depois queria dizer outra coisa, então não foram vocês que fizeram o Pavilhão Multiusos, não está feito?! Ele não existe hoje?! Eu acho que o Pavilhão Multiusos não é preciso fazer-se, ele está feito, estão a ver?! Ele está aqui num cartaz, já foi feito por vocês, como é que querem que nós o façamos! afinal estão a pedir que nós façamos um Pavilhão Multiusos que vocês já fizeram quando estiveram dezasseis anos na Câmara?! Claro, fizeram um Multiusos de cartão! De cartão! foi um Multiusos de cartão, mas fiquem descansados que nós faremos um de pedra, de cimento, de ferro, mas vocês fazem coisas de cartão ou fazem promessas em cartazes e em jornais não mais nada que isso. Mas, dizer-lhe mais, os senhores estão desatentos, claro que não é o Multiusos que nós queremos, claro que não é o Multiusos que nós faremos, mas vai ser um Multiusos que inauguraremos já em janeiro ou em fevereiro que é o Multiusos do Cine Teatro que tem uma dimensão importante e vai permitir fazer muitas daquelas coisas que vocês dizem que tem que ser feitas, não tem que ser feitas no local mais próprio, porque elas têm acontecido em Chaves. Têm acontecido eventos, congressos, iniciativas, turismo, tem acontecido isso tudo, a única coisa que queremos fazer é ter um espaço mais dedicado e mais adequado para se fazer essas iniciativas. Depois, perdoem-me, ainda sobre a construção das piscinas olímpicas, pois bem, eu estive a ver se me recordava, elas estiveram inscritas no programa do PSD durante vários mandatos, não foi?! Foi! E é verdade que as piscinas que nós temos não são olímpicas, mas cumprem uma importante função e ainda vão tendo mil e quinhentas a duas mil pessoas por mês, elas foram construídas num mandato do Executivo Municipal do PSD, em 1982/1983, é verdade, mas mais ninguém, até hoje, conseguiu ter a capacidade e o engenho para fazer umas piscinas cobertas, já não estou a dizer olímpicas, mas cobertas. Pois bem, quem conhece o território como todos conhecemos, perceberam que houve um tempo em que o financiamento das piscinas teve comparticipação a 75%. Mas o que é que fez o Executivo Municipal



liderado pelo PSD à data, nada! O que é que fizeram os Municípios vizinhos liderados pelo PS, pelo PSD, o que é que fizeram?! Fizeram piscinas, foi em Boticas, foi em Valpaços, foi em Montalegre, foi em Ribeira de Pena e foi em Vila Pouca de Aguiar, pois bem, todos juntos têm pouco mais de metade da nossa população, mas, o então Executivo do PSD entendeu que não eram necessárias piscinas, e não as fez apesar de 75% do financiamento para a construção das piscinas poder ser com fundos comunitários. --- Devo dizer o seguinte, pois bem, as piscinas olímpicas para o PSD são sempre de cartão, são sempre de cartão, querem continuar na ilusão, querem continuar na falácia, querem continuar naquilo que é, enfim, não vou utilizar mais qualificativos, senão vou extravasar, provavelmente as piscinas que o PSD queria fazer e fez, foi mais uma vez piscinas olímpicas de cartão, então vejamos, se alguém quer fazer mesmo piscinas e tem o propósito de cumprir as promessas solenes que faz aos flavienses, não era suposto ter, pelo menos, chegado à conclusão qual era o melhor local para as fazer?! Vocês conhecem algum estudo com autorizações administrativas de entidades como a APA, ou o Ministério da Agricultura, ou também o IPDJ que dissesse que o local A ou o local B é adequado para fazer piscinas?! Conhecem?! Eu não conheço! Havia algum estudo ou algum anteprojecto que tivesse sido submetido à apreciação de entidades externas para esta matéria, zero! Mais uma vez é sempre caminhando no quê?! Na ilusão, na promessa e na mentira, não, não é esse o caminho e, agora, como já perceberam que alguém vai fazer umas piscinas, como já perceberam que alguém, mesmo sem financiamento comunitário como eles tiveram, vai efetivamente fazer umas piscinas, porque percebem que vão acontecer, pois bem, vêm com esta miragem que é preciso fazer umas piscinas olímpicas, sabem porquê?! Porque têm medo que outros façam e querem desviar a atenção, isto não é mais que uma manobra de diversão, mas o fumo vai dissipar-se e as pessoas vão perceber quem faz e quem não faz, quem fala a verdade e quem fala mentira. Mas ainda sobre as piscinas, então se alguém quer fazer umas piscinas olímpicas não cuida de saber quanto é que custa construir umas piscinas olímpicas? Então alguém que quer construir umas piscinas olímpicas não cuida de saber como é que se financiam umas piscinas olímpicas, se não há financiamento comunitário se a Câmara estava falida, faziam-nas como? Exatamente é isso que eu quero dizer no cartão, nós somos tão poupadinhos que nem cartões novos fizemos ainda. Depois, dizer ainda mais sobre piscinas olímpicas, então querem fazer piscinas e não têm o local autorizado? Então sobre piscinas olímpicas não têm projeto? Então sobre piscinas olímpicas não têm financiamento? Então não se faz um estudo sobre os custos de funcionamento de umas piscinas? Então quanto é que custa ter umas piscinas olímpicas a funcionar por ano? Alguém sabe? O PSD sabe? Eu sei. Sabe quanto é que custam? Eu sei, elas custarão sempre entre 700 a 900 mil euros por ano dependendo da utilização e dependendo naturalmente das atividades que lá se desenvolvam. E, portanto, dizer o seguinte, quando nós propomos alguma coisa, tem que ser uma coisa factível e que seja concretizável, porque senão o que nós estamos a fazer, é a degradar a política, porque estamos a prometer coisas que não são possíveis de fazer, quem as queria fazer, teve dezasseis anos para as fazer e teve financiamento comunitário para as fazer e não as fez e agora quer que o Município de Chaves, liderado por mim, as faça rápido e já agora. Contemos então a história das piscinas cobertas de Chaves. Quando iniciámos funções, procurámos saber exactamente o estado do projeto de arte das piscinas, a primeira surpresa que nós tivemos e muito desagradável, foi perceber que, afinal, o local das piscinas, onde alguém queria fazê-las, é hoje o Edifício do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, ali não podiam ser, porque já lá está outro Edifício, depois, alguém racional, um bom gestor aonde é que as fará? Onde elas tenham centralidade e onde o custo da sua manutenção seja mais baixo estamos a falar de onde? Do local onde eles existem, porque? Elas são centrais para o desporto escolar, elas são centrais para a população urbana, elas são centrais para quem as usa muito frequentemente que são os nossos seniores, é um local adequado, porquê? Porque podemos ter aqui um elemento fundamental que tem a ver com o custo do funcionamento, tem a ver com a água termal, com a temperatura a que ela sai. Portanto, se nós sabemos que as piscinas cobertas, tem dois custos estruturantes que são os recursos humanos e a energia para aquecer a água e aquecer o ambiente, como vocês sabem a água das piscinas tem que ser sempre entre os 28 e os 29° e o ambiente tem que ser também muito elevado, portanto, faz todo o sentido que nós utilizemos o nosso recurso que é a água, que é a geotermia e é isso que nós estamos a fazer. Mas a surpresa das surpresas foi desde logo a APA, nunca tinha tido nenhum pedido de autorização e a primeira resposta que nós tivemos, foi, *“não é possível ampliar a piscina, está em leito de cheia, não o podem fazer, a única coisa que vocês podem fazer é requalificar as existentes, porque é pré existência,*



*porque é algo que tem proteção jurídica em termos urbanísticos e ambientais”* pois bem, demorámos dois anos e meio, é verdade, dois anos e meio a conseguir ultrapassar essas barreiras administrativas, com projeto alterado, com propostas novas, olhe, com submissão a este Órgão da Assembleia Municipal de uma proposta de interesse público que o PSD votou contra, que o PSD votou contra, então percebe alguém que perante uma proposta, perante um projeto, perante a iminência de se avançar com um processo para a construção das piscinas, ainda, no que diz respeito ao processo pré contratual, alguém que quer muito piscinas vote contra uma coisa que diz ser muito importante mas ao mesmo tempo não é de interesse municipal, nem de interesse regional? Parece-me que há uma contradição insanável, mas, enfim, sou eu que vejo coisas onde elas não existem. Portanto, dizer que nós faremos com início já no próximo ano umas piscinas cobertas, não olímpicas, mas semiolímpicas e porquê? Exatamente pela dimensão, eu acho que Chaves, os nossos clubes, a nossa população, os nossos cidadãos agradecerão muito ter piscinas semiolímpicas com dois tanques de 25m e mais um tanque para a iniciação à prática de natação é suficiente, com um espaço de balneário adequado, um espaço de convívio adequado, um espaço para ter assistência também adequado, serão mais do que suficientes para aquilo que é a nossa dimensão, porque piscinas olímpicas, eu não sei se o PSD fez um mapeamento em Portugal e Espanha, onde é que elas existem, não sei se alguém fez esse trabalho de casa ou se é olímpicas, porque é olímpicas, saber onde é que existem piscinas olímpicas e se lhe perguntaram quanto custavam? Não sei se já fizeram isso, eu já fiz e, portanto, fica esta nota sobre as piscinas olímpicas, parece que o PSD piscinas olímpicas só mesmo em cartão. -----

Depois, sobre a construção do pavilhão desportivo municipal, não sei se sobre esta matéria o pavilhão a que se estavam a referir, era, provavelmente, aquele parque multiusos que está ali perto do São Neutel, que fizeram obra e depois a destruíram, será essa, não? Onde gastaram 1 milhão de euros e que depois demoliram logo a seguir sem uso nenhum, terá sido esse parque de que estavam a falar? Ou será outro? Pois bem, se os flavienses quiserem, nós faremos o multiusos que também servirá na dimensão desportiva, faremos dois em um, faremos só um edifício que possa conter essas várias finalidades, um verdadeiro multiusos, um multiusos para a prática da modalidade desportiva e um multiusos para diferentes atividades económicas, culturais ou de outra índole e, portanto, fá-lo-emos juntamos dois num só. Só há um problema, não há dinheiro, mais uma vez estamos a falar de um equipamento que outros Concelhos fizeram e fizeram como? Com financiamento comunitário, verdade? O que é que fez Chaves? Não é preciso, não é necessário, uma coisa que agora é emergente. Há uns anos atrás, quando havia financiamento, não interessava, não era importante, não era relevante, eu só vejo isso de uma ou duas formas, ou por falta de visão estratégica ou porque achavam que o dinamismo económico de Chaves era tão, tão grande que não precisavam de mais nenhum equipamento e mais nenhuma infraestrutura e, por isso, reconhecendo que estas necessidades existem, que elas têm que ser concretizadas, agora não devia ser o PSD a fazer esta formulação tão veemente e tão acutilante porquê? Porque tem todo um lastro de incumprimento, de incapacidade, de má prática, de má governação e, por isso, parece-me que não deviam ser os próprios a fazê-lo, outros de outras bancadas podê-lo-iam fazer. -----

Depois, fazer mais investimentos em água e em sistemas? Então, temos que voltar outra vez a revisitar a história da água e do saneamento, eu pensei que esse assunto estava fechado! Então, como é que alguém se sente na legitimidade de dizer que este Executivo tem que investir ainda mais em sistemas de água e em saneamento, então, desconhecem ou já se esqueceram que foi exatamente em Executivos Municipais liderados pelo PSD que o Executivo, de então, em situação de falência técnica contraiu junto das Águas do Norte dívida superior a 20 milhões de euros por água fornecida mas não paga? Então, não foi este Partido que suportou um Executivo que gerou milhões de euros de juros de mora por causa do não pagamento da água? Então não mostrei há pouco que, apesar de termos pago um valor significativo, ainda estamos a pagar um acordo que fizemos com as Águas do Norte por causa da água que foi comprada, mas não paga, mas vendida e recebida por Executivos Municipais liderados pelo PSD? Então não há vergonha? Então não há vergonha? A política faz-se com elevação, faz-se com dignidade, faz-se com verdade, não se podem fazer com insinuação e, portanto, dizer que nesta matéria quer me parecer que, sinceramente, têm que fazer muita mea-culpa, mas a mea-culpa não é apenas na dimensão financeira, não é apenas na dimensão da gestão ruinosa que fizeram no domínio da água, é também noutra coisa essencial. Então, não foi o PSD, nos Executivos liderados por esse Partido que permitiu que o desperdício da água adquirida, fosse de 70%, em cada 100 litros que se compravam às Águas do Norte



70% iam para o desperdício? E ainda têm o desprazimento de dizer que o investimento não é suficiente quando para 2025 está inscrito no PPI 4 milhões de euros em água e saneamento sem financiamento comunitário? Isto é rigoroso? Isto é sério? Não é com certeza. -----

Falemos então agora dos 2,5% do IRS, pois bem, estamos a falar sabem do quê em concreto? São os mais ricos, quem tem mais rendimentos do trabalho, quem tem salários elevados os beneficiários da devolução de 2,5 de IRS, sim, estão a propor o quê? Estão a propor a devolução 2,5% IRS para uma pequena parte da população flaviense, o PSD não está preocupado com os mais desfavorecidos, com os mais carenciados, com aqueles que precisam de um apoio, todos estão a pensar em só alguns e, provavelmente, em nos próprios. Se me dissessem assim, este é um imposto, é uma receita que, provavelmente, gerida de outra forma podia ter um impacto mais positivo na nossa comunidade, muito bem, estamos disponíveis para ouvir, agora, pura e simplesmente, achar que o Município de Chaves está tão bem financeiramente que já pode prescindir 2,5% do IRS, das duas uma ou reconhecem que a Câmara de Chaves está financeiramente tão bem que não precisa de receitas e, portanto, a situação económica/financeira é tão boa que até pode prescindir dos recursos próprios e pode prescindir de tudo, porque, certamente, vai continuar a ter bom desempenho ou então, nesta matéria, o que estão a tentar fazer é retirar os instrumentos financeiros ao Município para fazer aquilo que é preciso, olhe, por exemplo, o investimento na água e no saneamento, o investimento nas vias municipais que não têm financiamento, a promoção turística que fazemos, ou seja, estes 2,5% que representam um valor importante, enfim, entre 1 milhão e 1 milhão 600 mil euros, não sei de cor, mas posso dizer mais tarde, é uma questão de consultar os papéis, eles são absolutamente essenciais para serem bem geridos e não apenas para alguns, o que nós queremos, é que este dinheiro beneficie todos os flavienses mas, em particular, aqueles que mais precisam, os mais desfavorecidos e, por isso, entendo que não é tempo ainda, não é a hora de tomar esta decisão, provavelmente, se fosse egoísta, eu não ganho muito, mas a verdade é que 2,5% do meu IRS ainda dava qualquer coisa, mas não, não podemos pensar em nós, não podemos pensar numa visão egoísta, temos que pensar numa visão da nossa comunidade, uma visão do todo e não da parte e, por isso, é que eu sou contra esta proposta, mas fui no passado e sou agora. Se o Município de Chaves, ou melhor, se as finanças do Município de Chaves chegarem ao ponto que possam prescindir de impostos, aí, eu serei o primeiro a sufragar, aliás, porque também espero continuar a ter uma rentabilidade e um rendimento um pouco acima da média se não tiver, terei que viver com o que puder ganhar. -----

Depois, queria dizer outra coisa, então alguém que propõe um plano de ação municipal para a população sénior, é contra os convívios seniores? Expliquem-me lá isto, então a preocupação com os seniores é tão grande, tão manifesta, tão evidente que se preocupou com os papéis não com as ações, ou seja, mais importante para os seniores é fazer um papel, é fazer um plano, o importante não é fazer ações, não é fazer convívios seniores, fazer encontros de seniores, não é levar-lhe novas respostas e novas soluções, não é ter momentos de mimo e de afeto, é fazer um plano? Isto é que é emergente? Então, ao mesmo tempo que se propõe um plano, critica-se e diz-se que é ilegal e que vão participar ao Ministério Público os convívios seniores? Mas vão participar ao Ministério Público o quê? Algo que está inscrito no Plano de Atividades Municipais? Algo que foi contratualizado nos termos do CCP? Algo que os Municípios do País fazem todos? Algo que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior já fazia há muitos anos? Não estou a perceber! Eu não estou a perceber! Continuemos, aumentar o número de bancos nas praças e jardins, está bem, uma proposta que pode ser acolhida com certeza, bem vamos requalificar os que existem e colocar mais, parece-me bem e, portanto, é algo que nós acolhemos com toda a naturalidade e que certamente estaremos em condições de os fazer. Implementação de programas e ações de participação social destinados especificamente à população sénior, pois bem, o que aqui está proposto, é o que nós já fazemos, diálogos seniores, conversas, palestrantes, jogos, trabalhos manuais, não é isso que nós temos feito? A única coisa que nós queremos fazer, é continuar a fazer o que fazemos e fazer melhor e, como já disse antes, estamos a trabalhar em duas propostas para dois projetos na área social que, certamente, têm este desiderato, mas isto não é nada de novo e, portanto, propor o que já se faz, acho que não faz sentido! Depois, promover a participação de pessoas seniores em diversos espaços públicos através da realização de parcerias, por exemplo, com a comunicação social, vamos ler outra vez! promover a participação de pessoas seniores em diversos espaços públicos através da realização de parcerias, por exemplo, com a comunicação social? Eu não percebi o que queriam dizer, para ser sincero, clube de rotários, Igrejas, Associações, IPSS? Pois bem, eu devo recordar ao PSD que muitas das



propostas que estão a ser feitas, estão em execução, nós temos uma Universidade Sénior que é do Rotary de Chaves que o Município de Chaves apoiou no passado e apoia no presente e apoia de duas formas, sob o ponto de vista financeiro, dando-lhe apoio financeiro todos os anos para o seu plano de atividades, alguns milhares de euros e, ao mesmo tempo, cedendo-lhe um espaço físico absolutamente fantástico que é a Escola da Estação, quanto é que vale aquele equipamento? Muito dinheiro! Então não se percebe que o Município de Chaves participa ativamente, em rede e em colaboração com todas as iniciativas que são feitas no Concelho? Só peço que me diga uma em que o Município tenha recusado participar, digam-me uma, uma iniciativa da sociedade civil que queira uma participação e que o Município, com mais ou com menos, não tenha participado para eu poder perceber o que é que isto significa. Depois, a parceria com a comunicação social, não sei bem ao que é que se reportavam, mas, certamente, vão explicar, incrementos de ações e atividades em parceria com a USAF, Universidade Sénior, outra vez? A sério! Deve haver alguém do PSD que faz parte da Universidade Sénior, digo eu, não! Será? Nós com a Universidade Sénior estaremos sempre preparados, predisponíveis para incrementar a colaboração, sempre e quando o impacto seja na comunidade, fá-lo-emos com certeza. Depois propor isenção de IMT sobre as transmissões onerosas para jovens flavienses até 30 anos, bem, muito bem, a única coisa que eu peço para isenção de IMT é que fizessem estimativa do custo do encargo, porque vou dizer uma coisa que já devia ter dito no início, quem quer que as propostas sejam apreciadas de forma séria, deve dizer o que custa cada proposta? E deve também dizer como é que se financia essa proposta. Em contraponto por aquilo que já está no Orçamento, no PPI e no PAM, porque, de outra forma, o que se está a fazer, é aquilo que se dizia antes que era a desequilibrar o Orçamento, então, dizia-se antes que se desequilibrava o Orçamento que era ilegal e agora fazem-se propostas para o desequilibrar ainda mais? Há qualquer coisa aqui que eu não entendo muito bem, mas, certamente, alguém me há-de explicar. Relativamente aos jovens, nós temos uma proposta que virá certamente a ser discutida a seguir, que é aumentar de três para cinco aquilo que tem a ver com a isenção do IMI para os jovens e aí, sim, suportando os encargos o Município e estimando os encargos. Depois, quanto ao retomar as sessões públicas de participação ativa da cidadania, dar voz ao Município, isto cheira-me a saudosismo, ouvi dizer que estas sessões públicas normalmente não tinham ninguém, só os próprios, portanto, vamos querer fazer o mesmo que fazíamos e não ter nenhum impacto, então não será melhor fazer como se tem feito permitindo que sobre projectos relevantes para a nossa comunidade se façam sessões de apresentação? Eu, por exemplo, gostava de ter visto o PSD representado institucionalmente designadamente quando é a apresentação das propostas do Orçamento Participativo? Acho que é dos momentos mais belos e melhores concretizados no que diz respeito à intervenção cidadã! Mas, não os vejo lá! Então propõe isto e não aparecem nos que existem? Como diriam na minha terra, não bate a bota com a perdigota, mas pronto, é apenas uma apreciação. -----

Depois priorizar a remodelação e modernização de polidesportivos e parques infantis, é isso que temos feito! Em 2024 fizemos quatro ou cinco requalificações de parques infantis e em 2025 faremos outros tantos e faremos todos os que sejam necessários. Posso dizer-vos claramente que, curiosamente, este dossier dos parques infantis é uma pasta que está sempre na minha mesa, sabem porquê? Porque são para aí trinta parques e nós precisamos de paulatinamente requalificar uma série deles, mas eu sei quais são aqueles que nós temos que fazer em 2005 e posso dizer quais foram os requalificados em 2024 se, porventura, tiverem curiosidade e, portanto, é algo que está a ser feito, tomámos boa nota, mas não é nada de novo, ou algo que se possa acrescentar. -----

Depois, criar um Gabinete de Apoio à Saúde Mental em complemento à oferta do Serviço Nacional de Saúde, eu, nesta matéria, permitam-me dizer o seguinte, eu acho que cada macaco no seu galho e, portanto, se as competências são da Saúde, devem estar na Saúde, se as competências são da Educação devem estar no Ministério da Educação, se elas são do Município devem estar no Município, até podíamos criar um Gabinete de Apoio à Saúde Mental, mas depois tínhamos problemas complicados que era, e podíamos prescrever? Ou melhor, os Psiquiatras ou Psicólogos, não sei como é que seria constituído esse Gabinete, poderiam prescrever? E as prescrições seriam financiadas pelo SNS ou não? E depois, era para todos? Íamos concorrer com a Saúde? E onde é que íamos contratar os Psiquiatras? Portanto, eu acho que, nesta matéria, estas propostas peregrinas tem que ser sobretudo feitas no contexto próprio que é o Ministério da Saúde se depois o Ministério da Saúde quer a nossa parceria, a nossa partilha, a nossa cooperação, eventualmente, fazendo uma aproximação da nossa área social onde



é que temos Psicólogos e eventualmente também Assistentes Sociais e outros Técnicos da Área Social, então, nós podemos trabalhar, mas complementarmente, em rede, mas sempre de forma a podermos melhorar os recursos que existem na comunidade, não duplicá-los e, portanto, sinceramente, este Gabinete de Apoio à Saúde Mental é algo que o Ministério da Saúde tem dificuldade em fazer e o Município de Chaves faria com facilidade, não é? Fica a dúvida. Depois, criar uma bolsa de voluntariado flaviense, devo dizer que é uma proposta que me agrada, mas também devo dizer e partilhar com vossas excelências aquilo que foi a nossa experiência, sabem? Quando foi no Covide, nós quisemos e criámos uma bolsa de voluntariado, sabem quantos voluntários se inscreveram? Alguém é capaz de dar o número? Zero, e, portanto, sobre a questão do voluntariado eu estarei perfeitamente disponível para podermos definir a melhor solução, a melhor proposta até, eventualmente, a envolvimento de mais parceiros, porque é algo que nós precisamos, precisamos mesmo e no nosso território o voluntariado que vai acontecendo ainda com alguma relevância, esse voluntariado é feito sobretudo na Unidade Hospitalar de Chaves, é falar com eles, com a Direção da Liga dos Amigos do Hospital de Chaves que o Município de Chaves apoia todos os anos, como sabem, e fê-lo sempre durante todos os Executivos, portanto, isso deve ficar aqui dito de forma clara para que não fique a ideia que nós apoiamos e os antes não apoiaram, não é verdade, sempre se apoiou, a verdade é que eles estão com muita dificuldade de captar novos voluntários, a abordagem que, neste momento, se procura fazer, é tentar perceber se no Ensino Superior naquele que não existe em Chaves? Não é do marasmo! E que toda a gente se vai embora! Nesse alunos do Ensino Superior que são quase quinhentos nos diferentes cursos, particularmente na Enfermagem, estão a tentar procurar se alguns desses jovens estudantes do Ensino Superior têm disponibilidade para poder fazer voluntariado no Hospital, pois bem, é uma área em que teremos toda a disponibilidade para conversar, para discutir em concreto a melhor abordagem para que aqui não façamos um documento, porque o Regulamento por si só não vale nada, mas sobretudo podermos trabalhar no sentido de, eventualmente, estimularmos, identificarmos, sinalizarmos potenciais voluntários e não ter que ser apenas jovens, o voluntariado deve ser também feito ao nível sénior e, estava-me a esquecer aqui, e estava a ser injusto, do voluntariado importante que é feito na USAF, na Universidade Sénior Flaviense, do Rotary Clube de Chaves que é o voluntariado importante. Depois sobre as preocupações, então somos nós que estamos a aumentar muito a despesa com pessoal? Então andam desatentos e não perceberam que o Município de Chaves recebeu competências em matéria de educação, de saúde e de ação social e que isso representou em termos de recursos humanos mais de duzentos e trinta ou duzentos e quarenta trabalhadores, e que isso representou milhões de euros, andam desatentos! Também andaram desatentos quanto ao Salário Mínimo, nos últimos anos o Salário Mínimo Nacional em dez ou doze anos duplicou, também andaram desatentos e não perceberam que no último ano, em 2024, houve um aumento, e bem, no mínimo de cinquenta euros para cada trabalhador da função pública, com uma incidência particularmente mais importante nos Assistentes Operacionais e no início da carreira. Andaram desatentos? Então andam desatentos no sentido de que os Municípios têm cada vez mais competências, mais responsabilidades e são chamados a mais intervenções progressivamente? Então vossas excelências do PSD querem que nós façamos Gabinetes de Saúde Mental e outras coisas com quê? Sem recursos humanos? Então querem que nós façamos Gabinetes de Apoio aos Seniores sem recursos humanos? Pois bem, eu penso exatamente ao contrário, que é, se nós precisarmos mais recursos humanos, na educação, na saúde e no social, eu acho que os devemos contratar, porque precisamos deles, porque as pessoas precisam dos cuidados que eles prestam e do apoio que eles dão e, portanto, sempre que for identificada uma necessidade e houver sustentabilidade e capacidade de pagar, nós vamos contratá-los, sim, sempre e quando nós não fiquemos na situação financeira que o PSD deixou a Câmara! Isso não! Isso não! Não o faremos e, portanto, enquanto a Câmara de Chaves, o Município Chaves apresentar esta solidez, esta estabilidade e este equilíbrio económico/financeiro então nós faremos com certeza o quê? Respostas para problemas novos e novos desafios, com certeza, sempre no âmbito das nossas atribuições e competências, sempre, queria dizer também o seguinte: não fomos nós que criamos um quadro paralelo ao do Município de Chaves, foram outros e estão agora preocupados com as avenças? É? Eu pergunto a alguns daqueles que criticam as avenças, provavelmente, já estiveram nessa situação, não? Ou filhos deles ou primos, não? Não estiveram e, portanto, daremos oportunidade e lanço aqui um desafio, identifiquem uma avença que não faça sentido, dizem que são muitas, pois bem, desçamos ao concreto, digam-nos a avença A, a avença B não se justifica e falaremos



sobre isso, agora vir cá com este libelo acusatório, temos muitas e que são demais, não identificam uma, fica aqui o desafio e é já para aqui, para agora, digam uma? Qual é a que está em demasia? Qual é que não é necessária? E avaliamos se ela não for necessária nós extinguimo-la e, portanto, queria naturalmente que o fizessem. -----

Depois, a preocupação com a falta de verbas para formação de qualificação dos trabalhadores, perdoem-me, mas esta revela uma enorme desatenção, quem ande minimamente atento à atividade do Município, e sei que andam, terá percebido que a estratégia de formação e de capacitação nos últimos anos, passou pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega Barroso por várias razões que eu explicarei já de seguida, foi decidido que ia ser feito ao nível da Comunidade Intermunicipal, porque é um ganho, porque tem escala, por várias razões, primeiro, porque no último quadro comunitário uma parte significativa do financiamento de formação e de capacitação dos nossos recursos humanos foi feita com fundos europeus. A FSE foi feita, sobretudo, no quadro que tem a ver com o Programa Regional Norte 20/20 mas, também por outra razão, porque em muitas das áreas temáticas cada um dos outros Municípios e nalguns casos pontuais o Município de Chaves, não reuniria o número de formandos suficientes para que a formação pudesse ser feita cá. Eu não defendo que os nossos trabalhadores andem em formação pelo território, sei que outros o defendem por outras razões, mas nós não, mas nós não, nós defendemos, se possível, que a formação deve ser feita ou por videoconferência ou feita localmente por várias razões para os próprios que não saem das suas famílias, para os financiadores da formação porque é menos dispendiosa, porque há menos encargos relacionados com os mesmos e também há menos perda de tempo, somos mais eficientes. Portanto, o que nós defendemos, é, sempre que seja possível fazer formação no local de trabalho ou junto das próprias pessoas, é aí que nós a fazemos, foi isso que nós fizemos em 2022, 2023 e em 2024, eu até posso dizer e pode ficar aqui o compromisso de trazer essa informação a esta Assembleia que é, pela primeira vez foi possível, utilizando fundos comunitários, nós termos a possibilidade de financiar pós-graduações para funcionários gratuitas, a verdade é que tivemos muitos trabalhadores, sobretudo, Técnicos Superiores que fizeram essa formação, fizeram formação de pós-graduação gratuitamente aqui no Aqua Valor mas, também fizeram aqui, num protocolo com a Fundação FEFAL, formação para dirigentes e, portanto, não foi necessário que os nossos dirigentes e quando digo nossos, digo dos seis Concelhos, fossem a Coimbra, a Braga ou ao Porto, fizeram-na aqui, feita pela mesma Entidade. -----

Mas, também foi possível fazer formação aqui em áreas muito díspares, na Contratação Pública, no CPA, na Higiene e Segurança do Trabalho, enfim, noutros domínios e também na área operária e, portanto, dizer que o Município de Chaves é uma preocupação extrema que só tem 5 mil euros, é de quem desconhece que está a ser preparado um plano de formação na CIM, para ser financiado, como? Não pelo Norte 20/20, porque já acabou, mas pelo Norte 20/30 e, portanto, isto revela ignorância e desconhecimento e queriam com isto dizer ou deixar transparecer que o Presidente da Câmara e o Executivo Municipal que não querem saber dos trabalhadores e que não se preocupam com a sua formação, pois é exatamente ao contrário, eu até digo mais, com este Executivo toda a formação que foi proposta e necessária foi autorizada, com este Executivo o trabalho extraordinário é pago, contrariamente ao que aconteceu no passado, com o Executivo anterior, do PSD, o trabalho extraordinário não era pago, não era pago, os trabalhadores poderiam quando muito compensá-lo em tempo, se quisessem receber a remuneração não havia dinheiro. -----

Connosco não, é o trabalhador que decide se quer em tempo ou em dinheiro, sendo certo que, às vezes, em tempo não é possível, porque isso prejudica as normais atividades das respetivas equipas, queria também dizer algo sobre a preocupação com a verba exagerada para a publicidade e divulgação seja de 6 mil euros, deem-me só um minuto, pois bem, a preocupação com esta matéria é de tal forma e é tão genuína que numa breve leitura e consulta à base dos contratos nós podemos lá identificar coisas baratinhas que foram feitas na época do PSD, por exemplo, um desfile de moda em 2011 custou 15 mil, publicar uma revista no Jornal O Público custou 31 mil e 570 euros em 2010, mas como foi tão pouco, em 2011 fizeram-no outra vez, 31 mil 570 euros. São estes os exemplos que nós temos que seguir? Ou é verdadeiramente com o exemplo da promoção, da difusão, da afirmação de atividades que temos feito no território que tem permitido captar milhares e milhares de turistas, claro que o mérito é dos empresários, mas nós colaboramos e cooperamos e criamos as condições favoráveis para que milhares e milhares de turistas visitem o nosso Concelho, para que milhares e milhares de turistas possam



pernoitar no nosso Concelho, para que a oferta hoteleira tenha crescido de forma tão expressiva como o fez e, portanto, dizer, nós vamos continuar a fazer promoção, sim, vamos continuar a fazer, mas é aquela que tem resultado, aquela que tem efeitos positivos e visíveis, é aquela que vocês veem e, sobre isso, hei-de trazer esse balanço, qual era o resultado da política das publicações dos jornais do Público e outros e qual é o resultado da promoção que nós estamos a fazer. -----

Portanto, ficam estas notas, agora, só apenas como nota final que me estava a esquecer, a nota final é, perdoem-me que faça aqui uma consideração sobre uma afirmação do documento do PSD que diz que nós não temos estratégia. Então somos nós que não temos estratégia ou é alguém que nunca teve a estratégia e que conduziu as finanças do Município de Chaves à situação de falência que conduziu? Então não foi o PSD que sem estratégia não conseguia captar investimento e que mantinha uma aridez e uma incapacidade de fixar empresas na área do incremento empresarial? Então não era o PSD que deixava que, efetivamente, nunca tivéssemos a oportunidade de captar o Ensino Superior Público? Então não era o PSD com a sua visão estratégica que era incapaz de atrair turistas? Pois bem, a nossa visão estratégica tem estado plasmada nas nossas políticas, têm estado densificadas nos documentos, mas para que não reste dúvida, porque muitas vezes as pessoas confundem estratégia formalizada com estratégia não formalizada, estratégia vertida em plano, com estratégia que não existe em plano, a nossa estratégia é clara e eu enuncio-a aqui em três pilares muito rapidamente. -----

A nossa estratégia é a seguinte e está vertida nos documentos, eu tenho pena que não tenham lido o Relatório do Orçamento, porque senão teriam visto que estava lá vertida, a estratégia está clarificada, se quer eu leio-a, mas eu aqui enuncio-a rapidamente em três pilares, eu sei que dói, mas o que dói cura, portanto, eu queria dizer-lhes o seguinte que a visão estratégica, a visão estratégica tem três pilares, pois mas durante dezasseis anos foi esta música que tivemos, pois é, pois é, eu sei que dói quando nós somos tocados, sabe que nós temos um princípio que é sempre o mesmo, não devemos querer para os outros aquilo que nós não queremos para nós. -----

Portanto, dizer outra coisa muito simples, que é o seguinte, quanto aos pilares estratégicos eles são três e por mais que me tentem desorientar eu não me esqueço deles, porque eles são o guião: Conhecimento, Capacitação, Investigação e tem a ver com esta dimensão absolutamente essencial, se nós quisermos ter futuro, temos que ter capacidade de atrair jovens, de os fixar cá, de os qualificar, de os capacitar para quê? Para que nós tenhamos uma dimensão de progresso e desenvolvimento, já disse e repito, aqui o principal pecado da gestão dos Executivos anteriores foi não terem a capacidade de entender, interpretar e concretizar que o Ensino Superior é absolutamente estratégico, fundamental, decisivo e incontornável e tudo faremos para que efetivamente em Chaves, no Alto Tâmega, porque não somos egoístas, aconteça Ensino Superior, não só com o crescimento do Ensino Superior Privado que está a crescer, como sabem, que já tem hoje mais alunos, a Escola Superior de Saúde sim, agora uma Escola Superior de Saúde, não era aquela que existia nas placas, essa já existe fisicamente e em atividade. Depois queria também dizer outra coisa: nós temos que criar as condições para que o Ensino Superior em Chaves cresça, para que o IPB, efetivamente, aqui possa desenvolver um projeto de futuro, com dimensão e com relevância ao nível do Ensino Superior e parece-me que isso está bastante assegurado. Primeiro, porque o Município de Chaves já cedeu os terrenos todos quer para a Residência Universitária que está a ser construída não é uma miragem, não é um cartão, é uma obra e dizer que também já cedemos os terrenos para que o projeto que está em desenvolvimento, esse sim, ainda é só cartão, relativamente, à Escola de Hotelaria e Bem-estar, mas também da dimensão tecnológica da investigação possa ser concretizada ao mesmo lado. Portanto, todos os terrenos que era para ceder, já foram cedidos, já os comprámos, já os doámos e, portanto, neste momento, essa obrigação está do lado do IPB, certamente com uma relação de parceria com o Município de Chaves que tudo fará para que os investimentos possam existir e possam ser financiados por fundos europeus. Dimensão do conhecimento, dimensão da investigação, dimensão da captação, dimensão da atração de jovens, mas temos outro pilar também, é o pilar da Economia, o pilar da Economia centrado naquilo que são as nossas atividades centrais, quer nas tradicionais, floresta agricultura e comércio, mas, sobretudo, nas emergentes e que tem ganho valor e relevância, no turismo, no termalismo são certamente uma âncora fundamental de toda a atividade económica que se desenvolve neste espaço, mas também na industrialização, sim, nós precisamos ainda que a nossa indústria cresça mais para que nós tenhamos aqui uma economia diversificada com várias áreas, pares resilientes, mais preparada para as dificuldades do futuro, porque elas acontecerão sempre, não estaremos sempre a



crescer, haverá um momento em que estaremos em retração e, nesse momento, nós precisamos ter várias atividades que possam aqui reter e garantir o emprego para os nossos cidadãos e, por isso, é outra dimensão da economia. Conhecimento, educação e economia nas vertentes que eu lhes disse, mas depois com certeza que temos também mais dimensões, na dimensão do conhecimento, centrado sempre na água, centrado no conhecimento, centrado no AquaValor, isso é um dado adquirido. Mas depois temos também a dimensão das pessoas e do território e temos que nessa dimensão naturalmente criar as condições para que no social, no educacional e no da saúde nós possamos ter as pessoas bem cuidadas e bem tratadas. Portanto, na requalificação dos espaços públicos, eu acho que com essas três dimensões, nós teremos claramente enunciados os nossos referenciais estratégicos para que não haja dúvida e para que alguém que ande desorientado afirme que nós não temos estratégia, temos, ela tem que ser prosseguida e está a dar os seus frutos. Muito obrigado. -----

**Pedro Miguel Vieira Miranda**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----  
Renovo os cumprimentos. O senhor Presidente falou da questão do Presidente do PSD não estar presente na reunião do estatuto de direito de oposição, mas convém lembrar e acho que é uma questão de bom senso, as reuniões não serem marcadas em horário laboral, para quem trabalha tem essas complicações, se calhar, um bocadinho de bom senso, compreendo que tenha as suas questões de agenda, mas o senhor Presidente quando tem questões agenda, faz-se representar por um vice-presidente ou por Vereadores correto? O PSD estava representado por um Vereador, uma vice-presidente e demais membros da comissão política. Nas considerações iniciais o senhor Presidente só fala no passado, quando lhe interessa a si, refugia-se sempre nele quando lhe convém, mas quando o PSD vem falar nas promessas de 2017 e 2021 já estão sufragadas, já não quer saber. Mas os flavienses ainda estão à espera da praia fluvial de 2017. Segundo ponto, acho que o senhor Presidente não ouviu a minha intervenção, eu em momento algum da minha intervenção falei na realização de obras no Posto da PSP, eu em momento algum na minha intervenção falei em realização de obras na PSP, estou de acordo com o senhor Presidente, é uma competência do Ministério da Administração Interna, mas eu em momento algum e penso que o senhor Presidente em vez de ter ouvido a minha intervenção, estava a olhar aí para o documento que tinha, como também não se apercebeu que eu falei do Pavilhão Multiusos em consonância com o Parque Desportivo Municipal, também falei nisso, não falei nos dois pontos em separados. Porque nisso do pavilhão multiusos e desportivo devia ser um só como apresenta aqui num destes cartões, que diz que ficou baratinho, pronto, mas eu falei num ponto específico e juntei os dois, não falei em propostas individuais. Também não me ouviu falar a mim aqui de realizar serviços necessários de investimentos públicos no abastecimento de água? Eu também não falei disso, correto? Quanto à bolsa de voluntariado, se a proposta lhe agrada senhor Presidente, incorpore-a então no Plano de Orçamentos, mas reinvente-se a proposta, como disse. Nas preocupações que aqui demonstrámos, o senhor Presidente desafiou-nos aqui então a falar de alguma avença que seja. Então eu desafio o senhor Presidente a publicar o Mapa de Pessoal avençado pela Câmara uma vez que não estão publicados no site da Câmara e aproveito para pedir então essa documentação ao senhor Presidente da Assembleia e posteriormente a faça chegar ao PPD/ PSD de Chaves. E só pela consideração final, o PSD, é verdade, não captou empresas para o Município, mas hoje o PS recolhe os louros da nova zona industrial, depois de o PSD ter feito aquela zona industrial e posto à venda os lotes por um valor de 1 euro o metro quadrado. Tenho dito. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas: -----  
Senhor Presidente da Mesa renovo cumprimentos, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos membros desta Assembleia Municipal, queria cumprimentar também a comunicação social que está aqui presente, sejam bem-vindos, queria também dar uma nota de agradecimento a quem nos acompanha. -----  
Uma questão prévia e o facto de estar ou não estar presente o Presidente da Comissão Política do PSD, pois bem, eu marquei-lhe às 16h,30m ou às 18h30m de um dia, aquele não serviu, marquei-lhe outro dia e perguntar-se-ão porque é que foi marcado na segunda-feira seguinte? Porque no final daquele dia tínhamos que enviar os documentos aos membros do Executivo, portanto, como é que queriam que nós



marcássemos uma data impossível de compaginar com o calendário da aprovação nos Órgãos, expliquem-me ou não teriam pensado nisso?! Se calhar, não pensaram nisso?! Marcámos ao final do dia de quinta-feira, o tempo era pouco, não era possível marcar ao final do dia de segunda-feira, porque ao final de segunda-feira os documentos já tinham que estar com todos os Vereadores, portanto, por uma impossibilidade objetiva, regimental e de calendário foi marcado de manhã, não porque ao Presidente lhe dê jeito, eu também já fui líder do PS e estive sempre que me convocaram, há uma coisa que se chama falta e justificação da falta até três dias, a coisa é simples. -----

Portanto, cada um faz o que quer, dá relevância aos momentos que dá, sendo que para mim ficou a relevância daquela ausência, tão só isto, não estou com isto a dizer que não estiveram representados, nada disso, atenção, não foi nada disso, não foi isso que eu quis significar, atenção, porque a representação é feita como entendemos, quis só dar nota disso, para que toda a Assembleia conhecesse este facto. -----

Pois bem, eu acho que o senhor Membro desta Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD, anda enganado ou acredita numa mentira que foi tantas vezes replicada que já acredita que é verdade, eu nunca prometi nenhuma praia fluvial! O senhor Membro deve andar a dizer tantas mentiras e se já disse tantas vezes essa mentira em tantos sítios que vem cá dizê-la como se fosse verdade, portanto, eu desafio a mostrar-me o documento assinado por mim nas minhas propostas e que lá esteja a praia fluvial fica o desafio, está bem?! Então fica o desafio. Depois não me venha dizer que é um conceito próximo, aproximado ou qualquer coisa do género, não, o que eu disse e reafirmo, é algo que não está concretizado, é a requalificação ambiental e paisagística do Rio Tâmega que é uma coisa diferente, é algo que não está concretizado, e farei uma coisa que os senhores não conseguem fazer, eu apresentar-me-ei aos cidadãos, aos flavienses dizendo que esta promessa não foi cumprida e não foi cumprida por isto, eu vou assumir as propostas que não forem cumpridas e vou dizer porquê, sem nenhum problema, sem nenhum problema, sem nenhum prurido, e dizer que estou disponível para as cumprir, com certeza. E, portanto, quanto à praia fluvial eu acho que já acreditam numa mentira, uma mentira que já andaram a espalhar e tantas vezes a disseram que agora pensam que é verdade, mas, enfim, fica cá a nota. -----

Depois dizer-lhe, eu há pouco não falei do concurso de ideias, podia ter falado, mas o que eu noto nesta evolução é que desde o estatuto de oposição até hoje já houve alguma evolução no PSD, afinal o que defenderam na proposta do estatuto da oposição, já não é o mesmo que defendem agora, já evoluíram relativamente à PSP, já pensam de forma diferente e, portanto, há meia dúzia de dias entendiam que era o Município de Chaves que devia fazer as obras, hoje já entendem que não, há meia dúzia de dias entendiam que afinal as intervenções e os projetos do multiusos e o pavilhão desportivo deviam ser dois projetos distintos e hoje já concordam comigo a dizer que é o mesmo projeto e, portanto, já evoluíram em muitos dos domínios, ainda bem, eu acho que só não evolui quem não quer aprender, enfim, vejo isso como um bom apanágio, agora, eu também não sei se devo interpretar esta sua intervenção como foi uma negação das propostas que apresentaram em sede de estatuto de oposição ou mantem-nas todas? Ou já não concorda com elas? Gostava de saber ainda que a sua intervenção não tenha tocado nesses aspetos, eu entendi que tinha que falar de todas as peças, inclusivamente daquelas em que não falou estava no estatuto de direito de oposição, está bem? -----

Depois, sobre o voluntariado dizer-lhe que não é preciso alterar nenhum documento sobre voluntariado, nada, estamos a falar de uma proposta, de um projeto, não tem despesa, se é voluntariado não tem despesa, se não tem despesa não tem que estar nem no Orçamento, nem no Orçamento da Receita, nem no Orçamento da Despesa, nem em lado nenhum, é só uma iniciativa que pode ser dinamizada sem necessidade de ser feita nenhuma atualização, nenhum “upgrade” àquilo que são os Documentos Previsionais, fica esta nota. O que eu disse, foi, vejo com bons olhos, temos que fazer uma abordagem para ver como é que nós conseguimos estimular, captar as pessoas para que efetivamente possamos ter mais voluntariado que é necessário e, na minha perspetiva, é um bom indicador do compromisso e da solidariedade intergeracional e não só nas respectivas comunidades. -----

Depois dizer-lhe outra coisa, não fomos nós que criámos o quadro paralelo, e quantas às avenças se quiser dar-se ao trabalho, todas as avenças estão publicadas no Portugal GOV, qual é a dúvida? Sempre que se faz a contratação de um serviço e uma avença, tem que haver um processo prévio à contratação cumprindo as regras do CCP, no caso particular, cumprindo uma regra adicional que é pedir à Câmara que autorize a realização da despesa e só depois é que se desenvolve a contratualização e, portanto, é



isso o que tem acontecido e, por isso, dizer que basta que consulte, mas, senão, a gente faz os prints e manda-lhos está bem? Muito obrigado. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e cinco votos a favor, doze votos contra e três abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes e Francisco António Pinho Peixeiro. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo - José Fernandes M. Serralheiro, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo - André Lourenço da Silveira, de Faiões - Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos - Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras - António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha - Alfredo José da Silva Barreira, de Oura - António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco - Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Santa Maria Maior - Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação de Santo Estevão - António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia - Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações - Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha - Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz - Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta - Júlio Manuel Abambres Carneiro, em representação de Vila Verde da Raia - Francisco José Ferreira Alves, de Vilarelho da Raia - Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca - Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega - Liliana Pires Lage. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmiento, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira, Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo e Isaura das Dores Gomes de Sousa. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel e Vítor José Gomes -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes seis membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Joana Maria Machado Borges. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: António José dos Santos. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: em representação de Santa Leocádia - Amândio Veríssimo Machado, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais e de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa. -----

Sendo catorze horas e quinze minutos foi interrompida a sessão para o almoço. Os trabalhos foram, entretanto, retomados às quinze horas e trinta minutos. -----



PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2024. -----

O 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, prestou informação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2024. -----

Boa tarde a todos os Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados, tentarei fazer uma análise daquilo que foi a atividade da Comunidade Intermunicipal durante o ano de 2024 e também darei com maior destaque, até porque me foi pedido pelos seis Presidentes dos Municípios do Alto Tâmega e Barroso, alguma análise mais prospectiva da atuação da Comunidade Intermunicipal nestes últimos anos. A Comunidade Intermunicipal, como sabem, é uma entidade que é constituída pelos seis Municípios do Alto Tâmega e Barroso e é uma entidade que tem objetivos claros. As Comunidades Intermunicipais surgiram para gerir Fundos Europeus, designadamente os Programas Operacionais e, nos últimos, anos têm absorvido um conjunto de competências, competências delegadas pelo Estado Central ou competências delegadas até pelos próprios Municípios. -----

A Comunidade Intermunicipal, em 2018, decidiu que o principal objetivo da mesma era colocar como grande foco a atração de pessoas para o território e a fixação das pessoas que cá estavam e também definiu qual era a estratégia a ser seguida que foi publicada no mês de maio de 2018. A Comunidade Intermunicipal, quando nós chegámos, tinha oito pessoas, ninguém tinha vínculo a esta entidade e foi desenvolvido um trabalho ao longo do tempo, ano após ano, que eu agora passo a divulgar e que consubstancia naquilo que é hoje a CIM do Alto Tâmega e Barroso, é constituída por 4 Divisões. -----

No início a Comunidade Intermunicipal tinha apenas oito elementos e tinha como grande propósito a gestão do Quadro Comunitário que na altura era o 20/20, tinha também um grande propósito que era aceitar a competência que lhe foi delegada pelos Municípios no que diz respeito à Autoridade de Transportes e tinha um projeto inicial que era a constituição de um Posto de Turismo Supramunicipal, entendendo nós que o Turismo era uma atividade relevante para o território. -----

Ao longo do tempo, ano após ano, a Comunidade Intermunicipal foi recebendo novas competências fruto do processo de descentralização em curso e, portanto, ano após ano foi reforçando a sua equipa, passando primeiro por consolidar as pessoas que lá estavam e depois recebendo novas competências, teve a necessidade de contratar novas pessoas e sete anos depois, porque faz sete anos no dia 2/01/2025, a Comunidade Intermunicipal vai ser constituída por cinquenta e quatro pessoas e vai ter um conjunto de competências muito alargadas em muitos domínios de atividade que eu agora passarei a explicar. Sendo certo que, destas, cinquenta e quatro pessoas, trinta são Sapadores Florestais, distribuídos em duas brigadas, uma sediada em Chaves e outra em Vila Pouca de Aguiar e que dia após dia fazem um processo de limpeza no nosso território daquilo que são os resíduos e da própria proteção da floresta equivalente a 1,2ha por dia e por brigada florestal. A comunidade intermunicipal tem neste momento cinquenta pessoas, há quatro novas pessoas que irão entrar no dia 2/01/2025 em áreas onde nós há muitos anos atrás não tínhamos atividade e agora passámos a ter atividade, tais quais como a Educação a Área do Social e também o reforço da Área dos Transportes. -----

Como todos sabem, eu vou passar a seguir a explicitar, foi uma área que envolveu um conjunto de dificuldades bastante grande. A Comunidade Intermunicipal é, hoje, constituída por quatro dimensões de atuação principais, portanto, quatro Divisões de atuação e que eu agora passarei a explicitar de uma forma o mais sucinta possível que eu consigo, para que todos os senhores Deputados fiquem com uma noção mais clara daquilo que tem sido o trabalho e daquilo que também é a perspetiva daquilo que nos vai acontecer nos próximos anos. -----

Quando nós olhamos para a nossa unidade de promoção e desenvolvimento, há claramente três ou quatro atividades que aqui gostava de destacar, vão ver pelos números consolidados de execução do Portugal 20/20 que uma das debilidades ainda do território é a sua não muito forte dinâmica empresarial. Nós precisamos cada vez mais de ter mais empresas, melhores empresas, mais projetos de empresas e, portanto, a Comunidade Intermunicipal tem uma unidade dedicada ao empreendedorismo, temos neste momento uma incubadora de empresas e desejamos ter no futuro uma entidade que capte investimento nacional e internacional para o território, sendo visto o território como um todo e não apenas como a soma de seis partes. Esta unidade de empreendedorismo e captação de investimento foi uma unidade que foi



responsável por, até à data, criar cinco concursos de ideias com mais de setenta projetos aprovados, é uma unidade que hoje em dia gere uma incubadora, portanto, a Comunidade Intermunicipal tem uma incubadora que tem projetos empresariais incubados, quer virtualmente, quer presencialmente e que tem uma característica muito diferente de todas as outras incubadoras, porque esta incubadora é disseminada pelos seis Municípios de Alto Tâmega e Barroso. E, portanto, um empreendedor de Boticas fica alojado no espaço de “cowork” de Boticas, um empreendedor de Chaves fica alojado no espaço em Chaves e por aí fora. Ao mesmo tempo, foi esta Entidade a responsável também pela realização das quatro Galas de Empreendedorismo e das empresas que ocorreram no território e a pergunta pela qual este ano e no ano anterior não houve gala? Porque nós não tivemos Fundos Europeus a serem distribuídos para as empresas e, como sabem, todos as Gala de Empresas destinam-se a reconhecer o mérito empresarial por parte das empresas, quando elas são capazes de captar fundos para o território segundo um ponto de vista competitivo. Ao mesmo tempo é muito importante aqui destacar aquilo que é a atividade da nossa incubadora, mas também sobretudo aquilo que é o domínio daquilo que se conseguiu quer ao nível da cultura, quer ao nível do turismo, quer ao nível da educação. Ao nível da cultura a comunidade intermunicipal foi capaz de competitivamente trazer 500 mil euros para o território e aquilo que fez com os 500 mil euros foi, por decisão, como é óbvio, sempre dos seis Presidentes do Alto Tâmega e Barroso, financiar todos os atores culturais do território, desde companhias de teatro, bandas, orquestras e grupos folclóricos e conseguimos criar uma dinâmica de presença desses mesmos operadores por todo o território, o que me parece ser uma dinâmica muito interessante que os deu a conhecer não só dentro do território, mas também fora do território. Ao nível do turismo, como todos sabem, acho que é visível em todo o território, demos saltos muito fortes e na verdade os saltos resultaram, por um lado, do trabalho dos operadores privados, só é possível ter atratividade turística, quando temos capacidade de carga e o território tem capacidade de carga, ou seja, tem hotéis, estabelecimentos de hotelaria que permitem fixar cá as pessoas e que elas possam cá dormir, mas também só é possível quando nós temos 264 pontos de especial interesse turístico no território que são capitalizados através de um Posto de Turismo que é supramunicipal, é um Posto de Turismo único no País que é detido pelos seis Municípios e que está situado junto às Termas em Chaves e que faz de forma articulada a promoção daquilo que são os nossos conjuntos de ativos do território. -----

É muito interessante perceber esta atividade, porque nós em 2018/2019 tínhamos cerca de 200 mil dormidas no território, em 2023 fechámos com 377 mil dormidas, e eu estou a falar de estabelecimentos acima de 10 quartos registados pelo INE, volto a dizer, registados pelo INE, significa que a faturação, de facto, feita em estabelecimentos acima de 10 quartos, o INE não controla estabelecimentos abaixo de 10 quartos. O que é que podemos dizer em relação ao fecho de 2023? Que fomos a Região do País que mais cresceu em termos de Nut III, 24% em relação ao ano 2022 e estou certo por aquilo que nos tem sido reportado pelos operadores que em 2024 vamos fechar entre 15 a 20% acima do que foi o ano de 2023. Temos um objetivo, não está concretizado neste momento, estamos com 1,9 noites de presença dos turistas no território começamos com 1,6 e o nosso objetivo é chegar a 2,2, que não é fácil, na verdade, só se consegue chegar a 2,2 se a promoção integrada dos seis Municípios for feita, ou seja, só conseguiremos ter uma média de presença dos turistas no território superior a 2 noites se os turistas circularem pelo território, dificilmente alguém ficará em turismo muito mais dias do que os 2 dias em cada um dos Municípios per si. -----

Este exercício, é um exercício muito importante, porquê? Porque a atividade do turismo está hoje em dia mais ou menos calculada em cerca de 70 milhões de euros para o território em termos de valor económico e nós sabemos que se chegarmos a 2,2, vamos ter mais 50% dessa mesma receita, ou seja, mais 35 milhões de euros para o território. É verdade que ainda temos alguma sazonalidade, penso que todos nós que vivemos no território, sabemos que o território é diferente de domingo à tarde até terça, do que é de quarta até domingo de manhã e também todos sabemos que o território se comporta de forma diferente entre novembro e fevereiro do que aquilo que se comporta entre março e outubro. Mas esta sazonalidade também tem sido quebrada, ou seja, quando nós chegámos a sazonalidade normalmente funcionava entre abril e finais de setembro e, portanto, estamos satisfeitos com os números que têm sido possíveis de serem alcançados, sendo certo que ainda há muito para fazer. No domínio público cada vez tendo mais atrações e ativos, segundo um ponto de vista, de serem capazes de atrair pessoas para o território no domínio privado, na capacidade de termos qualidade de serviço e também capacidade de podermos



ter cada vez mais pessoas contentes por nos visitarem dentro da nossa identidade e de poderem ser alojados e poderem comer nos melhores restaurantes e com a melhor qualidade possível. No domínio da Educação, a Comunidade Intermunicipal tinha uma competência também delegada pelo Estado Central, que era a organização do Ensino Profissional do território, temo-la exercido, hoje em dia lidamos com todos os Agrupamentos de Escolas do território e, felizmente, temos conseguido que não exista sobreposição desses mesmos cursos e que os cursos estejam alinhados com a estratégia do território. Ao mesmo tempo, fruto de um trabalho que foi desenvolvido nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal também é, hoje, gestora do Programa Erasmus+ para o Ensino Profissional em articulação com os diferentes Agrupamentos de Escolas do Alto Tâmega e Barroso, o que vai permitir que os estudantes do Ensino Profissional também acedam a missões internacionais e, ao mesmo tempo, que outras missões possam ser captadas pelas próprias instituições dentro da nossa própria região. ----- Depois, passando para uma dimensão que é para nós também nova e importante, mas que é a mais recente de todas, também recebemos competências no domínio da Saúde e no domínio do Social, sobretudo, na perspetiva da gestão e do planeamento. Não temos aqui dimensões de operação, mas temos dimensões ao domínio do planeamento da rede e também da interlocução da rede, estas são as duas competências mais recentes e, portanto, foi feito ainda pouco trabalho nas mesmas, mas temos, por exemplo, neste momento em curso a elaboração daquilo que será o nosso Plano Intermunicipal para o domínio do Social que estará em ligação com os planos municipais nessa área e que darão também uma visão supramunicipal ao mesmo. -----

Passo para uma outra dimensão que é a dimensão dos produtos endógenos, a dimensão dos produtos endógenos, para nós, é uma dimensão muito importante e porque é que é importante? Porque nós sabemos que temos um grande conjunto de pessoas e de atividades económicas ligadas ao setor primário, mas também sabemos que o setor primário não tem conseguido fixar e atrair pessoas para o território, fruto de quê? De termos uma agricultura de minifúndio, é fruto de não termos quantidade suficiente para entrar em grandes mercados para poder vender. A estratégia desenhada assenta na ideia de apostar no biológico, nas cadeias curtas e na capacidade de podermos internacionalizar os setores onde temos maior qualidade, produtos como o azeite, a castanha, o mel, o vinho e a carne são produtos que têm capacidade de internacionalização sempre e quando a gente consiga capacitar o território. Portanto, se nós conseguirmos mostrar, ensinar e capacitar os nossos agricultores para que consigam aceder a mercados internacionais de nicho, eles vão ser capazes de vender a um preço mais caro os excelentes produtos que têm que normalmente ganham medalhas internacionais em múltiplos concursos, mas, que, depois, acabam por não conseguir vender esses mesmos produtos pelo preço que deveria ser o preço adequado e respeitado. -----

Saltando agora para aquilo que será a segunda dimensão desta minha apresentação e elas são quatro. Em 2024 fechámos o Programa Portugal 2020 e aqui trago-lhes alguns números que são muito importantes de serem observados, primeiro: o Alto Tâmega e Barroso foi capaz de captar, e quando eu digo Alto Tâmega Barroso é mesmo todos, o setor público, o setor privado, o setor associativo e as IPSSs, no todo conseguimos captar para o território 277 milhões de euros, no próprio Programa Portugal 2020 e, aqui, eu gostava sobretudo que observassem algo que para nós é absolutamente crítico que é, quando olhamos para a primeira coluna que é o Programa Operacional da competitividade reparamos que as nossas empresas foram capazes de trazer 24 milhões de euros para o território de investimento financiado por Fundos Europeus. Quando olhamos para aquilo que é o PRONORTE e aquilo que os Municípios conseguiram trazer para o território na junção de todos os programas que estão aqui alavancados, há uma discrepância muito grande e, portanto, há dificuldades nas nossas empresas em captar fundos europeus. Quando nós comparamos com outras regiões, estamos claramente em desvantagem aqui, ou seja, as empresas de outros territórios têm maior capacitação ou têm maior dinâmica para poder captar fundos europeus para desenvolverem as suas iniciativas empresariais. Isto deve ser observado de que forma capacitando melhor os empresários, ajudando melhor os empresários a que eles sejam capazes de atrair esse dinheiro europeu para poderem alavancar os seus investimentos. Quando vemos isto de uma forma mais fina, podemos também, aqui, identificar que há mudanças muito significativas em relação à dinâmica dos Municípios, dos 277 milhões que o Alto Tâmega trouxe para o território, 113 milhões foram angariados pelo Município de Chaves. O que é que isto significa? Significa que há Municípios com capacidade para atrair Fundos Europeus numa dinâmica muito diferente daquilo que é a realidade do Alto



Tâmega e, portanto, há Municípios que vão ter uma centralidade, uma dinâmica empresarial e uma capacidade de atração de dinheiro que é muito superior a outros e, neste sentido, o nosso objetivo é que cada vez mais todos consigam atrair um maior volume de dinheiro para o território e que, por outro lado, esse dinheiro seja, de alguma forma, executado também ele da melhor forma. -----

Passando ainda para alguns outros números adicionais, este para mim é um slide muito importante, porque, às vezes, nós olhamos para os documentos estratégicos e vemos que na estratégia é definido algo, mas depois temos dificuldade em consubstanciar o que é que foi feito para perseguir essa mesma estratégia. Em 2018 os Presidentes todos do Alto Tâmega e Barroso colocaram no centro da sua atenção a capacitação do território, e quando eu olho para este slide, todos nós podemos olhar para o slide, vemos aqui a consubstanciação dessa mesma estratégia, ou seja, em 43 milhões de euros que foram executados pelo pacto gerido pela CIM no que diz respeito ao dinheiro que veio contratualizado para os seis Municípios do Alto Tâmega e Barroso, nós podemos ali identificar que dos 43 milhões de euros, 10 milhões de euros foram investidos em infraestruturas escolares, 5 milhões de euros foram investidos no programa de promoção de sucesso escolar, ou seja, 15 milhões de euros dos 43 milhões de euros foram investidos em capacitação do território. Isto para mim é que é dizer-se que se define uma estratégia e se, depois, está alinhado na ação do dia-a-dia para perseguir essa mesma estratégia, estes números são muito diferentes de outras regiões? São muitas outras regiões que não apostam tanto dinheiro na modernização das escolas, nem apostaram tanto dinheiro nos programas de combate ao insucesso escolar. Mas também é importante olhar para este slide, e dizer assim, o Alto Tâmega e Barroso tem 43 milhões de euros por decisão dos senhores Presidentes, colocou 9 milhões de euros disponíveis para as muito pequenas empresas do território poderem modernizar-se, isto é um número muito significativo, quase 20% do montante global coisa que também não aconteceu noutros territórios da Região Norte e muito menos noutras Regiões do País. Portanto, estes são os números consolidados que nós temos e que nos levam a saber, a esta data, quase estando fechado o Programa 20/20, faltam apenas as verbas do “uber booking”, neste momento, nós estamos com o número de execução em toda a região muito próximo dos 98%. A pergunta que deve ser feita é? Porque é que só chegámos a 98% e não chegámos a 100%? Bom, não chegámos a 100%, porque tivemos uma taxa de quebra nas empresas, como veem aquelas tipologias que estão ali a meio, são as tipologias que tiveram maior taxa de quebra, se calhar, já todos nos esquecemos, e eu próprio, e ainda bem, mas durante este período de tempo da execução do Portugal 20/20 e do Norte 20/20 nós passámos por uma pandemia e iniciámos uma guerra e houve empresas que definiram no seu plano de negócios expandir-se e investir e que depois, num dado momento, acabaram por não consubstanciar esses mesmos investimentos. -----

No entanto, eu gostava de destacar aqui a extraordinária execução dos Municípios, que em muitos casos é 100% ou superior a 100% e também das nossas IPSSs que conseguiram executar o grosso, quase tudo, das verbas que tinham disponíveis para o efeito, quando comparado com outras regiões, estes dados são públicos. O Alto Tâmega e Barroso voltou a ter um enorme desempenho, ou seja, a nossa taxa de quebra nas nossas muito pequenas empresas é muito inferior às taxas de quebra que aconteceram em regiões aqui próximas como Terras de Trás-os-Montes, do Douro Tâmega Sousa, o Ave e também, o Cávado, o que significa que as nossas empresas, mais uma vez, demonstraram uma grande capacidade de resiliência, uma grande capacidade de trabalho e de executarem aquilo que lhes foi atribuído. Tudo isto é muito importante, porque também em 2024 nós assinámos o contrato de desenvolvimento do quadro comunitário atual que vai até 31/12/2029, é muito importante perceber-se isto, porque o 20/20 começou com 52 milhões de euros, o 20/30 vai começar para o Alto Tâmega e Barroso, por muita força que os Presidentes fizeram, com 90 milhões de euros, mas ter 90 milhões de euros é uma enormíssima responsabilidade, porque só vamos ter cinco anos para executar o quadro. -----

O quadro começou tarde, está claramente, de alguma forma, a gerir-se em forma de quase de concorrência com o PRR que também se encontra em execução, como todos sabem, neste momento, o nosso maior desafio para os próximos anos será executar e executar bem 90 milhões de euros que o território conseguiu angariar e que representa uma enorme vitória para o território. Agora, será uma vitória que nos agrada a todos e que nos deixa satisfeitos? Não, porque quando eu pedi aos seis Presidentes que me elencassem um conjunto de investimentos completamente críticos para o território, os senhores Presidentes enviaram-me uma lista que toda somada perfazia 400 milhões de euros, o que é que significa? Que se eu quisesse satisfazer as necessidades dos Presidentes precisava ter no território 400



milhões de euros, só vou ter 90 milhões de euros. O que é que isso significa? Que cada Município vai ter basicamente 25% daquilo que tinha dito que precisava de ter para poder resolver os problemas que, entretanto, conseguiram elencar. -----

Passando agora para uma outra dimensão, a minha terceira dimensão de atuação, o Alto Tâmega e Barroso, como sabem, tem tido desafios muito grandes nalgumas dimensões de atuação e é visto como um todo, quer no domínio do ambiente, quer no domínio dos transportes, quer no domínio da floresta, quer também no domínio daquilo que, hoje em dia, é a gestão dos nossos ativos dos recursos naturais. E, aqui, há situações que tiveram grande relevo em 2024 e que também representaram grandes desafios para todo o território poder ir ultrapassando com muitas dificuldades, todos nós somos cientes das dificuldades que surgirão. Quando se olha para o domínio dos transportes, como sabem, eu sempre aqui disse, ano após ano, que provavelmente os transportes são o problema mais complexo que o território tinha para resolver, porquê? Porque temos 3.000 km<sup>2</sup> de área, porque temos seis Municípios e porque temos uma lei que obriga a que todas as localidades com mais de 40 habitantes tenham transporte público regular e, portanto, o nosso problema de mobilidade não é exatamente o mesmo problema de mobilidade que tem o Porto ou Lisboa. O nosso problema de mobilidade é que temos uma grande extensão territorial e temos poucas pessoas para transportar, o que gera um déficit muito grande nessa mesma gestão dessa mesma operação. Em 2024, como se recordam, no dia 2 de janeiro foi possível que um concorrente tivesse ganho um concurso Público Internacional fruto de uma transposição de uma diretiva Europeia e que iniciasse a sua operação. Hoje já temos dados, na verdade temos dados ao minuto, hoje sabemos quantos passageiros são transportados em cada linha e em cada minuto, porque os autocarros têm que passar-nos essa informação, como também sabemos quando é que os autocarros estão atrasados ou estão ao minuto a poder desenvolver a sua atividade o que é que podemos dizer sobre os transportes durante estes primeiros onze meses de forma consolidada nesta nova concessão? Podemos dizer que transportámos até 30 de novembro 564 mil passageiros na nossa rede de transportes intermunicipal e podemos dizer que temos mais linhas agora do que tínhamos no passado e podemos dizer quantos passageiros circularam em cada uma das linhas, ficam os senhores Deputados também a saber a partir de agora que a linha 01 dos TUC de Chaves é a linha mais importante dos transportes dentro da comunidade intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso e que depois a linha Chaves/Régua é a segunda linha mais importante, já fechámos linhas, porque, hoje em, dia sabemos quando as linhas são deficitárias em excesso e que não têm passageiros e já abrimos novas linhas para poder fazer face às necessidades que o território vai tendo. O que é que sabemos também? Sabemos que, hoje em dia, temos autocarros com menos de 16 anos de atividade no território, sabemos também que o sistema de informação funciona e que temos dados em tempo real, já tivemos necessidade de autuar o novo operador por diversas vezes ou por atrasos superiores a 5 minutos nas linhas ou por bilhética incorreta e isso já foram diversas vezes operacionalizados os processos de autos perante o operador novo e também, sabemos hoje, que temos uma identidade gráfica no território, mas que temos aqui enormes desafios. E temos enormes desafios porquê? Porque temos muitas localidades que estão a perder os 40 habitantes que é o mínimo para ter transporte público regular e, portanto, estamos já a trabalhar naquilo que será a rede de transportes públicos a ocorrer nos próximos anos e que vai ter muito transporte a pedido e pouco transporte público regular, porque, objetivamente, o nosso transporte público regular custa ao território uma fortuna como podem ver nos documentos orçamentais da Comunidade Intermunicipal. -----

Para se ter uma noção do que é que está aqui em causa, em 2018, a Comunidade Intermunicipal movimentava cerca de 90 mil euros por ser autoridade de transportes, em 2024 a Comunidade Intermunicipal tem cerca quase de 3 milhões de euros que movimenta em transportes e houve muitas coisas que alteraram, sobretudo, este ano. Primeiro, porque os passes escolares, por uma transposição de uma lei Portuguesa, passaram a ser pagos pela Comunidade Intermunicipal e, por outro lado, porque também aquilo que era a concessão em défice que era paga pelos Municípios passou a ser também paga pela Comunidade Intermunicipal em contraponto de uma verba que recebemos do Fundo Ambiental. Em transportes o que aconteceu? É que as Comunidades Intermunicipais passaram a assumir o grosso de toda a operação e os Municípios, na verdade, viram resolvido esse problema, excetuando todos os circuitos especiais que têm e que são muitos, e que também representam um valor muito significativo de despesa para os mesmos, portanto, é significativo o peso que tem, hoje em dia, a atividade de transportes dentro da Comunidade Intermunicipal. Se pensarmos que a Comunidade Intermunicipal tem um



Orçamento para este ano de cerca de 6 milhões de euros o que compara com o Orçamento de 2018 que foi de 600 mil euros, e que 3 milhões desses 6 milhões de euros estão diretamente ou indiretamente relacionados com a atividade de transportes só para que os senhores Deputados percebam qual é a dimensão do problema que está aqui em causa. -----

Depois é também preciso vermos que há outras áreas que são menos visíveis, mas no qual tem sido feito trabalho de forma consolidado e sistemático, é a temática do ambiente, é para nós muito importante e é muito importante, porquê? Porque não há ninguém que, hoje em dia, não se aperceba que há alterações climáticas e não há ninguém que não se apercebe que essas alterações climáticas provocam problemas em territórios como o nosso que tem um setor primário que é importante, é verdade, que não gera muita economia, mas emprega muitas pessoas e, portanto, nesse sentido, têm sido realizados múltiplos estudos, estamos em múltiplos trabalhos de grupo no sentido de perceber, de perceber e antecipar o que é que pode ser feito para minorar os efeitos negativos decorrentes das alterações climáticas em relação ao nosso setor primário. Ao mesmo tempo, é muito importante percebermos que a Comunidade Intermunicipal também é responsável, junto dos municípios, por tudo aquilo que tem a ver com a recolha de resíduos que é também um assunto muito complexo e de difícil gestão e que também tem uma capacidade orçamental relativamente grande e também é muito importante que todos os senhores deputados percebam a importância daquilo que têm sido algumas iniciativas e alguns estudos que têm sido realizados e também a presença de um Observatório de dados no alto Tâmega e Barroso que ainda há quinze dias ganhou o prémio do melhor projeto de disseminação de dados, feito a nível português por parte de uma entidade. -----

Ao mesmo tempo, é importante que se perceba aquilo que é a atividade das nossas brigadas, eu costumo dizer que nesta questão da gestão da floresta, nós estamos sempre atrasados, na verdade, nós temos trinta homens que limpam em média, cada uma das brigadas, um total de 2,4ha/dia e que, mesmo assim, estamos sempre dependentes daquilo que são as alterações climáticas e as grandes ocorrências de incêndios. O Alto Tâmega e Barroso tem a maior mancha florestal de pinheiro bravo da Península Ibérica e, portanto, temos no nosso coração uma grande bomba relógio, porque esse pinheiro bravo, infelizmente, não gera ainda valor económico para ser protegido e nós sabemos bem qual é o perigo de termos uma tão grande mancha florestal. Apesar de todo o trabalho que as brigadas florestais fazem, nós vimos o que é que aconteceu em setembro em 3 ou 4 dias e estamos preparados e sabemos que isso poderá vir a acontecer por muito trabalho que seja feito por todos atores do território, ou seja, um assunto muito complexo, mas o assunto é um assunto muito importante para nós, porque temos trinta homens a trabalhar diariamente e temos já um Orçamento que cobre cerca de 50% da despesa paga pelo Fundo Ambiental e que nos permita ter essas pessoas no seu trabalho dia-a-dia a fazer essa limpeza, a recolher os resíduos e a biotriturá-los, estamos presentes num projeto Europeu para que esses resíduos possam ser bombas de calor em aldeias, já temos um projeto emblemático inicial em Três Minas que vai aquecer uma parte da aldeia em Vila pouca de Aguiar e estamos a tentar ver se o modelo funciona para transpô-lo para outras localidades pequenas do território. Nós só vamos conseguir limpar e limpar melhor se dermos algum valor àquilo que são os resíduos que resultam dessa mesma limpeza, estas brigadas têm a sua atividade e a atividade é bastante positiva e muito reconhecida a nível nacional. Por outro lado, gostava, quase a terminar senhor Presidente, se me permite, com uma nota àquilo que tem sido visto e reconhecido como o projeto mais importante em que a Comunidade Intermunicipal se envolveu nestes sete anos que foi a criação de uma instituição que é o Laboratório Colaborativo, que é o AquaValor, que tem no seu cerne poder acrescentar valor à água, designadamente a água mineral e mineral termal e que conseguiu nestes quatro anos de atuação trazer para o território 7,2 milhões de euros de fundos comunitários, onde nenhuma outra entidade poderia conseguir captar, que tem, neste momento, vinte recursos humanos, que tem um orçamento de 1,7 milhões de euros e que conseguiu, até ao momento, desenvolver um conjunto de iniciativas e de projetos que nos parecem ser absolutamente emblemáticos. Desde 2018 até 2024 houve muitos projetos que o AquaValor ganhou de forma competitiva, neste momento, já tem projetos de investigação e desenvolvimento com mais de vinte empresas do território, alavancando tudo aquilo que são os seus produtos, tentando trazer a ciência para o centro da atenção e acrescentar valor àquilo que é a produção do resultado. O AquaValor é muito importante para nós, porque também é o único Laboratório colaborativo do País, e existem trinta e quatro, que é detido por uma Comunidade Intermunicipal. Portanto, a CIM do Alto Tâmega e Barroso detém 70% das unidades de



participação do Laboratório colaborativo AquaValor, quando todos os outros colabes ou são detidos por Instituições de Ensino Superior ou são detidos por Centros de Competências Temáticos, como por exemplo o têxtil, o calçado e outros. O AquaValor é detido pelos seis Municípios do Alto Tâmega e Barroso e foi também a génese, como todos sabem, para o voltar do Ensino Superior Público ao território através do IPB. -----

O IPB tem, neste momento, duas licenciaturas a funcionar, quatro SETPS, e nós soubemos hoje, em primeira mão, que vai ter uma terceira licenciatura a funcionar no próximo ano e, provavelmente, uma quarta licenciatura a funcionar no próximo ano. Portanto, a alavancagem de uma instituição deste género que é uma Associação Privada sem fins lucrativos, onde a Comunidade Intermunicipal tem essa posição, parece-nos ser claramente o elemento mais importante daquilo que foi o trabalho desenvolvido por esta entidade nos últimos sete anos. -----

Termino com o último slide, porque hoje em dia a Comunidade Intermunicipal é uma equipa grande, uma equipa que trabalha todos os dias e que tem muitas marcas, o Alto Tâmega e Barroso são múltiplas marcas hoje em dia e cada uma das marcas desenvolve a sua atividade e puxa pelo território desde a rede intermunicipal de bibliotecas, desde o visite o Alto Tâmega ligado ao turismo, desde o Aqua valor, desde o Norte 20/30, desde o Erasmus+, desde um conjunto de iniciativas muito grandes que temos no território. Desafios, último slide senhor Presidente e perdão pelo tempo que estou a demorar, bom, o maior desafio que temos para os próximos anos, é executar o 20/30 e vamos ter que o conseguir executar com muita capacidade, muito rápido, porque a ameaça vai ser constante, se não conseguirmos executar, e bem, vamos perder a verba, e é que vamos perder mesmo e também todos os senhores Deputados devem ter esta consciência de que a Europa não vai ser igual depois de 2030 no que diz respeito a Fundos Europeus, primeiro, porque alguém vai ter que pagar uma guerra a reconstrução de um País, segundo, porque o que se fala na Europa, é que 20% do Orçamento do próximo Quadro Comunitário será destinado à defesa e isso vai ter reflexos muito grandes nos fundos de coesão. Por outro lado, o desafio será continuar a apostar na investigação e na capacitação não só no domínio da água, mas no domínio dos bio produtos e da bio região, nunca esquecendo tudo aquilo que julgamos que é muito importante para o território que é cada vez trazer mais economia e o território julgo que estará neste momento preparado para poder ter uma entidade que capte investimento Nacional e Internacional para o mesmo com duas palavras chave que são as palavras do 20/30, “*transição digital*” e “*transição climática*”. -----

A Europa decidiu que ia gastar menos de 30% com energia a partir de 2030 e vai conseguir, porque quando coloca os recursos, têm um conjunto de exigências segundo um ponto de vista energético que vai levar a esse resultado final, ao mesmo tempo, os domínios do social, da saúde, da cultura e da educação são desafios muito importantes para o território e, julgo eu, que merecerão toda a atenção de todos os atores no mesmo no sentido de isso poder ser consubstanciado. -----

Não podia deixar de deixar aqui uma mensagem que é também um apelo, estamos, neste momento, com um aviso aberto para investimentos para as nossas muito pequenas empresas, tem uma dotação de 4,4 milhões de euros, vai estar aberto até 31/01/2025 com 60% a fundo perdido com o máximo de investimento de 300 mil euros. Temos, neste momento, em preenchimento cerca de 130 candidaturas, mas eu gostava de pedir, por favor, a todos que dentro do seu leque de contactos transmitam às empresas que conhecem, se precisam de fazer investimento, têm aqui um ótimo instrumento para poder fazer esse investimento se não precisam de fazer investimento, pensem sempre que têm que pagar 40%, porque 40% são capitais próprios, portanto, é melhor não se meterem nisso, agora para quem necessita de fazer investimento receber 60% a fundo perdido, julgo que é uma extraordinária iniciativa e que merece toda a nossa atenção, sobretudo, as nossas muito pequenas empresas necessitam desses incentivos para poderem prosseguir a sua atividade. Muito obrigado senhor Presidente, deixo aqui claro, como é óbvio, todo o meu tempo e dedicação para as perguntas que queiram porventura colocar. Obrigado -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

**José Pimentel Sarmento**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Começo por cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, a todos os presentes, ao pessoal técnico, à comunicação social e, todo o público em geral. -----



Eu quero fazer uma pergunta aqui ao senhor 1º Secretário da CIM, professor Ramiro Gonçalves, nós falamos muito em coesão territorial, mas eu pergunto e a defesa dos Concelhos já identificados numa fase avançada para a exploração do lítio? Com a contestação e, a ameaça de alguns Municípios que se sentem prejudicados pela exploração, futura exploração, e com prejuízos para a agricultura, para o meio ambiente que provoca, a saída das nossas populações e, provocando, a saída e a desertificação do nosso território. tudo criando pior qualidade de vida e o risco de aparecerem doenças provocadas pela exploração do lítio através das próprias águas, não só para a agricultura mas, para os seus animais e, até para as próprias pessoas que aqui residem por isso eu pergunto: Que é o que devo fazer, qual é a estratégia da CIM, para minimizar todos estes casos que aqui eu levanto em defesa do seu futuro para as novas gerações e para as populações em geral? Sei que de facto que há muitos interesses atrás disto, a situação está avançada já vem de trás do Governo anterior este terá que lhe dar seguimento, mas nós sabemos o que provoca o lítio. É uma situação que nos deve preocupar a todos e, por isso, devemos estar preparados para minimizar, já não digo evitar, digo minimizar, esta situação e, ao mesmo tempo também daí termos a oportunidade de cuidar, de facto, das populações e daqueles que vivem da agricultura defendendo-os e tentando atenuar as graves situações que se vão levantar através daquilo que eu já disse. Tinha prometido vir aqui levantar este problema porque eu sei que preocupa não só o nosso Concelho, mas, preocupa outros Concelhos. Eu não sou indiferente a essa situação, mas sinto-me no dever de, de facto, levantar esta questão aqui, aproveitando a presença do senhor 1º Secretário da CIM e do senhor Presidente da Câmara que já falou várias vezes do assunto e era só isso que eu queria saber para já. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou um pequeno esclarecimento. -----

Muito boa tarde a todos, renovando os cumprimentos da manhã ao senhor Presidente da Mesa, ao senhor Secretário, à senhora Secretária, à senhora e aos senhores Vereadores, aos digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, naturalmente com cumprimento particular aos senhores Presidentes de Junta, queria também endereçar cumprimentos ao professor Ramiro Gonçalves, primeiro Secretário da CIM, por esta predisposição e pela apresentação que aqui fez e depois também cumprimentar o público aqui presente e a estrutura de apoio. Enfim, não vou acrescentar nada, apenas queria dar aqui uma nota de registo pela capacidade de síntese, de coerência e de conteúdo da apresentação que foi feita pelo professor Ramiro Gonçalves que nos deu aqui em “passant”, sobre os últimos sete anos. Como puderam verificar, tratou-se de uma evolução quer orgânica, quer de investimento, quer também das áreas de intervenção da Comunidade Intermunicipal que denota uma crescente afirmação quer enquanto autoridade de gestão, quer enquanto entidade de coordenação de políticas supra municipais e denota uma preocupação, um comprometimento e uma visão muito alicerçada naquilo que é a vantagem que nós temos na Comunidade Intermunicipal que é seis Autarquias, seis Autarcas, uma estrutura técnica liderada pelo professor Ramiro Gonçalves que tem sobre isso um consenso muito generalizado. Dizer também que o papel que a CIM tem tido nos últimos sete anos, é decisivo, isso deve-se muito às lideranças e particularmente às lideranças técnicas, também dizer que o caminho prosseguido, o desenho, a estrutura orgânica e esta crescente afirmação, também esta consonância e esta unanimidade que resulta neste entendimento. O que estamos a fazer é necessário e vai no sentido certo, portanto, os recursos que a CIM hoje gera, aqueles que são resultados, de financiamentos comunitários, de participações financeiras nacionais, dos vários programas que desenvolve, mas também desta vontade coesa e determinada dos Municípios que entendem que é pela CIM que nós temos que continuar a fazer muitas das nossas políticas, muitos dos nossos projetos, porque têm dimensão, têm escala e têm vantagem naquilo que tem a ver com esta visão mais alargada do território, que tem esta dimensão de os objetivos estratégicos iniciais que eles continuam verdadeiramente atualizados atuais e que coesão e solidariedade territorial, isso é muito importante, isso tem-se conseguido pela CIM. -----

E, por isso, queria na pessoa do professor Ramiro Gonçalves, felicitar o trabalho que tem feito e a forma esclarecedora, límpida e objetiva como trouxe até nós de uma forma muito sintética, porque havia muito, muito mais para dar nota, mas isso resulta do muito trabalho que é feito nesta Comunidade Intermunicipal e também dos desafios que não foram aqui enunciados para o futuro, se já o era enquanto autoridade de gestão intermédia agora tem muito, muito trabalho para fazer. E, portanto, dizer que, na perspetiva do



Município de Chaves, os recursos financeiros, os recursos humanos que têm sido mobilizados que foram e que serão contratados, são absolutamente necessários para que se possam concretizar muitas daquelas que são enfim, as políticas, as propostas, as ações e, por isso, termino agradecendo e desejando-lhe um bom Natal e um bom Ano-Novo. -----

Encerrou a discussão deste ponto o 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Para responder ao senhor Deputado Municipal, José Pimentel, do PSD, eu acho que o tema é muito importante, é assim, há uma posição unânime dos seis Municípios do Alto Tâmega e Barroso no que diz respeito à questão do lítio, está publicada no nosso site, foi obtida há cerca de três anos atrás, o Alto Tâmega e Barroso tem no cerne do seu slogan território de água e bem-estar, isso está em toda a estratégia, na estratégia do esquema de cores, o azul e o verde no logotipo com água, toda a estratégia foi desenhada numa perspetiva de território de água e bem-estar. E, com certeza, todos ficámos, não diria preocupados, eu diria mais do que preocupados que toda essa estratégia possa ser de, alguma forma, posta em causa em face àquilo que referiu que é um aspecto muito crítico para o território que não é só de alguns dos Municípios, porque tem consequências a jusante e a montante desses mesmos Municípios em fluxos de água e noutro tipo de questões ambientais, mas dar-lhe conta de que os Municípios têm conseguido, em cerne, na Comunidade Intermunicipal, de forma sólida e consistente ter sempre uma posição igual e a posição igual é que nós queremos continuar a ser um território de água e bem-estar, um território que tem uma certificação Internacional muito relevante que é feita pela FAO que é única em Portugal e uma das poucas do Mundo e que abrange esses mesmos espaços territoriais que é Boticas e Montalegre e essa certificação Internacional, com certeza, que está em risco, em face de todas estas questões de que agora se estão a aflorar. Portanto, dar-lhe conta de que a CIM, em si, não é parte, portanto, nós nunca fomos questionados, não vamos ser questionados, não vamos ter que dar nenhum parecer sobre o assunto, mas os senhores Presidentes, todos por unanimidade, têm sempre tomado uma posição comum no que diz respeito à questão do lítio, porque ela põe em causa um conjunto de pressupostos que foram definidos na nossa estratégia e, portanto, vamos ver o que é que acontece, mas objetivamente a posição existe e é clara seis Presidentes. -----

Se não houvesse mais nenhuma questão, senhor Presidente, gostaria de dar, como é óbvio, uma palavra a todos, agradecer também a todos este trabalho que tem sido feito de forma tão profícua e de forma tão transparente e desejar a todos uma ótimas boas festas e um ano de 2025 excelente com muita saúde, como o senhor Presidente disse, e bem, o trabalho é terrível em termos de execução, temos todos muito trabalho pela frente para executar e bem, isto é sinal que conseguimos angariar um conjunto muito significativo de verbas para o território e agora o território tem conseguido dar esses passos. Como eu costumo dizer, cada vez que subimos um degrau o horizonte é outro e as dificuldades são maiores, não são menores, ninguém se põe em cima de nada, a humildade mantém-se e as dificuldades são enormes e temos que continuar a prosseguir o trabalho, sabendo que todos os dias há problemas, mas quando há problemas e quando temos derrotas, o lema da Comunidade Intermunicipal é que aprendemos e a seguir vencemos e há que perceber que o caminho tem que ser este para territórios como o nosso que representam 2,5% da população da Região Norte, mas também é preciso perceber que Portugal representa 2,5% da União Europeia e, portanto, tal qual como Portugal reivindica, pede e solicita e tem vitórias, o Alto Tâmega e Barroso tem que continuar a fazer esse trabalho, penso eu, queria agradecer a todos, porque todos contribuímos para que isso aconteça muito obrigado e boas festas a todos. Senhor Presidente, obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, terminou este ponto dizendo:

*“Muito obrigado, senhor professor Ramiro Gonçalves, pela sua brilhante, objetiva e clara intervenção. Estou de acordo com o que disse o senhor Presidente da Câmara Municipal, penso que não sou só eu, mas também toda a Assembleia Municipal que reconhece o trabalho meritório que está a fazer a Comunidade Intermunicipal e o professor Ramiro Gonçalves, que de facto é um trabalho excecional, que nos traz satisfação. Eu próprio ligado a uma determinada instituição tenho sentido esse apoio. Está de*



*parabéns e a Comunidade Intermunicipal está também de parabéns por ter assim uma pessoa, tão brilhante, tão clara, tão objetiva e que de facto, está aqui a dar tudo de si a favor deste território. Muito obrigado. Boas Festas”* -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 5 - NORMA DE CONTROLO INTERNO – ATUALIZAÇÃO. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 27 /DDEF/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 6 – CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2025. PROPOSTA Nº 119/GAP/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, renovando cumprimentos à Mesa na pessoa do senhor Presidente, também cumprimentos à Mesa do Executivo Municipal, aos senhores Vereadores, a todos os distintos Membros desta Assembleia Municipal e a todos que nos acompanham nesta sessão pública e estruturas de apoio. A explicação para esta proposta é muito sumária, mas, ainda assim, era importante que fosse dita. Desde 2009 que foi criado um diploma que fixa a possibilidade de permitirem aos Municípios a criação e fixação de uma taxa anual relativamente às questões de direitos e encargos relativos à implantação passagem e atravessamento pelo domínio público e privado municipal, os sistemas de equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de serviços de comunicação eletrónica acessíveis ao público em geral. Estamos a falar, sobretudo, de telecomunicações, de Internet, de comunicações móveis e, portanto, desde 2009 que este diploma permite aos Municípios lançar esta taxa municipal de direitos de passagem. Trata-se de uma taxa que pode ser fixada, pode ser criada, ou não, e depois tem como limiar máximo em termos de taxa 0,25% daquilo que seja o valor da receita cobrada anual naquilo que é o respetivo Concelho ou área de intervenção. Pelo histórico, a faturação no Concelho de Chaves, por parte destas empresas, tem-se situado na ordem dos 4 milhões de euros o que significa que o Município de Chaves tem arrecadado 11 mil euros por ano com esta taxa. Ainda assim, por razões de eficiência fiscal, por razões de sustentabilidade económica ou financeira e de boa gestão municipal o que eu proponho, à semelhança do que foi feito nos últimos anos, é que possamos aprovar a criação desta taxa e a fixação do valor da taxa correspondente que é 0,25%, daquilo que é o valor anual, digamos, da faturação feita pelas empresas na área do nosso território. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade.** -----

PONTO 7 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025. PROPOSTA Nº 120/GAP/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Agradeço senhor Presidente, cumprimento o senhor Presidente e a Mesa, os Membros do Executivo Municipal e todos os presentes nesta Assembleia Municipal com uma palavra especial aos senhores Membros desta Assembleia Municipal. Como sabem, todos os anos temos esta oportunidade e que tem a ver com a fixação da taxa municipal de imposto sobre imóveis. Estamos, portanto, a discutir, a preparar e a debater os pressupostos para o lançamento dessa taxa no próximo ciclo civil económico. Como sabem, este foi um dos compromissos que assumi relativamente às candidaturas anteriores, mas também em 2021 que foi fixar na taxa mínima do IMI para todos os imóveis erigidos no Concelho de Chaves. É verdade que foi um processo que foi iniciado em 2018, foi consolidado em 2021, portanto, a partir de 2021, inclusive, a taxa de IMI no Concelho de Chaves é a mínima legalmente admissível, desde 2021 que em Chaves se paga a taxa mínima sobre os imóveis que é 0,3% e, portanto, significa que a nossa proposta vai exatamente nesse mesmo sentido. Propomos então que a taxa de IMI no nosso Concelho se fixe no mínimo legalmente admissível, mas, ainda assim, também por razões que têm a ver com o incentivo à



conservação e à manutenção dos imóveis ou ao desincentivo pelo contrário no que diz respeito ao não haver descuido e desconsideração e falta de manutenção e conservação dos imóveis, nós propomos, também à semelhança do que fizemos nos anos anteriores, soluções que têm a ver com majorações ou minorações. Neste, caso, em concreto, o que nós propomos, é que relativamente aos prédios urbanos localizados na área de reabilitação urbana, da ARU, uma redução de 15% para aqueles que se encontrem devolutos mas que sejam reabilitados e, também, uma redução de 15% da taxa de IMI para os prédios urbanos arrendados localizados também na área de reabilitação urbana, e propomos, por outro lado, uma majoração, ou seja, uma penalização de 30% para os imóveis urbanos, portanto, que só esses é que estão a ser objeto de discussão hoje, porque nos rústicos a taxa é de 0,8% e não há qualquer capacidade dos Municípios, ou melhor dos Órgãos dos Municípios tomarem qualquer decisão porque ela é imposta diretamente pela lei. Mas estava eu a dizer que propomos também uma majoração de 30% de IMI a aplicar aos prédios urbanos degradados que independentemente da sua localização, dentro ou fora da ARU, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, excecionando as situações de desastre natural ou calamidade. -----

Queríamos também propor que fosse elevada para o triplo a taxa de IMI prevista para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de um ano e, portanto, é isso que nós aqui propúnhamos também que relativamente àquilo que tem a ver com a possibilidade de podermos fixar uma redução da taxa do Imposto Municipal do IMI, em função de uma disposição que é o 112-A do CIMI que é permitir que relativamente aos imóveis, aos prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar fixar uma redução da taxa de imposto para as situações em que tenham dependentes a seu cargo descendentes ou ascendentes, mas estejam dependentes. Portanto, para um dependente uma redução de deduções da coleta 30 euros, duas pessoas 70 euros, três ou mais pessoas 140 euros. Portanto, é esta proposta que aqui deixamos que queríamos que merecesse a bondade, mas também o compromisso e a determinação de vossas excelências para que a pudessem aprovar e pudéssemos, naturalmente, ter para o próximo ano não só a taxa mínima, mas também a concretização da política em matéria fiscal de habitação do domínio do Município que é majorar ou minorar. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado: -----

**Fernando Miguel Borges Valpaços**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa, senhor Secretário, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, senhores Membros desta Assembleia, comunicação social e funcionários de apoio. -----

*“Sobre a proposta em análise dizer o seguinte: contrariamente ao que ocorria em anteriores executivos municipais liderados por outro partido político, pensando nas famílias flavienses, o executivo municipal liderado pelo partido socialista, propõe pelo quinto ano consecutivo. Sim, pelo quinto ano consecutivo! a manutenção da taxa do IMI para prédios urbanos no seu valor mínimo, os 0.30 pontos percentuais. -----*

*Dizer também, que à semelhança do que acontece desde o ano de 2021, este executivo propõe um benefício fiscal tendo em conta o nº de dependentes a cargo das famílias. Benefício que foi aumentado em 2024 e que para 2025 se mantém. -----*

*Para agregados familiares com: -----*

*•um dependente, a dedução será de 30 euros; -----*

*•dois dependentes, dedução será de 70 euros; -----*

*•três ou mais dependentes a dedução será de 140 euros; -----*

*A proposta mantém também, aquilo que são as minorações e majorações, medidas que pretendem promover políticas de incentivo à regeneração urbana e revitalização do Centro Histórico da cidade, não só premiando os proprietários que façam obras de reabilitação nos seus imóveis, mas também penalizar os proprietários que descurem essa manutenção, propondo: -----*

*•redução de 15% da taxa do IMI para os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana que não se encontrem em estado de ruína ou devolutos; -----*

*•redução de 15% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados localizados na ARU do centro histórico e que pode ser cumulativa com a redução anterior, podendo a redução chegar aos 30%; -----*



• *majoração de 30% da taxa de IMI a aplicar aos prédios degradados que independentemente da sua localização não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, exceto quando tal seja motivado por desastre natural ou calamidade.* -----

• *eleva anualmente ao triplo, a taxa de IMI prevista para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de 1 ano.* -----

*Quero aproveitar o momento para congratular o executivo municipal por mais uma medida que pretende ajudar as famílias flavienses no acesso à habitação própria e permanente e que será também tema de debate na ordem de trabalhos do dia de hoje. A proposta de alargamento de isenção do imposto municipal sobre imóveis de 3 para 5 anos, possibilidade que é dada pela Lei nº 56/2023, de 6 de outubro, que aprovou o Mais Habitação e que muito bem este executivo achou por bem adotar.* -----

*Todas estas medidas, são medidas que incentivam a aquisição de habitação própria e permanente, funcionando como fator de atratividade para a atração e fixação, no concelho, de um maior número agregados familiares. Permitem também diminuir a carga fiscal sobre as famílias flavienses, contribuindo para um maior alívio fiscal, o que permite que as famílias concretizarem investimentos em outras áreas como a educação, a saúde e alimentação.* -----

*O Grupo Municipal do Partido Socialista, votará, naturalmente, a favor da proposta.”* -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade.** -----

**PONTO 8 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2024 E A COBRAR EM 2025. PROPOSTA Nº 121/GAP/2024.** -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde, renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, aos senhores Deputados Municipais, aos senhores Presidentes de Junta e a todos quantos se encontram nesta sala a acompanhar estes trabalhos. Queria, sobre esta matéria, de forma muito sintética à semelhança do que foi feito nos últimos anos dizer que entendemos propor a fixação de uma derrama, que é um adicional de imposto às empresas que estão sujeitas a IRC e naturalmente incide apenas sobre as empresas que têm lucro, porque este imposto de cariz municipal incide apenas sobre as empresas que têm lucro. À semelhança do que foi preconizado nos últimos anos, o que se tem vindo a formular, é que dando uma atenção particular às empresas com sede fiscal em Chaves e, sobretudo, com uma noção de que as empresas de menor dimensão têm que, nesta matéria, ter um tratamento diferente, o que nós propomos de acordo com aquilo que está previsto também no Regulamento Municipal de Benefícios Fiscais, que foi aprovado por esta Assembleia é mantermos a proposta no sentido de que as empresas cujo volume de negócios seja inferior a 150 mil euros se mantenham isentas, que as empresas cujo volume de negócios se situa entre os 150 e os 300 mil euros desde que cumpram e preencham os supostos cumulativos de dois anos e mantenham os postos de trabalho nos seguintes termos: microempresas um posto de trabalho, pequenas empresas três postos de trabalho, médias empresas seis postos de trabalho também ficarão isentas. Introduzimos aqui uma inovação nesta proposta para este ciclo de fixação e liquidação deste imposto adicional que é, as empresas coletivas que se dediquem a ID, ou seja, que desenvolvem atividades na área da investigação científica, do desenvolvimento, da consultoria científica técnica e similares que se instalem no Concelho de Chaves e que se mantenham durante o período de cinco anos e no mínimo com cinco postos de trabalho, a nossa proposta é que fiquem totalmente isentas. -----

Depois queria também dizer que a proposta deste ano relativamente ao IMI, reconhecendo que desejavelmente esta taxa deve ser progressivamente diminuída em função daquilo que venha a ser a situação económica/financeira do Município nós propomos ao invés de 1,5 como fizemos nos últimos anos uma redução de 0,10%, ou seja, 1,4% para o próximo ano. É esta a proposta que aqui tenho e é a proposta que gostava muito que votassem de forma favorável, até porque, o muito das receitas, enfim, que o Município tem nesta dimensão dos impostos locais elas são destinadas como já perceberam em dimensões de desenvolvimento local, e neste caso particular, com uma alocação muito específica, à proteção civil e à requalificação do centro histórico: Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores deputados: -----



**Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha**, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: -----  
Boa tarde a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, senhor Secretário e senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores senhora Vereadora, senhores Presidentes de Junta, pessoal de apoio, caros Membros desta Assembleia, tratando-se de uma redução da carga fiscal que as empresas necessitam, e apesar de sermos contra a taxa de derrama desde o primeiro dia, uma vez aprovada, a posição do PSD será favorável, visto ser um alívio fiscal para as empresas. Muito obrigada. -----

**Fernando Miguel Borges Valpaços**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----  
Renovo os meus cumprimentos, à Mesa. -----

*“A derrama é um imposto de âmbito municipal que incide sobre o lucro tributável das empresas respeitante ao período fiscal do ano anterior. Ou seja, em 2025 será cobrada uma taxa de derrama sobre o lucro tributável obtido em 2024.* -----

*Para o ano de 2025, o executivo municipal liderado pelo Partido Socialista propõe fixar a derrama na taxa geral de 1,4% do lucro tributável das empresas, ou seja, baixar 1 ponto percentual em relação aos anos anteriores.* -----

*Como definido em anos anteriores estarão isentas deste imposto, as empresas já sediadas no concelho e aquelas que por criação ou transferência da respetiva sede social se instalem no concelho, desde que cumpram um dos seguintes critérios:* -----

- *tenham volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 euros;* -----
- *tenham um volume de negócios superior a 150.000,00 euros e igual ou inferior a 300.000,00 euros, e que nos últimos dois anos económicos criem e mantenham postos de trabalho, nos seguintes termos:* ---
  - i. *- Microempresas - 1 posto de trabalho;* -----
  - ii. *- Pequenas empresas – 3 postos de trabalho;* -----
  - iii. *- Médias empresas – 6 postos de trabalho;* -----

*A partir deste ano estarão também isentas as empresas de base tecnológica ou de Investigação e Desenvolvimento que se instalem no concelho de Chaves, e que criem e mantenham durante o período da isenção – 5 anos, no mínimo, 5 postos de trabalho.* -----

*Dizer que sabemos e entendemos que a Derrama será um incremento, um custo acrescido para as empresas que pagam IRC e que apresentam lucro.* -----

*No entanto, sabemos também, que o tecido empresarial do nosso concelho é constituído maioritariamente por microempresas que têm uma faturação baixa e que ficam muito longe dos valores que aqui são referidos.* -----

*Para o ano de 2025, foi estimado um montante previsional, face à média do valor arrecadado nos últimos 3 exercícios, de 1.100.000€ e propõe este executivo que o produto da sua cobrança seja alocada àquilo que são investimentos necessários à satisfação de necessidades coletivas da população, nomeadamente “Proteção Civil” e “Requalificação do Centro histórico”.* -----

*Pelo aqui exposto e por sabermos que este valor não vai prejudicar o nosso tecido empresarial, o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará a favor da proposta.”* -----

Muito obrigado. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e quatro votos a favor e uma abstenção.** -----

**PONTO 9 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2025. INF.791/DA/2024.** -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento**-----

**PONTO 10 - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. INFORMAÇÃO Nº33/DCP/2024.** -----



O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo, cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores Vereadores e também aos demais Membros da Mesa da Assembleia Municipal e a todos os Membros desta Assembleia. Trago aqui, só para uma ligeira explicitação como sabem, todos os titulares dos diferentes Órgãos do Município, Câmara e Assembleia Municipal, têm direito a um seguro de acidentes pessoais e, nessa perspetiva, até hoje, nunca têm sido objeto de cobertura deste risco através de uma apólice de seguros mas no momento em que se ia lançar um novo concurso de seguros, chegou-se à conclusão que verdadeiramente no que diz respeito aos membros da Assembleia Municipal nunca tinha havido uma deliberação formal. Portanto, o que nós trazemos aqui é uma proposta de ratificação de uma decisão e de uma deliberação tomada já em sede de reunião de Câmara que permitisse lançar as bases e o procedimento de contratação dos seguros, porque, senão, correríamos o risco de não termos um contrato de seguros válido a tempo e horas, mas, ao mesmo tempo, trazer a esta Assembleia de forma explícita aquilo que é a proposta de seguro de acidentes pessoais e, portanto, é para que pudessem ratificar a deliberação tomada pelo Órgão Executivo Municipal ou seja, pela Câmara Municipal apenas no que concerne aos Membros da Assembleia Municipal, porque no que diz respeito aos Membros da Câmara Municipal, o Órgão competente é a Câmara. Relativamente à fixação do montante dos membros da Assembleia Municipal a competência é da Assembleia Municipal no que concerne à cobertura dos Membros da Câmara Municipal é da Câmara Municipal. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 11 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM - S.A.”, DESTINADO À ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO. PROPOSTA N.º 153/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhora e senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal e todos quantos se encontram neste espaço e nesta sala. Dizer que a fundamentação expandida e os postulados subjacentes a esta proposta de contrato programa encontram-se relacionados com o facto da circunstância da empresa municipal, a Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, desde a sua criação, em 2004/2005, ter sido objeto de um conjunto de contratos de programa até 2017. Nesse período, os valores financeiros eram substantivos, tendo chegado a ser de mais de cem mil euros. Tal, resulta de uma fundamentação relacionada com a circunstância da empresa realizar atividades que não são pela sua natureza, pela sua essência empresariais, porque faz um conjunto de atividades que são de cariz social, ou seja, que verdadeiramente esta empresa não é remunerada, não é paga para que as possam fazer, seja na exploração das Termas de Chaves, no Balneário Termal de Vidago seja nas Piscinas do Rebentão, seja na Bouvet, ou em muitas atividades que em si não têm necessariamente uma retribuição, um corresponsivo em termos de remuneração pela parte daquilo que é feito por esta empresa. E, portanto, o que nós propomos pela primeira vez desde que sou Presidente de Câmara e não seguindo uma velha tradição que era seguida na gestão do PSD, propomos que para compensar essas atividades que não são remuneradas, atribuir um apoio ao funcionamento a esta Empresa Municipal e que possam aprovar um contrato programa de 20 mil euros. E, portanto, é esse valor que eu trago aqui, é esse que gostaria que pudessem aprovar. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado: -----

**Pedro Miguel Vieira Miranda**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta, demais público presente, renovo os cumprimentos. -----

Segundo a Lei nº 50/2012, no artigo 40, ponto 2) diz o seguinte: “No caso de o resultado líquido, antes de impostos, se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios na proporção respetiva da participação social com vista a equilibrar os resultados do exercício em



causa". O artigo 62, ponto 1 alínea c) e d) diz de grosso modo o seguinte "são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução no prazo de 6 meses sempre que se verifique que nos últimos 3 anos o valor do resultado operacional subtraído mesmo ao valor correspondente às amortizações e às depreciações seja negativo e quando se verificar que nos últimos 3 anos o resultado líquido é negativo obrigando a autarquia a cobrir os prejuízos" -----

No ano de 2020, resultado negativo de 527 mil euros; compreendendo o que foi aquando do encerramento da empresa municipal ao devido ao Covid; -----

No ano de 2021, resultado negativo de 47 mil e 233 euros; -----

No ano de 2022, resultado negativo de 25 mil e 293 euros; -----

No ano de 2023, resultado negativo de 219 mil e 268 euros, ou seja, 4 anos consecutivos de resultados negativos. A empresa municipal e toda a gente sabe, e acho que é ponto comum, é importante para a cidade, mas o que nos é aqui apresentado, são 4 anos consecutivos de resultados negativos. Alguma vez o município realizou a transferência de valores financeiros correspondente à dívida ou internalizou a dívida de forma a equilibrar as contas da empresa municipal como dizem os pontos acima que eu referi? Que medidas adotou no ano 2024 para evitar a dissolução face ao incumprimento já reiterado por 4 anos consecutivos de dívida? Existe ou não a possibilidade da IGF venha a impor a dissolução por força do artigo 67 da mesma Lei? -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, naturalmente, as senhoras e senhores Presidentes de Junta, público que nos acompanha com muita estoicidade, enfim, com grande resiliência. -----

Li com atenção os artigos que referiu, mas há muitos outros que não leu e confundiu "*a Nuvem com Juno*", porque, verdadeiramente, nós não nos encontramos a avaliar a prestação de contas da empresa. Isso fá-lo-emos mais tarde! O que nós estamos a apreciar consiste no estabelecimento de um contrato programa e, portanto, devia ter lido as disposições legais que enunciam, que enquadram normativamente a proposta que nós trazemos aqui, não são essas que disse, mas vou responder a cada uma das suas questões. Portanto, o que nós estamos, neste momento, a discutir aqui, não é nenhuma questão sobre apreciação do exercício de uma empresa participada a 100% pelo Município de Chaves, não! Aquilo que propomos aqui, consiste em utilizar um instrumento já adotado em muitos anos de Governos do PSD, que chegou a dar 160 mil euros, não foram 20 mil euros, foram 160 mil euros, foram 120 mil euros, foram 80 mil euros, foram 60 mil euros, foram 40 mil euros e o pressuposto qual é?! O pressuposto encontra-se relacionado com a remuneração de atividades feitas por uma empresa que tem um escopo empresarial e que não tem que as fazer, mas, ainda assim, o sócio acionista, neste caso, o Município, entende que é importante, ou vossas Excelências entendem que não é importante, por exemplo, ter a bouvet aberta num período muito alargado com os recursos humanos que tem? Não cobra pela água que fornece, mas só a bouvet, representa mais de 40 mil euros de despesa! Então não acham, por exemplo, que quando há as férias desportivas, no âmbito da Eurocidade vão à Piscina do Rebentão e estão isentos de pagar o bilhete, não está a fazer uma função social?! Quando nós fizemos férias desportivas com as Freguesias este ano e o ano passado com a Junta de Santa Maria Maior e quando nós permitimos que as utilizem, é uma empresa, mas quem dá a instrução para que efetivamente não haja cobrança de bilhete, quem é?! É o sócio, então essas atividades não devem ser remuneradas, compensadas pelo menos em parte pelo Município de Chaves?! Então quando por exemplo nós temos atividades promocionais feitas pelas Termas e que naturalmente, e muito bem, querem afirmar não só as Termas, mas o território de Chaves, ela não tem que ser considerada?! É disso que nós estamos a falar, nós não estamos a falar da avaliação das Contas, pois bem, queremos avaliar as Contas, fazemos uma coisa muito simples, é fácil e eu comprometo-me a trazer aqui a esta Assembleia Municipal a avaliação das Contas desde 2005 até hoje e depois avaliaremos o mérito ou o demérito de quem tem gerido as Termas em várias dimensões com vários parâmetros desde número de aquistas, quantas pessoas é que iam às Termas e quantas vão hoje quer na dimensão das Termas, quer na dimensão curativa e terapêutica ou na dimensão de bem-estar?! Depois, também falaremos qual é o volume de negócios que as Termas geravam e geram hoje?! Depois, veremos também um impacto importante que tem naquilo que é o alojamento, o alojamento que ainda agora o professor



Ramiro Gonçalves disse na sua intervenção, relacionado com o número significativo de dormidas que o Alto Tâmega e Barroso registou e o professor Ramiro Gonçalves não disse, que 60% dessas dormidas são em Chaves. Eu percebo, mas são 206 mil, eu repito 206 mil, só em Chaves! Só em Chaves! Mas na proporção devia ser metade porque nós somos 44% da população do Alto Tâmega! ----- Depois queria dizer outra coisa, ainda particular, sobre isso, vamos comparar desempenhos e vamos comparar outra coisa e vamos também comparar qual foi o valor dos contratos programa que em cada exercício trouxe aqui o PSD para as Termas e depois quero ver o senhor Deputado da Assembleia Municipal aqui vir dizer qualquer coisinha! Mas vamos avançando, provavelmente quando leu esses diplomas que lhes deram a ler, esqueceram-se de uma coisa que se chama moratória, é que a pandemia trouxe regras novas! A pandemia trouxe uma regra que fez suspender o efeito automático dessa norma do diploma do setor empresarial local que também, em muitos casos, o remete para o código das sociedades comerciais e que claramente o ano de 2024 ainda não estava abrangido por qualquer sanção ou cominação no que concerne à sua extinção. E, portanto, estejam tranquilos que a IGF, a Inspeção Geral de Finanças não vai determinar nenhum encerramento de nenhuma empresa, porque se fosse para encerrar a empresa já a tinha encerrado no tempo do PSD, porque os prejuízos acumulados eram mais que muitos e quando não eram, eles resolviam-se com milhares de euros de contrato-programa. Pois bem, no caso são só 20 mil euros, não são cento e muitos mil euros, e permita-me que lhe diga, sempre que este Executivo fez uma coisa que foi compensar os prejuízos, nós nunca internalizámos a dívida, o que nós fizemos todos os anos, mas todos os anos, e falemos dos 400 mil euros, estamos a falar e devia ter alguma vergonha em vir falar aqui do ano da pandemia, no ano da pandemia as termas estiveram encerradas, fechadas! Fechadas! E o Município não permitiu que nenhum trabalhador das Termas deixasse de receber a sua remuneração a tempo e horas! A tempo e horas! Sim, sabe porque é que isso foi possível?! Porque o Município teve capacidade financeira para pôr esse valor na empresa e pô-lo, não foi nenhum empréstimo, não foi à banca, pôs esse valor na sua íntegra, fez a compensação do prejuízo e, portanto, num tempo de pandemia em que este Município investiu mais de 2 milhões de euros em ajudar as empresas, em ajudar as pessoas, em ajudar as instituições ainda investiu mais de 400 mil euros na Empresa Municipal, porque entendemos que é um ativo fundamental e que vai muito para além do desempenho financeiro da própria Empresa. Então, esta Empresa não tem um impacto decisivo na nossa economia local?! Não tem um impacto decisivo na nossa restauração, na nossa hotelaria e na promoção do nosso destino turístico?! Ou os senhores têm uma visão reducionista e que se limitam apenas aos 20 mil euros?! Pois bem, é certamente um mau prenúncio sobre o vosso posicionamento, mas queria ainda dizer outra coisa, quando a pandemia surgiu certamente as dificuldades foram muitas e aconteceu uma coisa que não devia acontecer que é, então as Empresas Municipais não puderam fazer o que fizeram as outras Empresas e poderem ter um financiamento a fundo perdido, pois não, as Empresas Municipais ficaram excluídas desses subsídios, tiveram que ser os respetivos Municípios a apoiá-las, e a minha pergunta é: Fizeram algum trabalho de casa para saber o que é que aconteceu às outras Empresas da área das Termas em Portugal?! O que é que lhes aconteceu?! E como é que foi que fizeram?! Algumas delas, até hoje, estão a pagar empréstimos que contratualizaram na altura. Mas as Termas de Chaves não têm nenhum empréstimo contratualizado, não têm nenhum empréstimo contratualizado, tem sim, instrumentos de apoio à gestão, mas não tem nenhum empréstimo de médio e longo prazo, para que fique absolutamente claro e já teremos a oportunidade de falar neste assunto a seguir sobre a boa gestão, sobre os bons pressupostos e a boa decisão administrativa em matéria da Empresa Municipal. E, portanto, dizer-lhe que não, a Empresa não corre risco de encerrar, sim, o Município sempre transferiu para a Empresa Municipal o equilíbrio das Contas, nunca internalizou a dívida, não sei se fica mais alguma resposta por dar?! Pois estão todas! Muito obrigado. -----

A Deputada Municipal, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, não participou na votação da proposta tendo, antecipadamente, saído da reunião, em virtude ser a Administradora da respetiva Empresa-----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e cinco votos a favor e dez abstenções.** -----

PONTO 12 - ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL  
"GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM - S.A.", CONSUBSTANCIADA NA



RETIFICAÇÃO DA ENTREGA DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO – ENTRADA EM ESPÉCIE.  
PROPOSTA N.º 154/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, Senhoras e senhores Presidentes de Junta e a todos quantos se encontram neste espaço. -----

Permitam-me que faça aqui uma breve resenha quanto à história e quanto à fundamentação desta proposta. A sua explicitação é suficientemente clara para que se perceba o desiderato da mesma, ainda assim, queria dizer-vos que esta Empresa Municipal de que acabámos de falar, é uma Empresa Municipal constituída no ano de 2004, na então gestão do Partido Social Democrata e, nessa altura, esta Empresa foi constituída, e o objeto social, ou seja, o capital social desta Empresa foi realizado através da alocação de três prédios. E que fizeram?! Portanto, esta Empresa não foi constituída com nenhuma dotação em dinheiro, ou seja, não houve uma realização em dinheiro do capital social desta empresa, tendo sido exclusivamente constituída com aquilo que se diz em espécie, com prédios e os prédios que na altura foram identificados na escritura de constituição desta Empresa foram os três prédios que, na altura, foram alocados à realização do capital social, foi o subsolo e o solo onde foi construído o Museu das Termas Romanas e, portanto, até hoje, aquele espaço de terreno e de subsolo foi utilizado para fazer a realização de capital social, a verdade, é que se fizeram projetos, estudos e empreitadas e ninguém cuidou de alterar e de retificar essa situação. Por outro lado, também dizer que outro dos prédios que foi utilizado para a realização desse capital social foi uma parcela de terreno que fica situada, ali, junto à Avenida dos Bombeiros, que é um estacionamento pago, fica por trás ou na frente dependendo da alçada que quiserem considerar da PSP, aquele estacionamento que fica nas costas do antigo SLAT. Também um outro terreno que foi utilizado para a realização de capital social, foi um terreno na Lapa. É verdade que esta questão nunca foi olhada com muita atenção, nunca se deu uma particular atenção, mas, a verdade, é que recorrentemente, nos últimos anos, o Revisor Oficial de Contas, que é quem certifica as Contas, quem dá uma avaliação relativamente às Contas desta Empresa, colocava sempre uma reserva e a reserva era *“o capital social não está executado”* e poderia acontecer o que dizia há pouco o senhor Membro desta Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD, a extinção da Empresa. Portanto, esta situação gerou alguma preocupação, mas gerou preocupação em mim desde que assumi funções e não entendo como é que ela não gerou preocupação no anterior Executivo Municipal ou nos anteriores Executivos Municipais?! Quando fomos confrontados com esta situação, o que nós procurámos fazer, foi perceber se era possível registar a favor da Empresa estes três terrenos e se, se conseguisse registar os terrenos a favor da Empresa, então a situação do capital social estaria normalizada, regularizada! Pois bem, o documento estava tão bem elaborado que afinal não é possível registar estes terrenos porque recusaram-nos sistematicamente o registo. A minha pergunta foi, porque é que não foi feito antes?! Alguma razão terá havido para não ter sido feita, sendo que não podíamos ficar agora perante uma situação em que nem conseguimos registar a favor da Empresa os três terrenos, sendo certo que pelo menos um deles, designadamente o solo e o subsolo daquilo que é o Museu das Termas Romanas não poderia continuar nesta situação, porque havia claramente uma situação de inadequação, de finalidade e verdadeiramente aquele terreno se fosse registado já era da Empresa, não era do Município, portanto, não se podia lá fazer nenhuma empreitada. Mas, enfim, ultrapassada esta questão, suscitando eventualmente outros problemas, a verdade é que a solução que foi encontrada, foi?! Já que não é possível registar a favor da Empresa estes três terrenos, qual foi a solução que nós fizemos?! É fazer uma alteração à própria Empresa, alterando o seu capital social, retirando os três terrenos dessa solução e em sua substituição, colocando dois imóveis que fazem todo o sentido e que já estão adstritos à atividade da exploração da própria Empresa, quais são eles?! Por um lado, é a bouvet e, portanto, se a bouvet tem valor e pode ser alocada à atividade da Empresa, então por que não? Faz sentido pô-la na própria Empresa Municipal para realizar o capital social, outro dos edifícios que nós aqui propomos para que possa também substituir os prédios anteriores é o estacionamento coberto designado de Parque de Estacionamento do Faustino, situado na travessa do Loureiro, e depois serem feitas as avaliações por peritos credenciados, neste caso concreto, têm que ser peritos que estão inscritos na Comissão do Mercado de Valores Imobiliários, a solução que aqui foi apresentada e, naturalmente, com pronúncia



técnica do Revisor Oficial de Contas, é que se faça essa substituição, retire aqueles imóveis, portanto, valor a menos, se introduzam outros, aumento de capital e o valor excedente relativamente ao capital realizado e ao valor destes prédios que possa ser utilizado para um ligeiro aumento de capital social, mas o remanescente possa ser usado para reservas legais. -----

É isso que nós viemos propor aqui, para que esta situação se corrija e se altere, aproveitando a necessidade de alteração dos estatutos, designadamente o capital social era alterado, tendo sido aproveitado o momento para fazer alguns aperfeiçoamentos relacionados com a atividade desta Empresa, ficando claro que também pode fazer a comercialização de geotermia e ficando claro também qual é a sua função relativamente, quer à quinta do rebentão, quer também às piscinas do rebentão, para que houvesse uma conformação relativamente à realidade existente. É isso que nós propomos aqui para que efetivamente não possamos correr o risco de um dia destes um Revisor Oficial de Contas que afere as nossas Contas, possa propor a extinção da Empresa por razões de legalidade, neste caso, por não termos o capital social realizado, e só está realizado depois de ter sido registado. -----

Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Deputada Municipal, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, não participou na votação da proposta, tendo, antecipadamente, saído da reunião em virtude de ser Administradora da respetiva Empresa. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta votos a favor e uma abstenção.** -----

PONTO 13 - EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA N.º 157/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhora Secretária da Mesa, senhora e senhores Vereadores distintos membros desta Assembleia Municipal, e quando digo distintos Membros, estou a referir-me não só aos eleitos diretamente como também aos senhores Presidentes de Junta, fique claro não há aí nenhuma intenção de discriminação porque todos são Membros de pleno direito desta Assembleia Municipal e naturalmente ainda quem resistentemente nos acompanha do público e também ao pessoal de apoio a esta Assembleia. -----

Entendi que era importante explicitar os fundamentos e as razões da extinção desta Empresa. É verdade que quando esta proposta de extinção vem aqui à Assembleia Municipal, ela já foi objeto de deliberação nos Órgãos próprios da Associação, Direção e Assembleia Geral, e a motivação desta extinção resulta, em grande medida, não porque o objeto e aquilo que eram os propósitos da Associação não continuem a ser desejáveis e perenes e, portanto, não devam continuar a ser prosseguidos, porque devem, quer na dimensão cultural, quer na dimensão turística, quer na dimensão de valorização dos produtos locais e merecem e estão a ser assegurados da mesma forma que o faziam antes, mas apenas pela circunstância de que as entidades que participavam nesta Associação, designadamente o Município de Chaves, mas também algumas Freguesias da área de Vidago e da área da Ribeira de Vidago e outros empresários em nome coletivo e em nome individual entenderam que perante o contexto de financiamento desta Associação que se devia extinguir. -----

Durante muitos anos o Município de Chaves financiou exclusivamente esta Associação, mas a partir de há alguns anos a esta parte, sobretudo perante a interpretação da Inspeção Geral de Finanças, que o Município, ou melhor que os Municípios, agentes públicos, Estado no sentido lato ou também no sentido territorial, portanto, só poderiam participar na atividade e naquilo que era a compensação do déficit de funcionamento de acordo com a sua participação ou seja, neste caso em concreto, o Município apenas podia cobrir o déficit de exploração na proporção da sua exploração, ou seja, se nesta Associação, o Município tinha ou tem uma participação de 60% ou mais, sendo que em termos financeiros só podia ser contribuir nesta justa medida, significando isto que o outro diferencial tinha que ser assumido na proporção de cada participação. -----

Pois bem, os associados entenderam que, sendo certo a disponibilidade do Município para assumir a sua participação no estrito cumprimento das regras financeiras, perante esta situação, não haveria condições



para dar continuidade à Associação e deliberaram aprovar a extinção da empresa na Direção e na Assembleia Geral. Hoje, vem aqui ao Município, porque o Município tinha uma participação e, portanto, também tem aqui no Órgão Deliberativo de ser tomada uma deliberação de extinção. Devo, ainda assim, tranquilizar os Membros desta Assembleia Municipal e também todos os cidadãos de Vidago e das Freguesias de Ribeira de Oura no sentido de que todas as atividades que a Associação fazia, continuam a ser asseguradas, quer relativamente à casa João Vieira, quer relativamente ao Posto de Turismo, quer relativamente aos produtos locais, quer relativamente a quaisquer outras iniciativas e, portanto, dizendo que, perante esta adversidade e esta limitação de se manter esta Associação com esses bons propósitos, o Município assegurou e assegurará também essas funções que me parecem essenciais e, por isso, com esta explicação penso que já poderão, de forma mais informada, tomar uma deliberação sobre este assunto. -----

Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, não participou na votação da proposta, tendo, antecipadamente, saído da reunião. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 14 - REGULAMENTO DO ESTATUTO DO PROVEDOR DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE. PROPOSTA N.º 150 /GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhora Secretária da Mesa, senhora e senhores Vereadores, distintos membros desta Assembleia Municipal, ainda a quem do público nos acompanha resistentemente e também ao pessoal de apoio a esta Assembleia. -----

A proposta que trazemos aqui, depois de ter uma fase de discussão pública relacionada com o Regulamento do Estatuto do Provedor de Cidadão com Deficiência, uma ideia que foi avançada pelo Partido Social Democrata, mas, depois, cuja proposta foi formalizada por este Executivo, foi densificada por este Executivo, portanto, uma boa ideia que se traduziu numa boa proposta a formalização desse projeto. Foi entretanto objeto de discussão pública, onde permitiu a melhoria do clausulado deste Regulamento, tendo apenas sido registada uma sugestão, um contributo, entendeu-se que, nesta fase, seria impróprio e contraproducente aceitar a proposta que foi apresentada, que, no essencial, ia no sentido de que o exercício desta função de Provedor do Cidadão com Deficiência fosse remunerada, na nossa perspetiva, deve ser voluntariado numa situação de isenção e independência e dotando de recursos e logística adequados para que possa cumprir essa missão. Naturalmente, neste momento, não atendendo a esse contributo, o que nós propomos, é que de acordo com o clausulado que foi distribuído possam apreciar e votar esta proposta que criará o Estatuto do Provedor com determinadas regras e depois haverá um momento para que se possa fazer a designação do mesmo. -----

Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores deputados: -----

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado senhor Presidente em exercício, renovo os cumprimentos feitos esta manhã e na sua pessoa cumprimento toda a gente. -----

*O grupo municipal do PSD regozija-se pelo presente regulamento que naturalmente pode e será numa oportunidade posterior melhorado e vai votar favoravelmente o mesmo gostaríamos também de referir. - Em 30.09.2020 (ata n.º 4, páginas 23 e 24) é feita pelo GM **PSD** a **SUGESTÃO** para Implementar no Município de Chaves a figura do “**Provedor Municipal da Pessoa Portadora de Incapacidade**” com as funções de defesa da boa implementação do regulamento do “**Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Incapacidade ou com deficiência**” e de implementação de acessibilidades e mobilidade para todos, contribuindo para existência de um município mais justo, solidário e inclusivo.* -----

*Já que hoje muito se falou dos executivos anteriores, do PPD/PSD, só um pequeno parêntesis para referir que em 5 de abril de 2017 foi aprovado nos termos da deliberação tomada por esta Assembleia Municipal,*



sob proposta da Câmara Municipal o regulamento do "Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Incapacidade ou com deficiência; -----

Em 23 de maio de 2024, é apresentada pelos Vereadores do PSD em sessão camarária **3.1. CRIAÇÃO DO PROVIDOR DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE. PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**" (ata n.º 11, páginas 4 e seguintes). Proposta esta aprovada por unanimidade. -----

O GM PSD regozija-se pelo presente regulamento que, naturalmente, poderá ser melhorado e vai votar favoravelmente o presente **REGULAMENTO DO ESTATUTO DO PROVIDOR DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE**. -----

Acho que está aqui um bom exemplo de cooperação política quer seja o PSD, ou seja o PS a apresentar propostas ou sugestões, creio que isso, é uma questão de narrativa o que interessa mais é que realmente Chaves vai passar a dispor de um instrumento que é útil, um instrumento que é um bom exemplo de cooperação, como dizia, é um instrumento que o Município de Chaves bem precisava e que é bem-vindo e que em boa hora o Executivo traz este Regulamento a esta Câmara, à casa da Democracia. Não vou dizer mais, até porque as palavras não me faltam, mas a voz está-me a faltar, eu gostaria apenas de desejar a todas e a todos um feliz Natal para todos vós, para as vossas famílias, que 2025 seja um ano pleno de realizações pessoais e profissionais para todos e que os vossos desejos se concretizem não os políticos porque, aí, certamente, iremos desejar coisas diferentes, mas, acima de tudo, saúde para todos obrigado e bem hajam. -----

**Melissa Alexandra Carvalho Lopes**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhores Secretários, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores Municipais, Excelentíssimas senhoras e senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimas senhoras e senhores Deputados Municipais, público aqui presente, comunicação social, boa tarde. -----

É com grande satisfação que hoje nos reunimos para discutir um projeto de enorme relevância social e humana: o Projeto de Regulamento do Estatuto do Provedor do Cidadão com Deficiência ou Incapacidade. -----

Este é um passo determinante no compromisso da nossa autarquia com a modernização administrativa e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. -----

A criação deste cargo insere-se numa estratégia clara de aproximação entre os serviços municipais e os cidadãos, promovendo uma interação mais ágil, transparente e eficaz. Trata-se de uma medida que reforça a confiança dos munícipes na administração local, dando-lhes uma voz ativa na defesa dos seus direitos. -----

Num contexto em que os cidadãos com deficiência ou incapacidade enfrentam, muitas vezes, barreiras no acesso a serviços, direitos e oportunidades, a institucionalização deste cargo assume um papel crucial. Não só contribui para a proteção efetiva dos direitos destes cidadãos, como também promove a sua participação ativa na vida pública, garantindo que ninguém fique para trás. -----

O Provedor será um ponto de referência para aqueles que se sintam lesados ou que necessitem de orientação. Terá como missão receber queixas, reclamações ou sugestões, avaliá-las com isenção e, ainda que sem poder decisório, propor recomendações concretas aos órgãos competentes. Este modelo de atuação, baseado na mediação e na cooperação, permite identificar e corrigir situações que possam prejudicar os interesses e os direitos dos cidadãos. -----

A criação do Provedor não é apenas uma medida administrativa; é uma verdadeira ferramenta de transformação social. -----

Entre os principais benefícios, destaco: -----

- 1.- O reforço do acesso aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência ou incapacidade; -----
- 2.- A melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, através da eliminação de obstáculos e da promoção de soluções inclusivas; -----
- 3.- O fortalecimento da confiança na administração local, ao criar um canal direto e acessível para a resolução de problemas. -----

Este regulamento representa também um compromisso ético e político com os valores da igualdade, justiça e solidariedade, que devem estar na base de qualquer sociedade democrática. -----



Naturalmente, este projeto exige de todos nós – autarcas, técnicos municipais e sociedade civil – um esforço conjunto para garantir o seu sucesso. -----

É, pois, fundamental que o Provedor tenha os recursos necessários para desempenhar as suas funções com eficácia e que seja garantida a sua independência e imparcialidade. -----

Convido, por isso, todos os presentes a apoiar este projeto, que não é apenas um regulamento, mas uma verdadeira declaração de intenções sobre o tipo de comunidade que queremos construir: uma comunidade onde todos os cidadãos, independentemente das suas condições, tenham acesso pleno aos seus direitos e possam viver com dignidade. -----

Ao aprovarmos este regulamento, estaremos a dar um sinal claro de que o nosso município está comprometido com a inclusão, com a modernização e com a defesa dos direitos humanos. -----

Estaremos a reforçar o nosso papel enquanto agentes de mudança e a contribuir para uma sociedade mais equitativa e solidária. -----

Muito obrigada! -----

O Projeto de Regulamento do Estatuto do Provedor do Cidadão com Deficiência ou Incapacidade é um documento que visa instituir e regulamentar uma figura essencial para a promoção de políticas inclusivas e a proteção dos direitos dos cidadãos com deficiência ou incapacidade no âmbito autárquico. -----

Objetivos do Projeto: -----

Modernização Administrativa: Promover uma administração mais eficiente e próxima dos cidadãos, assegurando serviços de qualidade. -----

Promoção de Políticas Inclusivas: Garantir a inclusão social e o acesso equitativo aos direitos fundamentais. -----

Aproximação dos Cidadãos à Vida Pública: Incentivar a participação ativa dos cidadãos, nomeadamente dos munícipes com deficiência ou incapacidade. -----

Funções do Provedor: -----

Receber queixas, reclamações ou sugestões apresentadas pelos cidadãos com deficiência ou incapacidade ou pelos seus representantes. -----

Apreciar com isenção e independência todas as reclamações recebidas. -----

Emitir recomendações junto das instituições, serviços visados e órgãos municipais competentes. -----

Propor soluções para corrigir situações lesivas dos interesses dos cidadãos. -----

Informar os cidadãos sobre os seus direitos e os meios de acesso aos mesmos. -----

Natureza do Cargo: -----

O Provedor não terá poder decisório, mas atuará como mediador e facilitador, desempenhando um papel ativo na resolução de diferendos e no reforço das garantias dos cidadãos com deficiência ou incapacidade. -----

Benefícios Esperados: -----

Reforço do acesso aos direitos fundamentais. -----

Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos com deficiência ou incapacidade. -----

Maior transparência e eficiência nos serviços autárquicos. -----

Promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. -----

O projeto demonstra um compromisso claro com a proteção e valorização dos direitos dos cidadãos, representando um avanço significativo na implementação de políticas públicas inclusivas e no fortalecimento da relação entre a autarquia e os munícipes.” -----

Muito obrigada. Aproveito para desejar um feliz Natal a todos vós. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente em exercício, senhora Secretária, aos Membros do Executivo e a todos os Membros desta Assembleia Municipal. -----

Dizer que, se queremos uma sociedade mais inclusiva, mais humanista, se queremos verdadeiramente ter uma visão global e próxima daquilo que são os valores, os valores que nós defendemos independentemente daquilo que sejam depois as dinâmicas partidárias, temos que caminhar no sentido de tratar diferente o que é diferente, olhar diferente o que é diferente e, nesta matéria, ter a sensibilidade para identificar aquilo que são um conjunto de limitações, de problemas de acessibilidade, algumas



discriminações, estando certo que não vamos conseguir resolvê-las e debelá-las de imediato, mas é importante que se conheçam, que se identifiquem, que se diagnostiquem, e depois, de forma progressiva, paulatina e consistente se possam ir resolvendo, para construirmos uma sociedade melhor. E depois dizer muito francamente, que todas as boas ideias que forem apresentadas, seja pelos senhores Vereadores, ou seja nas redes, ou seja em outro sítio qualquer, elas devem ser tratadas em comum pela sua natureza e pela sua essência. Depois que nós façamos aqui algumas discussões, quem é que fez a proposta, é outra discussão, porque uma coisa é a ideia, outra coisa é a proposta, outra coisa é o projeto, outra coisa é a execução, tratam-se de momentos diferentes entre a conceção e a execução, portanto, não queria confundir momentos diferentes, quanto a esta dimensão, porque às vezes tomamos a parte pelo todo e isso não é bom. O que eu queria dizer, é que as boas ideias certamente devem ser aproveitadas, esta é uma ideia que felizmente já foi adotada em muitos Municípios do País, ele já existe em muitos sítios, o que eu conheço mais próximo, é em Vila Real, mas, certamente, que há um longo caminho para percorrer e, no nosso caso, também temos um percurso a fazer. Olhe, desde logo, o próximo vai ser escolher alguém que queira de forma desinteressada, competente e capaz para fazer este trabalho que é algo que me parece essencial e desafio todos a pensarem em alguém, porque eu não tenho ninguém, mas alguém poderá sinalizar a pessoa do sexo masculino ou feminino, é uma boa reflexão para todos. Muito obrigado.

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade** -----

PONTO 15 – HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 79/20.9BEMDL. PROPOSTA N.º 149/GAPV/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 16 - DOAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS SITUADOS NA RUA DO PEREIRO E EM NABELHOS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. PETICIONÁRIO: INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA. PROPOSTA N.º 137/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, ao senhor Presidente da Mesa em exercício, senhora Secretária, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. -----

Esta é uma proposta que vem para conhecimento da Assembleia Municipal, mas dada a relevância deste assunto, entendi que era fundamental explicitar alguns dos fundamentos e dos propósitos subjacentes à mesma. Estamos a falar, como sabem, de algo que foi identificado como sendo absolutamente estratégico e tem a intenção de garantirmos, de forma consolidada, um estabelecimento de Ensino Superior Público no Alto Tâmega, sediado em Chaves, e com a relevância que nós entendemos que é fundamental para concretizar uma das nossas dimensões estratégicas, e não é apenas no Concelho de Chaves, ela é claramente também no Alto Tâmega e Barroso. Portanto, se por um lado trouxemos há alguns meses a esta Assembleia Municipal a doação e o conhecimento da doação formalizada e objeto já de escritura pública dos terrenos necessários para a Residência Universitária que está a ser construída para 120 camas, nós, agora, temos aqui para conhecimento de vossas excelências um conjunto de prédios rústicos que já foram doados também ao IPB que com algumas condições, com a condição de promover a execução da Escola Superior de Hotelaria e Bem-estar, mas também do Campus de Ensino Superior e o Campus da Água que, é suposto ter, uma infraestrutura tecnológica dedicada à investigação, desenvolvimento e inovação, portanto, o Parque de Ciência e Tecnologia. Este é o propósito que nos alimenta e é este objetivo que queremos e que o IPB continue a alimentar e a concretizar. É uma área com algum significado, dizer que alguns dos prédios que foram utilizados, tinham sido adquiridos pelos anteriores Executivos Municipais para construir lá uma cidade desportiva, e nós, agora e bem, aproveitamos para poder fazer uma Residência Universitária e desejo também que possa ser uma Escola Superior e ao mesmo tempo um Centro de Ciência e Tecnologia, e queria sobre isto dizer o seguinte: mesmo enquanto esta Escola não possa ser uma realidade, porque é um projeto ambicioso, naturalmente que vai carecer de investimento, só na parte do projeto estaremos a falar de mais de 1 milhão de euros e



penso que já tiveram conhecimento através de algumas imagens que o IPB já partilhou sobre aquilo que querem que venha a ser a Escola Superior, hoje é cartão, mas quero crer que brevemente passe a ser de bloco, de cimento, de vidro e de metal, queria dizer-vos que o propósito anima-nos, e ainda hoje fiquei mais animado, quando recebi às 16h19m um SMS que dizia “*boas notícias, licenciatura em gestão e tecnologia alimentar está aprovada*” e, portanto, temos duas licenciaturas em aprovação, uma no primeiro ano, outra no segundo, mais uma que vem a caminho, e eu acredito que mais se seguirão, este é o caminho, e é por aqui que nós queremos ir. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 17 – RELATÓRIO DA PRIMEIRA FASE DE EXECUÇÃO DO PROJETO RADAR SOCIAL. INFORMAÇÃO/DEASS/UASS/ N.º351/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 18 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA N.º 127/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal e todos quantos se encontram a acompanhar esta Assembleia Municipal. -----

Vou ser muito sucinto na apresentação, mas ela tem a ver com os seguintes objetivos, como sabem, nos últimos anos o Aeródromo Municipal tem sido objeto de algumas obras de requalificação da pista, da vedação exterior e de outras pequenas intervenções, mas também em dimensões que não são tão visíveis, relacionados com questões de natureza regulamentar. Portanto, a ANAC que faz inspeção e que aprovou, por mais cinco anos, a utilização desta pista para os voos que estão autorizados, entendeu também que era fundamental e nós comprometemo-nos a fazer uma alteração do Regulamento do Aeródromo e, ao mesmo tempo, fixar regras e taxas pela sua utilização. Portanto, o que nós trazemos aqui é um propósito de atualização, de um ajustamento ao quadro legal em vigor e depois dar uma melhor sistematização e melhor arranjo, nunca dizendo que é a versão final, pois, certamente, haverá sempre melhorias a introduzir, mas o que nós queríamos que pudessem votar era nesta dimensão mais do regulamentar, mais do documento que poderá aprovar não só o Regulamento, mas também o anexo das taxas que está anexo ao mesmo. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 19 - ATUALIZAÇÃO DO ANEXO I DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 161/GAPV/2024 -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 20 - CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO - IP INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – DESIGNAÇÃO DE GESTOR DOS CONTRATOS. INFORMAÇÃO N.º22/DDEF/2024. ----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Explico de forma muito sumária, cumprimentando, naturalmente o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa cumprimento a Mesa, senhora e senhores Vereadores e todos os presentes e com uma palavra especial aos Membros desta Assembleia Municipal. -----

Isto, explica-se com a necessidade de fazer um aperfeiçoamento, uma ratificação àquilo que foram os contratos que foram aqui trazidos há alguns meses, relacionado com a celebração de vários contratos de



subconcessão com as Infraestruturas de Portugal relativas ao espaço canal ferroviário, quer no que diz respeito também às Estações. Nessa altura, dos documentos que aqui vieram, estão aí identificados, no Contrato 160, no Contrato 159, no Contrato 161, no Contrato 83 e no Contrato 82, todos de 2024 constava uma questão relativa à remuneração, com o pagamento de uma taxa ao IP, e para que não restem dúvidas, a formulação que aqui se encontra, consiste no pagamento dessas taxas através da imputação dos custos de manutenção que o Município e que serve para suportar financeiramente de forma direta essa remuneração. Portanto, todas as despesas de manutenção que o Município faça seja, por exemplo, com a ecovia de Chaves/Vidago na sua manutenção, na sua qualificação, quer nos edifícios que sejam utilizados, é isso que está em causa e é isso que se explicita de forma clara e, portanto, pedimos que possam votar esta melhoria relativamente aos contratos que aí estão enunciados e identificados. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 21 - CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO FLOR DO TÂMEGA DE APOIO A DEFICIENTES. COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À CONSTRUÇÃO DE LAR RESIDENCIAL PARA DEFICIENTES. PROPOSTA Nº 134/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente e aos demais Membros da Mesa, à senhora e aos senhores Vereadores, aos Membros desta Assembleia Municipal e todos quantos se encontrem neste espaço. ----

A fundamentação desta proposta está relacionada com este contrato-programa, foi levado ao Executivo Municipal no intuito de poder financiar a parte não financiada por Fundos Europeus, ou uma parte substancial da parte não financiada pelos Fundos Europeus, relativamente a um equipamento destinado à deficiência, neste caso, um Lar Residencial para Deficientes que a Associação Flor do Tâmega de Apoio à Deficiência, tem em execução. Portanto, é um investimento significativo, de 1 milhão 150 mil e 50 euros e tem uma taxa de comparticipação de 85% por parte do PRR. E, portanto, o que nós trazemos à Assembleia Municipal não é tanto a aprovação deste contrato-programa no valor de 160 mil euros, mas é, sim, pela circunstância de que este contrato-programa como tem efeitos plurianuais, como os seus efeitos se desenvolvem e se projetam quer no ano de 2024, quer no ano de 2025. O que nós vimos aqui pedir à Assembleia Municipal é autorização para a assunção de compromissos plurianuais porque estes valores não faziam parte dos Documentos Previsionais e também não estão no âmbito daquilo que é o âmbito material, o âmbito, em termos de valor da respetiva delegação de competências que está feita em matéria de compromissos plurianuais. E, portanto, o que nós propomos relativamente a esta iniciativa meritória na área da deficiência, é procurar suprir uma carência manifesta que o nosso Concelho tem na área da deficiência, temos a certeza que com esta resposta não ficamos naturalmente ainda suficientemente respaldados. No que diz respeito à deficiência, não temos dúvida que ainda continua a existir um conjunto de carências, para ajudar a supri-las cedemos as instalações da Escola Primária de Casas dos Montes à CERCI-Chaves e apoiámo-la com 50 000 euros para que possa elaborar um projeto para adaptação e melhoria das instalações para que possa continuar a fazer um trabalho importante e concretizar-se em mais um equipamento na área da deficiência. É isso que nós trazemos aqui, esta era a explicitação desta proposta. Dizer também que temos assumido com todas as instituições do Concelho seja na área social, seja na área da deficiência, seja na área dos bombeiros relativamente àquilo que são os projetos que são financiados por Fundos Europeus, seja PRR ou outros, o Município tem, em todos os casos, assumido a comparticipação, embora não no todo, mas numa parte substancial da verba não financiada. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 22 - CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2025. PROPOSTA N.º 162/GAPV/2024. -----



O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovando cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, à Mesa, à senhora e aos senhores Vereadores, um cumprimento a todos os Membros da Assembleia e a todos os presentes. Eu tenho tido a oportunidade, em sessões em anos anteriores, sempre que esta questão é suscitada de o procurar enquadrar para que fique claro, qual é o propósito em regra, como nós dissemos há pouco, quando o Município de Chaves celebra contratos-programa, os fluxos financeiros são de saída e habitualmente é para assumir e compartilhar despesas de entidades terceiras. -----

Pois bem, este caso o contrato-programa pretende o contrário, sendo que o objetivo central passa por dar competência, delegar uma competência, neste caso a uma Empresa Intermunicipal EHATB, que é, como sabem, uma empresa dos seis Municípios que se dedica à produção de energia elétrica com base na hídrica e na eólica. O que nós aqui propomos, é que a EHATB possa fazer por conta do Município de Chaves, à semelhança do que acontece com os outros, possa fazer investimento. O que aqui se propõe, é, que neste contexto, para o ano que se inicia em 2025 a Empresa Municipal possa fazer por conta do Município e depois desde que concluída, que lance os procedimentos, que faça a contratualização que acompanhe a fiscalização e depois que transfira essa empreitada ou essas empreitadas para o Município de Chaves, o que aqui se propõe, é que para o ano de 2025 o contrato-programa possa permitir o financiamento de pavimentações, de beneficiações de pavimentação do caminho Municipal entre Redial e Ventuzelos e a pavimentação do caminho Municipal entre São Pedro de Agostém e Vila Nova de Veiga. Portanto, essas são as propostas que aqui trazemos que esperamos que possam ser sufragadas no sentido de que nós possamos continuar a incrementar aquilo que temos feito, nós temos utilizado os contratos-programa para fazer a interligação de lugares e de Freguesias, que de outra forma não conseguiríamos, recorde aqui que fizemos a ligação entre Sanjurge e Soutelo, fizemos a ligação entre Noval e a Pastoria, fizemos a ligação entre Pereiro de Agrações e a Dorna, fizemos também um troço entre Paradela e São Cornélio, fizemos outro troço ainda entre Carvela e Tresmudes e, portanto, o instrumento tem sido um instrumento de solidariedade e de coesão procurando que o financiamento da EHATB seja para fazer obras que já, em muitos casos, há 10, 20 e 30 anos eram reclamadas e penso que é uma forma adequada de fazer a coesão territorial. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 23 - CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2025. PROPOSTA N.º 163/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Antes de mais, cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, e os respetivos Membros, senhora e senhores Vereadores, os Membros desta Assembleia Municipal e todos os presentes. A explicação diria “*mutatis mutandis*”, é a mesma que apresentei anteriormente, só que tem aqui duas inovações, uma inovação, não é um contrato-programa celebrado entre a EHATB e o Município de Chaves, mas sim, um contrato-programa celebrado entre os seis Municípios e a EHATB, portanto, é um contrato-programa intermunicipal que vai ser subscrito se for aprovado por todos os Municípios incluindo o Município de Chaves. No caso concreto, tratando-se de um contrato intermunicipal ele não tem por vocação ou função fazer o financiamento de infraestruturas, de obras, mas sim, e tão só, apenas fazer o financiamento de atividades de cariz imaterial, de promoção, de afirmação deste território. A dotação que está prevista aqui para os seis Concelhos, é de 100 mil euros para os seis Concelhos, seja destinado à valorização e à capacitação do território, participação em feiras, seminários, congressos, workshops, campanhas de promoção do Alto Tâmega, designadamente para concurso de ideias de empreendedor do Alto Tâmega, falou aqui o professor Ramiro Gonçalves, 1º Secretário da CIM, da gala do empreendedorismo e das empresas do Alto Tâmega e Barroso que aqui também falámos de manhã, congressos, conferências e difusão do Alto Tâmega e Barroso na comunicação social, divulgação do território, portanto, é um valor nada expressivo para poder concretizar estes desideratos que são comuns a todo este território do Alto Tâmega e Barroso. -----



Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 24 - DESIGNAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. PROPOSTA N.º 164 /GAPV/2024 -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 25 - AUDITOR EXTERNO / EMISSÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1.º SEMESTRE 2024. INFORMAÇÃO N.º 25/DDEF/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 26 - CONSULTA PRÉVIA N.º 18/DCP/2024 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO N.º 44/DCP/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 27 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA SECA”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE VILELA SECA. PROPOSTA N.º 125/GAPV/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 28 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE SÃO VICENTE DA RAIA”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE SÃO VICENTE DA RAIA. PROPOSTA N.º 141/GAPV/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 29 - ALARGAMENTO DO PRAZO PARA ISENÇÃO DE IMI – Art.º 46º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E LEI N.º 56/2023, DE 6 DE OUTUBRO - “PROGRAMA MAIS HABITAÇÃO”. PROPOSTA N.º 139/GAP/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal e todos quantos se encontram nesta reunião magna do Órgão Deliberativo Municipal. -----

Dizer que a proposta que nós trazemos à Assembleia Municipal, é formada e informada com propósitos relacionados com a diferenciação e com o estímulo no que diz respeito à aquisição de habitação por parte dos mais jovens e daqueles que, de facto, têm rendimentos com menos expressão. O que nós propomos aqui, acompanhando uma iniciativa que foi aprovada em 2023, tem a ver com esta possibilidade, o Governo concede um benefício fiscal que se traduz no caso concreto na isenção do IMI por três anos relativamente a prédios urbanos, cujo valor tributário não exceda 125 mil euros e que se destine a habitação. Mas o que nós propomos aqui, é que esse benefício fiscal que é concedido pelo Governo,



passar para cinco anos e que o Município assumira os encargos. Portanto, o Município deixa de arrecadar receita deste imposto no quarto e no quinto ano. Trata-se de uma medida que é e vai no sentido daquilo que é uma diferenciação relativamente a uma dificuldade de aquisição de habitação, sobretudo por parte dos mais jovens e, nesta perspetiva, dada a bondade da proposta, convido todos a que a possam votar favoravelmente. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 30 - ANÁLISE DO 6.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PIM “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, DA SOCIEDADE “A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA.” - INFORMAÇÃO Nº 16/DDE/2024, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 24.09.2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta votos favor e uma abstenção.** -----

PONTO 31 - ANÁLISE DO 12.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. - INFORMAÇÃO Nº 23/DDE/2024, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 17.10.2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta votos favor e uma abstenção.** -----

PONTO 32 - PROCEDIMENTO DE DESAGREGAÇÃO DA LOCALIDADE DE ARCOSSÓ DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS – EMISSÃO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA MUNICIPAL. PROPOSTA N.º 151/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, senhor Presidente, muita boa tarde senhor e senhora Secretários, cumprimentos renovados à senhora e aos senhores Vereadores, a todos os Membros desta Assembleia Municipal, a todos os presentes, um cumprimento ao público que está aqui, já vi algum de Arcossó, um cumprimento particular e um cumprimento a todos os demais que se encontram neste espaço e naturalmente também aos técnicos e à estrutura de apoio a esta Assembleia Municipal. -----

A proposta que nós trazemos a esta Assembleia Municipal, vem na sequência daquilo que foi uma iniciativa cidadã, de cidadãos residentes em Arcossó que entenderam promover uma iniciativa tendente à desagregação da União de Freguesias, então constituída, de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras para que possa novamente Arcossó assumir-se enquanto Freguesia autónoma. Essa iniciativa que começou com uma recolha de assinaturas por parte de um conjunto de cidadãos, absolutamente necessária para que o processo tivesse início e foi, de forma subsequente, objeto de pronúncia favorável em sede de Junta de Freguesia da União de Freguesias, também, igualmente, em sede da Assembleia de Freguesia que foi realizada, ao que julgo saber, na aldeia de Arcossó. Portanto, o que eu trago aqui hoje, é uma proposta que foi aprovada em sede de reunião de Câmara por unanimidade, com base numa proposta formulada por mim no sentido de que efetivamente o processo possa seguir o seu procedimento normal e que possa, se esta Assembleia assim o entender, ser depois subsequentemente remetida para a Assembleia da República para que possa ser objeto dos trâmites subsequentes na Comissão respetiva. -----

A proposta que eu aqui trago do Executivo Municipal, é um parecer favorável à desagregação desta Freguesia. Tenho dito. -----



Seguiu-se a intervenção do senhor deputado: -----

**Manuel Justino Matos Cunha**, da **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Eu vinha só saudar a população de Arcossó pela capacidade que tiveram de corrigir um erro, um erro que existiu aquando da constituição desta Associação de Freguesias como em muitas outras do Concelho e do País, uma lei que não correspondeu aos interesses nem do povoamento do território, nem das populações, porque sempre que se enfraquecem e se afastam as Juntas de Freguesia das populações, está-se a enfraquecer o trabalho Autárquico. Saudar a Câmara por dar um parecer favorável e salientar que esta, é tanto quanto sei, o único caso do Concelho de Chaves, mas que corresponde a dezenas, julgo que já a centenas de casos, mais de duas centenas de casos de desagregação de Freguesias demonstrando que aquilo que foi imposto pela troika e pelo Governo do PSD, não colhia aceitação junto de uma parte significativa das populações. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 33 - COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA AVENIDA DO TÂMEGA, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – PROCESSO Nº 674/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 725/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/09/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 34 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA ESTRADA BAIRRO FORNO TELHEIRO, NA POVOAÇÃO DE SOUTELINHO DA RAIA, FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA - PROCESSO Nº 683/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 727/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/09/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 35 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA JOSÉ CAETANO PEREIRA, JUNTO AO CRUZAMENTO COM A RUA COMENDADOR PEREIRA DA SILVA, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 686/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 728/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/09/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 36 - ALTERAÇÃO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA – NA ALAMEDA DA GALINHEIRA, NA MADALENA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO Nº 750/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 769/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/09/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 37 - COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NO CM 1064, À SAÍDA DA POVOAÇÃO DE DADIM, FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA – PROCESSO Nº 690/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 753/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/09/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----



**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 38 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO CRUZAMENTO ENTRE A EM 527 E A RUA DO CRUZEIRO E RUA DE SÃO NICOLAU, NA POVOAÇÃO DE SEARA VELHA, FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA - PROCESSO Nº 764/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 810/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/10/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 39 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO CALVÁRIO – NA LOCALIDADE DE ARCOSSÓ, FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS - PROCESSO Nº 773/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 815/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/10/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 40 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA TRAVESSA DAS COURAÇAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 788/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 828/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/10/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 41 - COLOCAÇÃO DE QUATRO PASSADEIRAS – NA ESTRADA PRINCIPAL, NA FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA – PROCESSO Nº 793/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 829/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 23/10/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 42 - COLOCAÇÃO DE LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA DA ESCOLA, NA POVOAÇÃO DE VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM – PROCESSO Nº 853/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 873/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 25/11/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----

Peço desculpa, devia tê-lo feito há pouco, mas a verdade é que nesta decorrência de intervenções sobre intervenções, a verdade é que me esqueci de uma mensagem que queria deixar, agora sim, cumprimentando nesta sessão pela última vez o senhor Presidente da Mesa, a senhora Secretária, o senhor Secretário, desejar a todos um período de Natal em harmonia, em família, em paz, com muita amizade e muito amor e, sobretudo, com muita saúde. -----

Que, possamos enfrentar o próximo ano revestidos desses valores e dessa energia para que, de facto, possamos, no próximo ano, continuar a desempenhar, e bem, todas as funções que temos desempenhado. Depois queria também fazer igual votos aos senhores Vereadores que aqui se



encontram, eu ainda vou estar com eles e, portanto, vou ter a oportunidade de fazer aos senhores Vereadores do PSD que ainda estão, não estando, deixo aqui também uma Mensagem de um excelente Natal, exatamente com os mesmos propósitos que anunciei antes e a todos os Membros desta Assembleia Municipal, aos Membros eleitos diretamente, às senhoras e senhores Presidentes de Junta que aqui estão presentes, enfim, os votos sinceros genuínos para todos sem exceção, e que o tempo de Natal seja um tempo de refrigério, um tempo de paz, de perdão, de proximidade, de solidariedade e, sobretudo, de uma grande compreensão. Isso não significa que não tenhamos divergências, nada disso, significa verdadeiramente que a nossa ação, que o nosso propósito, que a nossa vida assenta sempre nos valores do respeito, do respeito embora numa lógica de divergência, porque também é verdade que nós divergimos muitas vezes em casa com os nossos irmãos, com as nossas mulheres, com os nossos maridos, com as nossas famílias mais próximas, isso não significa que nós mantenhamos uma relação de inimizade ou uma relação de desavença. Portanto, dizendo isto, queria saudá-los a todos e desejar um final do ano e particularmente o Natal em família com muito amor, enfim, muita paz, claro com saúde e também com algumas prendinhas que também ajudam, porque nunca somos suficientemente adultos para podermos receber prendas. Depois queria também dar uma palavra de alento de felicitação e congratulação aos cidadãos de Arcossó que aqui se encontram. Dizer que o processo está no seu curso devido, esperemos agora que outros façam também o seu papel e o seu trabalho ao nível Autárquico da Freguesia, por parte do Município ele está concretizado, esperemos que depois na Assembleia da República o processo siga o seu curso. Queria também desejar a todos e sobretudo às pessoas, aos trabalhadores, aos colaboradores que aqui hoje estoicamente, com algum frio, nos acompanharam, nos apoiaram e que criaram as condições logísticas para que a sessão tivesse decorrido com normalidade, faço exatamente os mesmos votos de um excelente e um Santo Natal e um próspero 2025. Muito obrigado a todos e sejamos felizes nem que seja só às vezes. Obrigado. -----

-----  
Antes do encerramento da sessão o Presidente da Mesa propôs a aprovação da ata em forma de minuta. Proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda no uso da palavra, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal, disse: *“Desejo deixar algumas palavras muito simples e muito breves. Dirigir-me em primeiro lugar ao senhor Presidente da Câmara Nuno Vaz Ribeiro, aos senhores Vereadores, à senhora Vereadora, aos vogais da Mesa que me acompanham, aos senhores Deputados, às senhoras Deputadas, aos senhores e senhoras Presidentes de Junta e a todos aqueles que nos acompanham ao longo de cada ano aqui nesta Assembleia. Desejar a todos que o próximo ano seja cheio de saúde e felicidade. Precisamos de paz, muita paz, uma paz global. O mundo está em convulsão e esperamos que tudo se altere no bom sentido, porque podemos estar a caminhar para o abismo. Retomemos o caminho da cooperação, do entendimento, da paz e da solidariedade. A cada um em particular e a todos transmito um grande abraço de amizade e de fraternidade. Muito obrigado. Bom Ano Novo”* -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
(Altamiro da Ressurreição Claro)

O Primeiro Secretário

\_\_\_\_\_  
(Anselmo José Martins)



O Segundo Secretário

---

(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

A Assistente Técnica

---

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

